UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MUITO ANTES DO BRASIL, O PAU-BRASIL:
Circulação de plantas na América Portuguesa na primeira metade do século XVI

ÉVERTON ALVES ARAGÃO

CAMPINA GRANDE, PB.

MUITO ANTES DO BRASIL, O PAU-BRASIL:
Circulação de plantas na América Portuguesa na primeira metade do século XVI

ÉVERTON ALVES ARAGÃO

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.ª D.ra Juciene Ricarte Cardoso

CAMPINA GRANDE, PB.
2019

Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

MUITO ANTES DO BRASIL, O PAU-BRASIL:
Circulação de plantas na América Portuguesa na primeira metade do século XVI

Monografia Avaliada em __/__/__ com o conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª D.ra Juciene Ricarte Cardoso
Orientador (a)

Prof. D.r José Otávio Aguiar
Examinador (a)

Prof.ª M.ª Raíssa Barbosa da Costa
Examinador (a)

Prof. Marcos Saulo de Assis Nóbrega
(Mestrando PPGH-UFCG)
Examinador (a)

Às minhas mães, Eliane Alves e Simone Queiroz, duas mulheres que me preencheram de amor e carinho. Este escrito, de meu punho e letra, é parte de meu reconhecimento por terem dedicado parte de suas existências à minha educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as mulheres que se fizeram em árvore, me proporcionaram sombra e frutos, nesses anos de graduação, e, especialmente no período o qual destinei parte de meu tempo a produção desta monografia. Vocês formaram meu sustento, e serão sempre minhas raízes: Eliane Alves, Simone Queiroz, Ivone Aragão, Adalgisa Pereira, Linete Alves (Pom), Maria Andreia, Karolliny Miranda.

A Juciene, agradeço pela sugestão do tema da pesquisa. Reforço também minha gratidão pela aprendizagem, pelo diálogo sempre sincero e pelo voto de confiança, bem como minha admiração por uma intelectual que procura transmitir a seus orientados seu enorme respeito pela tradição do pensamento indígena e social no Brasil, incentivando-nos continuamente a conhecer, debater e levar adiante este legado.

A José Otávio com enorme gratidão por seu comprometimento com a História Ambiental. Suas palavras reforçaram em mim o desejo de (re)pensar a fascinante história brasileira através do verde, da natureza, guardo minha admiração por fazer da História Ambiental um campo presente e atuante no Nordeste brasileiro.

A Marcos Saulo e a João Eudes – meus irmãos acadêmicos mais velhos. O primeiro, por ser um grande e prestativo orientador, nos momentos de angústia e nos momentos de escrita, bem como sua habilidade enquanto professor e historiador, sempre tendo uma indicação e uma sugestão de leitura de prontidão, como se estivesse esperando apenas meu pedido. Minha gratidão, por sempre estar ao meu lado nessa odisseia cheia de desventuras que foi o início de caminho pela história ambiental. O segundo, por sua atenção ao ler e ouvir sobre meus projetos e desejos, meu reconhecimento e agradecimento por seu zelo em instruir com as fontes, e por seus esforços em tentar ensinar paleografia.

Aos projetos dos quais participei na graduação, o *Projeto a monitoria no CH estratégias pedagógicas para a construção do conhecimento* e o *Programa Residência Pedagógica,* o meu muito obrigado por terem sido imprescindíveis ao meu crescimento profissional e amadurecimento acadêmico. Em nome das professoras Lauriceia Galdino, Juciene Cardoso e do professor José Otávio, e Regina Coelli, estendo os meus agradecimentos a todos os demais envolvidos nessas atividades.

Aos meus companheiros e companheiras da turma 2016.1., com carinho: Michell, Fernanda, Jeferson e Tarcísio, que certamente dividem momentos de alegria e tristeza nesses anos de

graduação, e aos componentes do grupo de pesquisa *História Colonial e Imperial*, que comigo perseveram ao tentar entender parte da entusiasmante história do Brasil.

Reforço meu agradecimento a Jeferson Maia, que nesses últimos dois anos se tornou mais que um colega de turma, meu companheiro de apartamento. Divido com você ótimas conversas, bons momentos (de alegria e tristeza), mas, acima de tudo agradeço pela confiança – em tempos tão incertos, sua generosidade é admirável.

A Luan Carlos, meu grande amigo de infância o qual o tempo não levou, agradeço a você por estar presente desde os primeiros dias de aula, até os últimos dias dessa angustiante jornada acadêmica. Minhas noites, com certeza, não teriam sido as mesmas sem nossas conversas, e nossas intermináveis jogatinas. O Éverton, que também é o "Nottreve" e o "professor Aragão", é eternamente grato por sua amizade e seu carinho.

A meus familiares, de sangue e de afeto, sempre amorosos e dispostos a me ajudar.

Agradeço aos meus avôs Mário, Antonio *(in memoriam)* e Fernando, com que tanto tenho aprendido sobre honestidade e perseverança.

A meus irmãos, David e Mateus, com quem tanto aprendo e com quem sigo compartilhando tantas identificações e cumplicidades, com afeto e admiração.

Aos pequenos João, Davi e Vitor; também as lindas Isis e Alice, que tanto tem nos ensinado a importância de viver com entusiasmo as pequenas descobertas de cada dia.

Ao meu tio Alexandre *(in memoriam)*, por ter me ensinado que a diferença é fundamental. Que grande historiador, professor, médico, músico, ou qualquer outra coisa que quisesse ter sido – teria sido –, meu tio. Saudades.

A minha prima Vanessa, uma voz de alento. Agradeço suas simpáticas palavras de ajuda nos momentos difíceis. Por isso, e por nossos sonhos em uma educação que transforme e faça a diferença. Por nossos desejos em escrever e decifrar a história. Sua convicção de que eu posso fazer a diferença, sem dúvida, me desperta.

A minha mãe, Eliane, e ao meu pai, Márcio, meus maiores exemplos de amor. De vocês, recebi sem dúvida todos os ensinamentos mais importantes. Agradeço, com amor.

Reforço meus agradecimentos a Simone Queiroz Aragão e Eliane Severo Alves, as mais importantes raízes que eu poderia ter. Duas mulheres – duas mães – que desde a minha infância me amou, me cuidou e me auxiliou. Eu amo vocês: Eliane e Simone.

A Karolliny Miranda, por suas minuciosas leituras, discussões, comentários, críticas e sugestões, apoios incondicionais, incentivo e interesse. Fogem do controle e alcance das palavras. Não há como exprimir tudo o que vivemos: os sonhos compartilhados, o riso e a tristeza. Agradeço, Karol, por existir uma mulher, e em breve também historiadora, que tanto representa em minha vida.

A todos os trabalhadores, que mesmo sem saber o valor do Pau-brasil, financiaram esta pesquisa. Através dos impostos pagos diariamente, pude estudar gratuitamente. A vocês, escrevi este trabalho de forma com que vocês entendam que: as árvores fazem parte de suas vidas.

E ao Pau-brasil, a árvore que faz sombra aos meus pensamentos, através dela e de suas histórias pude ver: a História também pode ser Verde.

RESUMO

A Mata Atlântica brasileira após 1500 foi o palco de um drama ambiental que ultrapassou a densa floresta e chegou até nós por meio de uma documentação oficial. Nessa trama, homem e natureza protagonizam diversas relações – de destruição, mas, também de conservação e planejamento. A árvore símbolo da nação, é também a árvore que representa a propalada destruição de nossas matas. Sendo assim, o presente trabalho dialoga com as áreas de pesquisa da História Ambiental, da Ciência e da Circulação de plantas. A partir da abordagem *connected histories* – ou *histórias conectadas* – pensada primariamente a partir do historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, mas também das reflexões de Serge Gruzinski, analisamos as teias e as conexões históricas realizadas através do corte, embarque e comércio do Pau-brasil, com o objetivo de compreender as diversas relações socioambientais entre diferentes grupos étnicos. Para tanto, refletimos acerca dos conceitos de *paisagem e memoria, circulação de plantas e conexões imperiais* a partir da ótica de Simon Schama, Lorelai Kury e João Fragoso, respectivamente. Ademais, ao longo dos capítulos abordamos temas como o protagonismo do pau-brasil perante diversas áreas de estudos, o tema do pau-brasil na historiografia brasileira, e relação natureza e sociedade. Por fim, consideramos que há mais que seiva no alburno, e brasilina no cerne do pau-brasil – há história(s). São histórias que representam diálogos; diálogos que muitas vezes ultrapassam a própria história humana.

Palavras-chave: Pau-brasil; América Portuguesa; Circulação de Plantas.

ABSTRACT

The Brazilian Atlantic Forest after 1500 was the scene of an environmental drama that surpassed the dense forest and reached us through official documentation. In this plot, man and nature star in various relationships - of destruction, but also of conservation and planning. The symbol tree of the nation is also the tree that represents the widespread destruction of our forests. Thus, the present work dialogues with the research areas of Environmental History, Science and Plant Circulation. From the connected histories approach - thought primarily from Indian historian Sanjay Subrahmanyam, but also from Serge Gruzinski's reflections, we analyze the webs and historical connections made through the cutting, shipping and trade of Pau Brazil, with the objective of understanding the different social and environmental relations between different ethnic groups. To do so, we reflect on the concepts of landscape and memory, plant circulation and imperiais connections from the perspective of Simon Schama, Lorelai Kury and João Fragoso, respectively. In addition, throughout the chapters we deal with topics such as the role of redwood in various areas of study, the theme of redwood in Brazilian historiography, and the relationship between nature and society. Finally, we consider that there is more than sap in the sapwood, and brasilina at the heart of the redwood - there is history (s). They are stories that represent dialogues; dialogues that often go beyond human history itself.

Keywords: Brazilwood; Portuguese America; Plant Circulation.

LISTAS

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E TABELAS

Figura 1: Cerne e casca do Pau-brasil. 13
Figura 2: Tronco de pau-brasil aberto 39
Figura 3: Folhas de Pau-brasil 40
Figura 4: Flores de Pau-brasil 41
Figura 5: Flores de Pau-brasil 41
Figura 6: Fruto, ainda verde, de Pau-brasil 41
Figura 7: Fruto, maduro, de Pau-brasil. 41
Figura 8: Fruto, depois de aberto, de Pau-brasil 42
Figura 9: Pau-brasil em desenvolvimento 42
Figura 10: Ibirapitanga. Willem Piso, 1658 51
Figura 12: Bois de Brésil 52
Figura 11: Indígenas cortando pau-brasil para os franceses 52
Figura 13: Pau-brasil florido, Parque do Ibirapuera 53
Figura 14: Pau-brasil, Universidade Federal de Campina Grande 55
Figura 15: Atlas Delle Navigazione e Viaggi de Giacomo Gastaldi 93
Figura 16: Carta do Brasil de Lopo Homem 94
Figura 17: Detalhe da Carta do Brasil de Lopo Homem 94
Figura 18: Tusschen Bahia Baxa (Punto de Lucena) de Johannes van Keulen 96
Figura 19: Detalhe da carta de van Keulen 96

LISTA DE SIGLAS

AHU ..... Arquivo Histórico Ultramarino
IHGB ..... Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IGHB ..... Instituto Geográfico e Histórico Baiano
UFCG ..... Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE PESOS

Quintal ..... 58, 982 Kg

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS **5**
LISTAS **10**
PRÓLOGO **14**
INTRODUÇÃO **15**

CAPÍTULO I
PAU-BRASIL: UMA HISTÓRIA COM FORMA E NOME **27**
1. 1 *Quantificações* e *qualificações*: uma história preocupada com a natureza 27
1. 2 O Pau-brasil é um sujeito: construindo cenários, descontruindo barreiras 34
1. 2. 1 O pau-brasil é um sujeito no campo da botânica 36
1. 2. 2 O pau-brasil é um sujeito no campo da geografia 43

CAPÍTULO II
O TRONCO DESPEDAÇADO: A HISTORIOGRAFIA DO PAU-BRASIL **56**
2. 1 Uma reflexão historiográfica sobre o pau-brasil 56
2. 2 Os historiadores e o pau-brasil no século XX e XXI 56
2. 2. 1 Pau-brasil: nos anos de Império e no IHGB 57
2. 2. 2 Pau-brasil: os frondosos anos 30 e suas leituras econômicas 58
2. 2. 3 Pau-brasil: por alguns dos "intérpretes" do Brasil 63
2. 2. 3 Pau-brasil: os recentes debates da história ambiental 67
2. 2. 4 Pau-brasil: escrever para informar ou vender? 75

CAPÍTULO III
REPENSANDO O (PAU-)BRASIL NO TEMPO DE COLÔNIA **79**
3. 1 A exploração do Pau-brasil: um feito espontâneo e localizado? 79
3. 2 Na trama das redes: os universos escondidos atrás das árvores 85
3. 2. 1 Os caminhos do poder e das riquezas: a sanha e cólera portuguesa 86
3. 2. 2 Os caminhos no Além'mar: o contrabando francês e a manufatura holandesa 88
3. 2. 3 Os caminhos das matas: a significação e o valor indígena 92

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A SINFONIA DE UM ADEUS OU RECONSIDERANDO OS "CICLOS"? **98**
FONTES **102**
Século XVI-XVII 102
Relatos de cronistas 102
Cartas cartográficas 102
BIBLIOGRAFIA **102**

Um dos primeiros atos dos marinheiros portugueses que, a 22 de abril de 1500, alcançaram a costa sobrecarregada de floresta do continente sul-americano nos 17 graus de latitude sul, foi derrubar uma árvore.

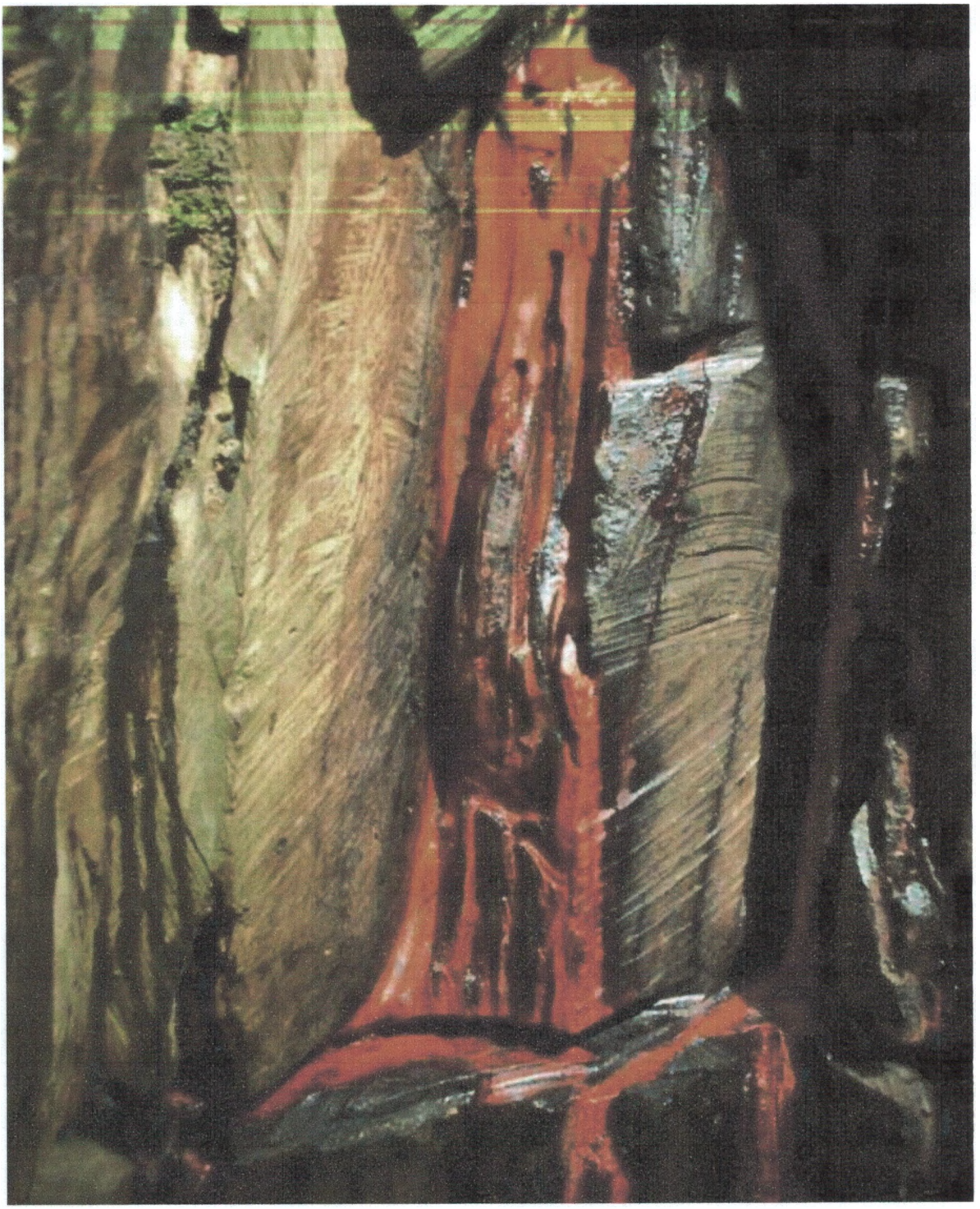
Warren Dean, *A ferro e fogo*, 1996.

*

O que Portugal retirou de madeira do Nordeste do Brasil – madeira gorda e de lei, que a outra lhe dava até repugnância – para levantar ou reparar seus conventos, suas igrejas, seus palácios, toda a sua arquitetura volutuosa, para construir seus barcos e seus navios, forma um capítulo da história da exploração econômica do Brasil pela Metrópole, na sua fase já parasitaria, que um dia precisa ser escrito com vagar e minúcia.

Gilberto Freyre, *Nordeste*, 1937.

Figura 1: Cerne e casca do Pau-brasil.



Legenda: Pau-brasil (*Paubrasilia echinata* – antiga *Caesalpinia echinata*). Corte ligeiramente vertical no tronco. O cerne tem cor de brasa, donde se originou o nome de nossa pátria; a parte em tons claros e escuros que envolve o cerne é o alburno, que é revestido por casca fina. Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, 2008. Editado de Fabio Colombini.

PRÓLOGO

Por sorte algumas cidades mantêm em contato com as pessoas alguns "vestígios verdes" da natureza. É quase um acaso, um fiozinho de sorte, haver um lugar para contemplação da paisagem, digo, é difícil conseguir ver o contraste entre os cenários naturais dos cenários urbanos, no nosso dia-a-dia. Muito mais difícil é conhecer um local que acolha espécies da flora nativa, protegida, dentro do espaço urbano.

Não lembro com exatidão a primeira vez que visitei um desses locais. Talvez com um esforço mais demorado conseguiria resgatar algumas idas ao Parque Florestal que fica no centro da cidade onde cresci. Sei que, para mim, é mais fácil relembrar a primeira vez que fui ao Parque da Jaqueira, no Recife. E mais fácil ainda é contar sobre a primeira vez que fui ao Parque da Criança, em Campina Grande. A questão é que, no transitar por esses acúmulos urbanos, ao longo de minha vida, vi mais do que simples cidades: observei naturezas distintas.

Naturezas que muitas vezes se escondem em pequenas reservas de verde, de árvores; naturezas que muitas vezes são ambientes criados pelos próprios homens para não perder de vista o verde e o cheiro de terra em suas vidas. São parques, assim como os parques de diversões, mas parques, que antes de tudo, nos ligam à natureza. Reservadas as devidas proporções, não seria exagero dizer que o Parque da Jaqueira está para o Recife assim como o Ibirapuera está para São Paulo, ou dizer que ele está assim como o Parque da Criança para Campina Grande ou do Parque Florestal para Santa Cruz do Capibaribe.

Apesar de tudo, são parques, são restinhos de verde no meio do concreto das cidades, e mais do que tudo, são ideais para o desenvolvimento de atividades recreativas, rodeado de natureza, história e cultura, memórias e afetividades.

Desde muito cedo visito esses parques. Neles, as lembranças fazem parte de minha história. Mas nunca, nunca em minha vida, vi de perto uma árvore de Pau-brasil. A árvore símbolo da nação não está nos parques florestais – mas se não aí, onde deveria estar? No Recife, por exemplo, há mais Baobás (árvore típica de regiões africanas) tombados pelo Estado, que árvores de Pau-brasil. Talvez se Saint-Exupéry tivesse citado Arabutã invés de Baobá, em "O Pequeno Príncipe", a história fosse outra. Mas talvez o esforço fosse grande, em desensinar a essa gente que o que vem de fora é melhor.

É, "nossos bosques têm mais vida", mas nem todo brasileiro tem o bosque que merece, ou pior, em seus bosques não há mais vidas.

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho sobre o Pau-brasil, árvore típica da Mata Atlântica brasileira [1], árvore que primeiro testemunhou a devastação que sofreu "a ferro e fogo" este bioma – como já disse o historiador Warren Dean (2004). Foi essa árvore que desde as primeiras décadas da colonização portuguesa nas américas foi sendo derrubada, apanhada e apagada da história brasileira. Tendo como nome científico atual, *Paubrasilia echinata* (antiga *Caesalpinia echinata*), também pode ser conhecida popularmente como Arabutã, Ibirapiranga, Ibirapitá, Ibirapitanga, Orabutã, Pau-de-tinta, Pau-rosado, Pau-Pernambuco ou simplesmente: Pau-Brasil.

São muitas histórias, a mais famosa: há cerca 500 anos um extenso território conquistado pelo Império Português foi nomeado pelo mesmo nome dessa árvore. E hoje, somos o único país do mundo a ser denominado de (Pau-)Brasil. Somente a pouco mais de 40 anos *Paubrasilia echinata* foi declarada árvore símbolo da nação brasileira, mas ainda são poucos os esforços de sua conservação e preservação. Para alguns uma árvore belíssima, nobre e preciosa, ela é a melhor metáfora da história do nosso país, para outros uma simples árvore inidentificável no meio da mata. A verdade é que ela, hoje, é uma árvore que ruma à extinção.

Só quando iniciei o ensino superior percebi que o estudo da história não se resumia a decorar datas e rememorar os grandes feitos dos grandes homens. Foi somente quando passei para a graduação que percebi que não estudamos a história simplesmente para não repetir os erros passados no futuro próximo – é também por isso, mas não se limita a isso. Foi um choque. A história havia se inovado e isso não havia chegado no ensino secundário, não havia chegado em uma cidade chamada Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste pernambucano.

Nos primeiros meses do curso percebi que a história também estudava o meio ambiente, se relacionava com a natureza. Encontrei uma coisa a princípio estranha, que se chamava: "história ambiental". Foi entusiasmante. Percebi que a minha história, a história de meus familiares e amigos, e a história da minha cidade era também a história do rio

[1] Entendemos a Mata Atlântica aqui a partir de Warren Dean (2004), isto é, observemos um bioma que é cicatrizado pela ocupação e pelo trabalho humano. E por isso abriga diversos protagonistas: índios, missionários, exploradores, cientistas, e até mesmo árvores – as quais não se isolam, nem se apartam do curso histórico. Porém, não ignoramos as críticas feitas por Carvalho, Ely Bergo de. *Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A Ferro e Fogo* (2010), e outros, à obra de Dean (2004). Ou seja, não reduzimos nossas análises a ideia de que as florestas, as árvores, foram tão somente destruídas, procuramos, entretanto, ver quais inter-relações seres humanos estabeleceram com ela.

Capibaribe – que divide o território da cidade de Santa Cruz do Capibaribe com o município vizinho, Brejo da Madre de Deus, ambos do estado de Pernambuco. Eu ainda não havia lido as primeiras páginas do clássico *Apologia da história e o ofício do historiador*, de Marc Bloch, mas já descobria na biblioteca da UFCG *Paisagem e Memória*, um dos principais livros do historiador norte-americano Simon Schama. Cheguei a escrever em letras garrafais em cadernetas de estudo suas palavras, que diziam: "Os cursos d'água não são os únicos elementos da paisagem que transportam a carga da história" (SCHAMA, 1996, p. 15).

Percebi que o rio era uma possibilidade de estudo, mas a natureza é grande e larga, o rio era apenas uma alternativa em meio a um universo de possibilidades de estudo. Sobre isso falarei pontualmente daqui a pouco, o que deixo claro agora é que, nesse estudo, meu objetivo geral é o de analisar as teias e as conexões históricas realizadas no contexto dos primeiros anos da conquista da américa portuguesa (século XVI), através das relações socioambientais entre seres humanos com o pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), da Mata Atlântica brasileira.

Pensando nas recentes inovações nos estudos da história estamos diante de algo que não é simplesmente e apenas uma árvore. Pois há mais que seiva no alburno, e brasilina no cerne do pau-brasil – há história(s). São histórias que representam diálogos; diálogos que muitas vezes ultrapassam a própria história humana.

Mas buscar o diálogo entre a história e outras áreas do conhecimento nem sempre é tarefa tão simples, por exemplo, é difícil estabelecer relações, trocas e conexões acadêmicas entre História e Geografia, História e Biologia, História e Botânica e vice-versa. Assim aconteceu comigo no processo de construção deste trabalho. No início da graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande, para um bom amante do mundo natural e da história humana o encontro com alguns conceitos e expressões interdisciplinares que ligavam a História a disciplinas como Geografia e a Biologia, foi espetacular. Destrinchei artigos e livros que exploravam esse domínio histórico – a história ambiental; me aprofundei em diversos temas e períodos, porém, faltava algo que fosse "meu" – foi aí que o desafio começou.

* * *

O aporte teórico já tinha, que era o da História Ambiental – sobre ela destino o primeiro tópico de discussão desse trabalho –, mas qual tema decidir? Qual o recorte temporal? Qual abordagem seguir? E, o mais difícil, quais fontes utilizar? São perguntas que qualquer estudante de graduação em História se faz, pelo menos em algum momento do curso é obrigado a se fazer, mas esses questionamentos se tornam mais assombrosos quando já se sabe o que quer fazer, e, ainda que sob uma proteção metodológica, vi um largo e grande tronco de árvore desabando sobre mim. Estaria preso entre o solo raso e úmido da Mata Atlântica e a casca do Pau-brasil, caso não fosse o repentino empurrão acadêmico de alguns companheiros que dividem comigo os esforços e o mérito dessa pesquisa.

A escolha do tema foi o momento mais difícil e, também, o tranco que deu partida a essa jornada. Tudo começou quando conheci o Prof. Dr. José Otávio Aguiar, ainda no final de meu segundo período de formação. O professor, ao longo do meu primeiro ano de curso, se tornou uma espécie de "entidade acadêmica" para mim, pois sempre comentava com outros professores, desde o primeiro período do curso (em 2016.1), sobre o meu desejo em estudar mais as relações entre sociedade e natureza ao longo da história, isto é, nunca ninguém me havia apresentado essa oportunidade, essa relação – mas a vontade, ainda que tímida, sempre existiu dentro de mim –, mesmo assim eu sabia que isso era algo importante e viável de ser pensado.

Ainda assim os professores não conseguiam lidar com essas inquietações e sempre me orientavam a procurar o José Otávio; ele no curso de História da UFCG é, normalmente, o professor que apresenta aos novos alunos a História Ambiental em suas disciplinas, é ele também quem costuma orientar trabalhos com a temática. E durante cerca de um ano nossas conversas foram esporádicas, porém, sempre incisivas e proveitosas, nunca faltava uma sugestão de leitura teórica vinda do professor.

Foi justamente nesse mesmo período que comecei a cursar disciplinas que a Profª. Drª. Juciene Ricarte Cardoso ministrava. Somente no segundo semestre letivo do ano de 2017, ela sendo a professora e eu o aluno, no componente curricular de Brasil 1, fui descobrindo aos poucos que a professora Juciene Ricarte era afeita a discussões realizadas pela História Ambiental, em uma perspectiva de se trabalhar as relações entre povos indígenas e meio ambiente. Tendo me chamado a atenção pela competência e suas longas conversas sobre os históricos de pesquisa bem-sucedidos de seus ex-orientados, ingressei no grupo de pesquisa sobre História do Brasil Colônia e Império, coordenado pela professora Juciene.

Suas discussões sobre Brasil Colônia, de fato, exerceram grandes influências. Como resultado dessas inquietações estimuladas pela professora, fiz a seleção para o cargo de monitor bolsista da disciplina no período seguinte (2018.1), e, passei. Exerci minhas atividades como se cada encontro fosse novo – e eram –, meus interesses sobre o período da colonização da América Portuguesa foram se despertando cada vez mais.

Após uma aula, que eu havia de ministrar para o cumprimento das atividades de monitoria, sobre as bases da História Ambiental, o insight para essa pesquisa surgiu: o pau-brasil, por sugestão da professora Juciene se tornou um possível veio para futuros estudos.

Foi a partir da "genealogia" e dos esforços docentes desses dois professores que passei a pesquisar mais a fundo o que já me era tão certo desde os primeiros períodos da graduação, a História Ambiental. Iniciei algumas pesquisas junto ao grupo de estudos sobre Brasil Colônia, publiquei alguns artigos; de fato, a dinâmica do grupo me possibilitou abrir novos horizontes como o estudo da paleografia. Através do grupo também pude conhecer novos e aperfeiçoados trabalhos sobre o período colonial brasileiro, tal como a monografia do Prof. João Eudes do Nascimento Alves, *O pai impertinente faz o filho desobediente: transgressões da Família Almeida na capitania da Bahia do século XVIII* (2015). Não poderia deixar de dizer que a partir desse estudo partiu o esboço e a estrutura dessa monografia e projeto, e algumas reflexões sobre o trato das fontes. Além disso, foram as experiências adquiridas no grupo que me possibilitaram trabalhar com os relatos de cronistas e demais fontes impressas dos séculos XVI, aperfeiçoando cada vez mais o projeto de monografia e questões que são a base desse estudo.

Não poderia deixar de mencionar outro sujeito fundamental para a realização desse trabalho. Além do auxílio que a monografia e as reflexões de Eudes Alves me proporcionaram, desde a fase do projeto à escrita da monografia também esteve presente o Prof. Marcos Saulo Nóbrega, como um verdadeiro irmão mais velho, sempre nas minhas produções e estudos me ajudando a pensar teoricamente e metodologicamente a História Ambiental, sempre me instruindo com responsabilidade e cuidado com a narrativa e pontuações conceituais nesse e em outros trabalhos.

Nesses idos e vindos, ao longo desses dois anos iniciais de curso, nas várias conversas, orientações e sugestões, vários temas foram possíveis objetos de estudo para o projeto de monografia, 1) passei pela História dos viajantes do século XIX; 2) explorei a história do Rio Capibaribe; e 3) esbocei alguns estudos sobre o agenciamento das águas no

período colonial. Alguns desses temas podem ser objeto para futuros estudos. Mas, de qualquer modo lá se foram três temas (ou talvez alguns outros que me passaram pela mente furtivamente). Karolliny Miranda, minha companheira de curso, a quem eu dividi diversas conversas vai saber bem quantos foram e quantas ideias poderiam ter se tornado meu tema nesse trabalho.

Entretanto, durante essas pesquisas o chamamento da professora Juciene sempre esteve em meus planos, apesar de estar estudando outras temáticas, meus desejos foram sempre abrangentes (volto a citar: o meio ambiente); logo, o pau-brasil foi uma "pedra que havia no meio do caminho". Quando não estava lendo sobre os rios, as matas ou os relatos de algum viajante, visitava instrumentos de pesquisa digitalizados do Arquivo Histórico Ultramarino e pesquisava verbetes que fazia menções ao pau-brasil. Ia até os cronistas do século XVI e XVII e revisitava suas célebres e conhecidas obras, pesquisava e visualizava com cuidado o que aqueles antigos tinham em mente sobre a natureza do Brasil. E assim foi... até que revendo minhas anotações, sobre os cronistas e, sobretudo, sobre o pau-brasil, pude esquematizar em um conjunto de fontes que me daria uma boa exploração. Diz, um cronista, chamado Jean De Léry, em um desses documentos:

> Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar o seu arabutan [pau-brasil]. Uma vez um velho perguntou-me: Por que vindes vós outros, maírs e perôs [franceceses e portugueses] buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? (LÉRY, 1980, p. 169).

Os historiadores trabalham com fontes. É esta a nossa madeira bruta, a qual talhamos e trabalhamos. Em outras palavras, nos apropriamos delas por meio de abordagens específicas, métodos diferentes e técnicas variadas (PINSK, 2008, p. 7). É um caso de cumplicidade e longas horas de análise entre o historiador/fonte. Alguns historiadores até dizem que são elas – as fontes – que nos escolhem por algum motivo, e posso concordar com isso em partes, o que é certo também é que vamos com nossas vontades, inquietações e toda nossa subjetividade ao encontro com as fontes.

Por isso, o que me atraiu nas obras não foi o potencial econômico do pau-brasil e seu comércio nos primeiros anos de extração – algo que para mim é comum em praticamente todos os estudos sobre o pau-brasil –, mas sim, me chamou atenção o fato de como essa

madeira esteve presente em uma série de disputas simbólicas, políticas e cotidianas em dado contexto histórico-social.

Esse documento, feito em formato de relato pelo francês Jean De Léry, me levou a inúmeros questionamentos, bem como a diversas outras fontes: o Planisfério de Cantino, a primeira citação do pau-brasil na cartografia, os escritos de Duarte Pacheco Pereira, Duarte Fernandes, Afonso de Albuquerque, Pero de Magalhães de Gândavo, Gabriel Soares de Souza, Simam de Vasconcellos, entre outros.

Além dessas fontes, algumas outras complementam a construção deste texto, como, por exemplo, as Cartas de D. João III de Portugal, outorgando poderes a Martim Afonso de Souza, a carta do rei da França, François I, Carta de doação da Capitania da Bahia a Francisco Pereira Coutinho, Foral de Duarte Coelho (dado por D. João III), O regimento do Pau-brasil de 1605, entre outras. Documentos esses que trazem em si normas e códigos que vigoravam D'aquém e D'além mar.

Com efeito, os documentos fazem referência, essencialmente, às dominações do Império Ultramarino português localizados na Mata Atlântica brasileira (Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte). Se mais pudesse ser dito, diria que, de fato, o fator preponderante, foram os documentos, foram eles que me abriram os caminhos por meio das matas até o pau-brasil.

Além disso, para prestar um maior cuidado à narrativa do texto, optei por não colocar imagens no decorrer do texto, mas agrupá-las no final do capítulo I; também, decidi por evitar exageradas quantidades de citações teóricas ao longo do texto, alguns conceitos só são claros diante da fonte, mas, em sua maioria busquei diluir na própria análise documental. Diante disso, são recorrentes neste trabalho os seguintes conceitos: *paisagem* e *memória, circulação de plantas e conexões imperiais.* [2]

Um conceito-chave para os estudos em história ambiental é a *paisagem*. É neste sentido que os historiadores e historiadoras ambientais pensam a terra como um documento histórico carregado de informações. Pois, vejamos: para o historiador Simon Schama, em *Paisagem e Memória* (1996): "até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto" (SCHAMA, 1996, p.

[2] Sobre os conceitos ver respectivamente: **Paisagem e Memória** (1996), de Simon Schama; **Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX** (2005), de Lorelai Kury; **Nas rotas do império: eixos mercantis, tráficos e relações sociais no mundo português** (2006), e **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII** (2010), ambos organizados por João Fragoso.

20). Logo, "antes de poder ser um repouso para os sentidos, a *paisagem* é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas" (SCHAMA, 1996, p. 17). Sendo assim, para Simon Schama, a *paisagem* é cultura antes de ser natureza – ou seja, uma paisagem é repleta de significados identitários e simbólicos, construídos e reproduzidos, que acabam alimentando o imaginário social e os modos de viver em sociedade.

Porém, não quer dizer que *paisagem* não possa ser entendida de outras formas. Nem tão pouco que não tenha sido detalhada a partir de outros pressupostos – que muitas vezes se complementam. Segundo o geógrafo brasileiro Milton Santos: "a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza" (SANTOS, 2009, p. 66). E mais, "a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal" (SANTOS, 2009, p. 67) Nesse sentido, "a paisagem é história congelada, mas participa da história viva" (SANTOS, 2009, p.69).

Não obstante o conceito de *paisagem*, temos o de *memória*. A partir desse, podemos inferir que a natureza brasileira – e, sobretudo, o Pau-brasil – também é lugar para a criação de múltiplos significados. Pois, "antes de poder ser um repouso para os sentidos, a *paisagem* é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas". (SCHAMA, 1996, p. 17).

E é justamente no dito "Novo Mundo", onde o cronista vai explorar, além da paisagem natural, a sua *memória*, permitindo assim aos que se dispuseram nessa aventura, nos séculos XVI ao XVII, criar as imagens mais metafóricas e fragmentárias, estabelecendo complexas relações de semelhanças e diferenças entre as espécies nativas D'aquém e D'além mar. Trata-se, portanto, de uma relação de *eu* (europeu), com o *outro* (Pau-brasil). E mais, é uma relação de alteridade entre europeu, natureza e povos indígenas, todos interligados pela *paisagem* e pela *memória*. Sobretudo uma memória que é também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 2013, p. 477).

Todavia, antes do contato europeu com uma única tora que fosse de Pau-brasil, antes de imaginar que havia outros povos e outras culturas antes não imaginadas, tinham que cruzar um vasto Oceano. Dessa maneira, o movimento, a mudança, o passar do tempo e a mobilidade

espacial são tratados aqui como ações que transformaram de algum modo os objetos, as plantas e os seres humanos [3].

Sendo assim, é imprescindível destacar que, em seus deslocamentos, as plantas não permaneceram as mesmas. Através da historiadora Lorelai Kury (2013), podemos evidenciar que a *circulação de plantas*, nesse caso, de Pau-brasil, constrói novas relações com o ambiente natural e humano, aprimora ou inibe suas virtudes, aumenta ou diminui sua importância, faz com que sejam usadas de maneira habitual ou inesperada, que cresçam em florestas, jardins botânicos ou estufas, que sejam ingeridas, cultivadas, colhidas, desprezadas ou admiradas (KURY, 2013).

Porém, para nos aprofundarmos nas dinâmicas específicas das fontes, e para darmos entendimento ao nosso recorte espacial, temos que entender um pouco sobre o *Império Português*, mas também deles com os indígenas, e com outros impérios: o francês, por exemplo. Para tanto, optamos por dialogar também com o conceito de *conexões imperiais*.

Por meio do historiador João Fragoso (2006), compreendemos que utilizar sistematicamente o conceito de conexões *imperiais* é afirmar que não observamos um todo homogêneo comandado por uma poderosa metrópole. Observamos – em contrapartida – um *Império* português como um conjunto heterogêneo de possessões ultramarinas, cuja relação com a metrópole variava conforme as conjunturas, e, também, de acordo com os variados processos históricos que constituíram essas mesmas possessões (FRAGOSO, 2006). Isto é, devemos considerar as mais variadas relações entre o poder central e os diversos poderes locais. Nesse sentido, o conceito de conexões imperiais obriga-nos a voltar a nossa atenção para as demais possessões ultramarinas que constituíam o *Império* português, sem as quais sabemos, hoje, não ser possível conhecer de fato a sociedade colonial brasileira.

É importante ressaltar que investigamos esses conceitos, e analisamos as fontes, a partir da abordagem *connected histories*, a qual se mostra como elemento chave para o entendimento desse trabalho, pois, pensamos a partir de uma metodologia que investiga a dinâmica de circulação de pau-brasil através de diferentes regiões globais. Nesse sentido, a *connected histories* – ou *histórias conectadas* – fornece bases metodológicas para analisarmos

[3] A historiografia tem tratado de forma rica e variada do tema da circulação de plantas. Ver, entre outros: Beinart, William; Midleton, Karen. **Transferência de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão** (2009).

as conexões reais, os contatos entre os povos, que inicialmente se opuseram geograficamente, mas que podem ser entendidas por meio de uma nova compreensão:

> The first is to overcome the partition of historical research along national lines in order to take into account all the phenomena that occur across state borders. Indeed, partitions along national lines tend to disregard or obfuscate all interactions or connections by assuming that borders are impervious, and by removing objects from their transnational contexts and linkages. For instance, how can we write a history of Ibero-America if we consider the Spanish and Portuguese worlds as strictly distinct? The second goal is to write a history of the world that is not solely dominated by a Western point of view [4]. (DOUKI; MINARD, 2007, p. IV).

História conectada é, portanto, o esforço de interpretações que visam olhar para o conjunto de interações múltiplas realizadas através do vai-e-vem, entre as diferentes escalas de análise e por um descentramento do olhar (DOUKI; MINARD, 2007). Em outras palavras, *história conectada* nos serve para compreender as conexões entre diferentes histórias para além de seus próprios territórios regionais, nacionais e continentais, porém, é importante levar em consideração que cada espaço e contexto possui passados e processos extremamente distintos uns dos outros, estabelecendo diferentes relações políticas, sociais e culturais (HARTOG, 2013).

O historiador Serge Gruzinski, em *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização* (2014), por exemplo, trabalha a partir da categoria "mundialização", que, no seu entendimento, se refere à escala planetária dos horizontes de atuação e às interconexões humanas, materiais e simbólicas que se construíram sob o marco da dominação colonial da monarquia católica nos continentes europeu, africano, asiático e americano. Que aflora nos diferentes agentes históricos "um estado de espírito, uma sensibilidade, um saber sobre o mundo nascidos da confrontação de uma dominação de visão planetária com outras sociedades e outras civilizações" (2014, p. 32).

---

[4] Tradução: "O primeiro é superar a partição da pesquisa histórica em linhas nacionais, a fim de levar em consideração todos os fenômenos que ocorrem através das fronteiras estaduais. De fato, partições ao longo de linhas nacionais tendem a desconsiderar ou ofuscar todas as interações ou conexões, assumindo que as fronteiras são impermeáveis e removendo objetos de seus contextos e vínculos transnacionais. Por exemplo, como podemos escrever uma história da Ibero-América se considerarmos os mundos espanhol e português como estritamente distintos? O segundo objetivo é escrever uma história do mundo que não seja apenas dominada por um ponto de vista ocidental". (DOUKI; MINARD, 2007, p. IV).

> Esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si. Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, **o historiador tem de converter-se em uma espécie de eletricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais** que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras. (GRUZINSKI, 2001, p. 176) (Grifo meu).

Diante disso, podemos notar nossa inclinação à abordagem das *connected histories*, conforme proposta pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam. Uma investigação histórica marcada pela geração de mediadores sociais e espaços intermediários de convergência do "local" com o "global", além de choques culturais, dominação, adaptações, mestiçagem e resistências (SUBRAHMANYAM, 1997), que se tornam parte do papel do historiador, conectar as paisagens misturadas:

> Longe das visões dualistas – que costumam opor o Ocidente aos outros, os espanhóis aos índios, os vencedores aos vencidos –, **as fontes nos revelam paisagens misturadas**, muitas vezes surpreendentes e sempre imprevisíveis. (GRUZINSKI, 2001, p. 176) (Grifo meu).

Nesse sentido, nós entendemos que a exploração do pau-brasil, seu corte, embarque e trato, parte não como algo feito por acaso, mas sim através de um processo de integração econômica em escala global, entre povos indígenas, portugueses, franceses, holandeses etc. Não é algo novo dizer isso. Mas devemos dizer que as conexões não se limitaram apenas aos portugueses. Fomos também colonizados – para não dizer explorados – por outros, para além desses. Os franceses, por exemplo, dividiam espaços com os adversários portugueses. Logo, esses também se puseram como agentes exploradores, criando redes e teias de contatos com povos indígenas, obtendo informações e controlando posições para o contrabando e a defesa do Pau-brasil.

Contudo, as análises de relatos de cronistas exigem metodologia própria, tendo em vista que a *connected histories* fornece suporte para tratar os sujeitos em suas conexões históricas, para além de seus contextos e espaços, mas não o olhar próprio de um sujeito específico sobre determinado evento. Tendo isso em vista, ao analisarmos os relatos, buscamos pensar quais aspectos os cronistas em seus relatos consideraram relevantes

ressaltarem ou omitirem. Processo este denominado por Mary Louise Pratt, em *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação* (1999), como uma "anticonquista", que busca, através de diferentes estratégias, transmitir a negação da guerra, da conquista, da exploração. Com base em um horizonte superior, pretensamente altruísta de ciência Ocidental.

* * *

Já dispondo de elementos básicos como o tema, as fontes, conceitos e aportes metodológicos, o último passo dado foi pensar a respeito das problemáticas que seriam dirigidas ao meu objeto de estudo. Ao longo do trabalho e das pesquisas fui percebendo que é óbvio, que no Brasil existem trabalhos de história econômica e de história das técnicas que abordam as florestas, isto é, fazem uma história econômica da madeira, do seu uso, exploração, desperdício e implicações no desenvolvimento econômico. A preocupação que inspira uma história florestal hoje, ao contrário dos anos 1970, não é o "desenvolvimento da nação", mas sim, as questões inspiradas pela crise ambiental e pela proposta de um eco-desenvolvimento. Afinal, cada sociedade faz suas próprias perguntas ao passado.

Logo, minhas inquietações partem, das perguntas que não somente fiz ao passado, mas, sobretudo, a partir de meus questionamentos do presente. Conforme Thomas (1988) já pronunciava que, hoje em dia, não se pode abrir um jornal sem se deparar com alguma discussão exaltada sobre o abate de animais, o desmatamento de reservas florestais, ou a salvação de animais selvagens ameaçados de extinção; também vivo sendo bombardeado pelas mídias sociais com essas notícias. Mas, apesar disso, pouco se é veiculado sobre o real estado de proteção e conservação de um dos símbolos da nação: o pau-brasil.

Logo, esta pesquisa é importante, primeiro, pois faz um esforço de revisão historiográfica sobre os estudos a respeito da árvore; segundo, pois busca alagar os debates no campo da história ambiental sobre a Mata Atlântica, e, sobretudo, estimula as pesquisas de história ambiental no Nordeste brasileiro; terceiro, porque coloca em questão pautas de estudo e análises de recursos ainda pouco debatidos entre os historiadores, como o uso da cartografia, dos relatos e relatórios de cronistas e viajantes. Por fim, a delimitação temporal proposta ainda não foi analisada dessa forma e novas perguntas serão lançadas.

O primeiro capítulo intitulado de *Pau-brasil: uma história com forma e nome* conta com os subtópicos: "Quantificações e qualificações: uma história preocupada com a natureza", neste primeiro revisito as relações entre sociedade e natureza ao longo do tempo, lançando mão de um olhar crítico e interdisciplinar sobre a história ambiental; no segundo, *O Pau-brasil é um sujeito: construindo cenários, desconstruindo barreiras*, mostro que o pau-brasil é um sujeito vivo, é interlocutor no processo histórico, é um protagonista que é revisitado em diferentes áreas científicas, com suas diferentes significações e conceituações, mas que pode alargar o campo de visão dos historiadores. O que procurei nessa parte foi explorar algo que está muito alicerçado nos discursos historiográficos, mas que na prática ainda se fazem pouco presente: a interdisciplinaridade. Foi uma forma de situar o que se sucede, e, mais do que isso, conhecer o objeto de estudo – o pau-brasil – como algo que está além de um componente histórico, mas é também um sujeito passivo de análises botânicas e geográficas.

O segundo capítulo nomeado de *O tronco despedaçado: a historiografia do Pau-brasil*, constitui-se basicamente em um esforço de revisão historiográfica. Com o objetivo claro e preciso de se fazer uma análise descritiva sobre o que foi estudado sobre o pau-brasil, do século XX até os dias atuais. Nessa parte, demonstro que essa pesquisa não é inédita nem tão pouco pioneira, longe disso, se revela como uma contribuição a mais. Trazer essa parte como um capítulo do trabalho é indispensável, pois foram poucos aqueles que produziram tal Estado da Arte.

O terceiro capítulo que tem como título *Repensando o (Pau-)Brasil no tempo de colônia* enfatizo no primeiro item "A exploração do pau-brasil: um feito espontâneo e localizado?", que a colonização e a exploração do território brasileiro fez parte de um processo conjunto, sistêmico e organizado e que, sobretudo, existiram esforços para planejar e gerir o corte e o envio de pau-brasil. No item subsequente: "Na trama das redes: os universos escondidos atrás das árvores" atesto que o tom do vermelho de várias matizes, utilizado para tingir tecidos, aproximou povos, uniu culturas, criou uma rede entre regiões e diversificou costumes.

Ademais, a pontuação que deixo ao longo do trabalho é simples: a natureza não sufoca a história, e a história tão pouco precisa sufocá-la. Ao dizer isso aponto que esta história do Pau-brasil não é uma história natural; ou seja, não é uma explicação das criaturas da floresta e das relações que estas mantem entre si. É, antes, um estudo da relação entre a árvore e os seres humanos.

CAPÍTULO I

PAU-BRASIL: UMA HISTÓRIA COM FORMA E NOME

1. 1 *Quantificações* e *qualificações*: uma história preocupada com a natureza

No passado, os historiadores poderiam ser acusados de conhecer somente os grandes feitos, dos "grandes homens". Mas hoje, é claro, não é mais assim – ou pelo menos pretendemos que não seja. Cada vez mais os historiadores e historiadoras se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. Carlo Ginzburg, historiador italiano do século XX, já escrevia sobre isso em seu prefácio à obra famosa de sua autoria, *O queijo e os vermes* (2006).

E isso foi, sem dúvidas, uma ruptura importante para os modos de se fazer história(s): as mulheres souberam aproveitar dessas recentes (e ainda vagas) introduções, a história dos negros e indígenas de igual forma ganham novos olhares a partir dos novos estudos desses historiadores; enfim, podemos dizer que "os excluídos da história" ganharam voz. Se pesarmos por meio de um olhar retrospectivo avançamos um passo largo e muito importante no ato de historiar.

É verdade, são outros tempos. Novos diálogos surgem diariamente no âmbito acadêmico, a história que antes não dialogava com a antropologia, há algum tempo já há um processo de relação interdisciplinar. É nesse cenário que passei a me inquietar com outras coisas além de propriamente a "história", uma dessas, ainda que não totalmente agrupada com essas novas sensibilizações dos historiadores, e também sociólogos, mas ao mesmo tempo é um assunto tão próximo a nós (como que o oxigênio que respiramos), trata-se de algo vulgarmente conhecido por *natureza* [5].

Consideremos, por exemplo, que nós vivemos e registramos nossas histórias em um pequeno e pálido ponto, de um universo composto de algumas centenas de bilhões de galáxias, uma das quais é a Via Láctea – a "*nossa galáxia*", muito embora não seja nossa. Que

[5] O conceito de natureza é múltiplo, ou seja, a palavra natureza pode possuir vários significados. Podemos dizer que desde a antiguidade a natureza em seu significado, seu simbolismo, vem sendo pensado e repensado por inúmeros intelectuais – filósofos, biólogos, geógrafos etc. –, de Aristóteles até Darwin, e mais, muitos outros discutem sobre o conceito de natureza. Logo podemos perceber que não se trata de algo uniforme e homogêneo. Apesar de ter o sentido amplo de ser aquilo que se relaciona com o mundo físico, concreto, estabelecido naturalmente – como a vida –, veremos que a natureza é também construção cultural.

esta é composta de gás, poeira e aproximadamente 400 bilhões de sóis e que um deles, num braço obscuro da espiral é o Sol, a estrela local.

Acompanhando o Sol em sua viagem de 250 milhões de anos ao redor do centro da Via Láctea, existe um séquito de pequenos mundos. Alguns são planetas, outros são luas, uns asteroides, outros cometas. Levemos em consideração ainda que nós, humanos, somos uma das 50 bilhões de espécies que cresceram e evoluíram num pequeno planeta, o terceiro a partir do Sol, que chamamos de Terra (SAGAN, 2008, p. 60). O nosso planeta se torna algo indivisível e nossas vidas através dele estão entrelaçadas. Por tudo isso, pensar a história não se torna um esforço tão simples e de efeito apenas *qualitativo*.

Já passamos da hora de nos perguntarmos, o que faz/é um historiador diante dessa *quantitativa* imensidão? São várias e diversas as respostas. Marc Bloch (2002), por exemplo, historiador francês, apresenta uma definição que para mim é muito elucidativa: a história é talvez a "ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo" (BLOCH, 2002, p. 55). Lógico, estudar a história é visualizar os homens e as mulheres do gênero *Homo* e suas passagens através do tempo. Mas não podemos simplesmente relegar todo o resto dessa história. A história – a nossa história – é muito mais que o homem (aí lê-se as diferenças de sexo, gênero, cor, classe social etc.), é tudo que o circunda; é também a natureza, pois não vivemos no vácuo espacial.

Uma segunda afirmação, essa tão conhecida quanto a primeira, pode dizer também que "a história de todas as sociedades tem sido a história da luta de classes" (MARX, 2016 p. 52). Karl Marx, sociólogo e filósofo autor da frase, conforme exposto, tentou compreender a história através das relações entre o trabalho e a produção de bens nas sociedades ao longo dos anos – uma concepção materialista da história, na qual as relações de produção são determinantes para caracterizar as sociedades capitalistas, que produzem a luta de classes. No mesmo sentindo do parágrafo anterior, não é interessante determinar a história apenas a algo concreto e único.

Há outras histórias que possibilitam o passado de uma sociedade além das relações – "lutas" – de classe; e, ainda que fosse essa a luta primordial ter-se-ia de se entender como é gerida a natureza e como o modo de produção e de consumo a afeta – problemáticas distantes dos olhares daqueles historiadores que fazem uso do materialismo histórico. Muitos sequer lembram que quanto mais aumenta a capacidade de extração de sobretrabalho, maior é a

quantidade de recursos naturais explorados, de matéria-prima transformada – isto é, dos impactos causados a natureza.

E se buscarmos mais definições para a ciência histórica, ainda poderíamos apontar o pensamento do historiador John Lewis Gaddis, que assim resumiu a posição do historiador frente ao seu objetivo:

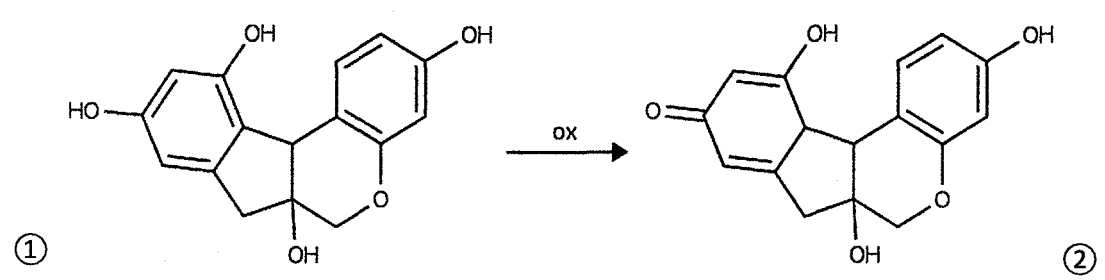
> Nenhum especialista nas guerras napoleônicas ouviu o som de um canhão em Austerlitz. **Os historiadores estão na mesma situação espinhosa de um advogado criminalista que se esforça para reconstruir um crime que ele não presenciou**; ou um físico que confinado ao leito em virtude de uma gripe toma conhecimento de seus experimentos por meio de relatórios de seu técnico do laboratório. (GADDIS, 2003, p. 51) (Grifo meu).

Mas e se no lugar do som de um canhão do século XIX, estivessem os sons dramáticos da destruição de uma floresta: o crepitar intenso do fogo, o ronco do motosserra, o ranger dos correntões arrancando as árvores pela raiz. Como seria se cada árvore pudesse emitir uma mensagem nessa hora? E se esses sons de adeus chegassem aos ouvidos de um historiador anos, séculos depois?

A questão é que, em todos esses posicionamentos a natureza não é instrumento do historiador, nem tão pouco objeto participador das vivências humanas. Na realidade, "tanto na religião ocidental como a ciência ocidental fizeram de tudo para afirmar que a natureza não é a história, mas apenas o cenário, que ver a natureza como sagrada é um sacrilégio" (SAGAN, 2008, p. 165), e, veja, quem disse isso não foi um historiador por formação, foi um astrofísico! [6].

Por muitos anos, *quantificações* que posicionam a vida de homens e mulheres na Terra, esteve separada dos discursos entre os historiadores, isto é, qual seria o historiador que até então se preocuparia em esclarecer o processo de transformação da brasilina em corante?

Tabela 1: Estrutura química da brasilina e da brasileina



[6] O debate sobre sociedade e natureza **ao longo do tempo** por muito é cargo dos geógrafos, biólogos, químicos, botânicos, mas quase nunca tema entre os historiadores.

Fonte: Estrutura de **brasilina** (1), produto natural isolado de Caesalpinia echinata e de **brasileina** (2), derivado oxidado de 1 e responsável pela cor vermelha do Pau-brasil.

Algum historiador mais conservador poderia (e ainda pode) dizer que seja algo desnecessário para o pensar e fazer histórico ter o meio ambiente como objeto de estudo, contudo, não passaria de um tolo desavisado ou mero ignorante. A história do Brasil – e do resto da Terra – está ligada ao uso de plantas na medicina ou relacionada a sua circulação enquanto comércio de produtos naturais, como as especiarias e os corantes vegetais, que serviram de modelos para o desenvolvimento da química e da produção sintética de produtos naturais.

Visto isso, um grito à uma história verde, ecológica, ambiental, é antes de tudo imprescindível. É urgente alargar mais os diálogos, pois o conhecimento histórico deve buscar comunicação com as mais diversas áreas, incluindo a geografia, a geologia, a botânica, a zoologia, biologia, a paleontologia, a agronomia, a ecologia, a química, a história da ciência e tantas outras quantas se tornarem necessárias (DUARTE, 2013) – acredito que o papel da ciência é promover o diálogo.

Foi acreditando nisso que ao longo do curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Campina Grande, fui me dando conta que só a história pela história não gera frutos – e se gera, a metade do fruto está podre pela falta de trocas de nutrientes com o meio. Nesse sentido, desde cedo busquei me atentar aos diálogos entre história e geografia, também com antropologia ambiental e da alimentação, história e direito ambiental entre outros, muito desses elos são promovidos hoje pela "História Ambiental" [7]; que terminologicamente carrega certos modismos acadêmicos mais que querendo ou não é indispensável para compreensão da relação entre sociedade e meio ambiente ao longo do tempo.

[7] Ao longo desta apresentação esse termo será em grande medida utilizado e apresentado, pois querendo ou não é o termo de uso recorrente no meio acadêmico. Foi dessa forma que a *Evirommental History* se popularizou no Brasil. Porém, poderíamos enquadrar essas impulsões teóricas dentro da Geo-História. Ocorre que foram os geo-historiadores que impulsionaram novos tipos de fontes, além da documentação mais tradicional, tais como os próprios vestígios da Natureza (Ver: Ladurie, Braudel, Fevbreve). Somente a partir das últimas décadas do século XX começaram a surgir outras modalidades historiográficas próximas à Geo-História, como por exemplo a História Ambiental ou Ecológica, que é já uma demanda das últimas décadas, assombradas pelos desastres naturais, pelas devastações florestais, pela ameaça de extinção de inúmeras espécies animais, pelo aumento da poluição e pelo crescimento desordenado nas cidades. A História Ambiental ou Ecológica, então, podemos dizer que é de certo modo uma Geo-História acrescida de uma preocupação ecológica fundamental.

É nesse sentido que surge a História Ambiental, uma parte tão importante e fundamental para este trabalho, que busca trazer às discussões históricas uma árvore (mas que, ao mesmo tempo, não é somente uma árvore), que é também parte essencial para diversas prospecções da história.

Através dela, dessa história ambiental, podemos desenvolver uma interação mais próxima entre sociedade e natureza. Conforme vimos anteriormente, se Marc Bloch diz que a história é: "ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo" (2002, p. 55). Podemos dizer que a História Ambiental é o estudo das relações entre homem e meio ambiente ao longo do tempo. Desde a década de 1970 vários historiadores e historiadoras produzem um debate historiográfico sob essa rubrica desenvolvida nos Estados Unidos. Os que se denominam historiadores ambientais não apenas chamam a atenção para a ausência da natureza em nossos processos de compreensão das sociedades no tempo; eles nos recordam de que a natureza não é uma paisagem passiva, ela também é dotada de agência (CARVALHO, 2005).

Para entender melhor o que é essa "história ambiental", temos que reaviar um dos primeiros clamores ambientalistas. Por mais difícil e longa que seja as discussões entorno do ambientalismo – que reverbera em discussões como protecionismo, conservacionismo, ecologismo etc. – podemos apontar algumas divagações "ambientalistas" no século XIX, tal como: "a natureza e a vida humana são tão variadas quanto nossas várias constituições" (THOREAU, 2018, p. 24), ou mais: "sejamos primeiro simples e saudáveis como a Natureza" (THOREAU, 2018, p. 83), ou não sejamos somente como ela, mas também tomemos o sentido contrário pois, "só quando nos perdemos totalmente ou damos uma volta ao contrário [...] é que apreciamos a imensidão e a estranheza da Natureza" (THOREAU, 2018, p. 166).

Foram estas palavras e ensinamentos que nas matas, perto do lago Walden – em Massachusetts, EUA –, Henry David Thoreau passou a sentir e escrever seu mundo. Em uma espécie de "testamento ético-espiritual" escreveu seu livro, que ficou conhecido como *Walden* ou *A vida nos bosques* (2018). Anos depois, na segunda metade do século XX, os envolvidos nos movimentos da contracultura e hippie, que estabeleceram o ambientalismo moderno – o qual conhecemos – discutiram e se utilizaram das páginas de Thoreau para fundamentar suas ideias. Enfim, se torna importante destacar que, se ele não carregava em si o pensamento ambientalista, ao menos devemos a ele partes importantes do ambientalismo moderno.

Somente 112 anos depois, o ambientalismo toma conotações mais políticas e ecológicas e adentra nas discussões acadêmicas. Nessa esteira, a voz da bióloga Rachel Carson, em seu livro *Primavera Silenciosa* (1962), foi um alerta pioneiro e profundo. Nele, a autora alertava sobre o uso dos pesticidas e das aplicações de componentes químicos, analisando suas respectivas consequências para vida e saúde humana.

Na mesma perspectiva ambiental, e utilitária, o filosofo Peter Singer, no livro *Libertação animal* (1975), raciocina sobre a tirania dos animais humanos sobre os não-humanos. Segundo ele, "essa tirania provoca ainda hoje dor e sofrimento só comparáveis àqueles resultantes de séculos de tirania dos humanos brancos sobre os humanos negros" (SINGER, 2004, p. 4). Para ele, a luta contra essa tirania é uma luta tão importante quanto qualquer outra das causas morais e sociais que foram defendidas nos anos recentes – em sentido contrário, e, balanceando o pensamento de Singer, podemos aludir ao historiador E. P. Thompson, pois em seu livro *Senhores & Caçadores* (1997) Thompson parte da relação homem natureza como um resultado, diferente de Singer que utilizou dela como um objetivo primário, logo, para o historiador o ponto de partida é o homem.

Foi nesse contexto que o historiador Keith Thomas, ao prefaciar seu livro *O homem e o mundo natural* (1988), disse que, hoje em dia, não se pode abrir um jornal sem se deparar com alguma discussão exaltada sobre o abate de animais, o desmatamento de reservas florestais, ou a salvação de animais selvagens ameaçados de extinção. Com isso, podemos esclarecer que, foi justamente nessa agitação social que surgiu na segunda metade do século XX o pensamento ambientalista.

E, ouvindo os "clamores das ruas" – grupos de pesquisadores, ativistas, sociólogos, biólogos, jovens etc. – os historiadores lançaram-se frente aos desafios ecológicos. E somando a isso, as mudanças sociais e as medidas governamentais laçaram os historiadores frente a um problema epistemológico, que os requereram novos empenhos analíticos e metodológicos: a História Ambiental.

Diante disso, o meio ambiente se concretizou como uma dimensão relevante para o pensamento histórico, "assim como foram as de gênero e classe em décadas passadas" (WINIWARTER, 2010, p. 1). Porém, além de a questão ambiental não ser historicamente nova para a História Ambiental, a relação entre história e geografia já era utilizada antes do aforismo: História Ambiental. Através da Geo-História, essa relação já estava presente, por exemplo, em obras como *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe*,

Volumes I (1966) e II (1972), de Fernand Braudel; e, *Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia occitana 1294-1324*, de Emmanuel Le Roy Ladurie. Vemos que, em *Montaillou* (1997), Le Roy Ladurie no capítulo *Meio e poderes*, constrói um panorama do relevo, comenta sobre a distribuição das terras, sobre o clima e também analisa o gado e os animais de tração.

Sabendo disso, é pertinente apontar uma característica definidora da História Ambiental: ela está intrinsecamente ligada com inúmeras disciplinas do conhecimento como a geografia, biologia, climatologia etc. Sendo assim, esse domino histórico abre as portas para uma interdisciplinaridade, isto é, possibilita novas abordagens metodológicas para História, e isso é muito importante. Para Castro (2003, p. 25), pensar a história em estreita relação com o ambiente no qual os seres humanos desenvolvem suas existências exige refletirmos sobre os distintos modos como nos organizamos para a produção e reprodução de nossas vidas, bem como em termos das práticas e das concepções sobre a natureza.

Os historiadores Simon Schama e Clive Ponting, em *Paisagem e Memória* (1996) e em *Uma História Verde do Mundo* (1995) respectivamente, se debruçam em um estudo similar ao que Castro refletiu. Schama esmiúça bem a relação do homem com o espaço. O autor explica o fato em que "debaixo do lugar-comum, há uma longa, rica e significativa história de associações entre o bosque primitivo dos pagãos, sua idolatria da árvore e as formas características da arquitetura gótica [...] Nem todas as culturas abraçam natureza e paisagem com igual ardor" (SCHAMA, 1996, p. 25). Ou seja, as concepções sobre a natureza se modificam. Já Ponting parte de indagações similares a: "como o meio ambiente da Terra moldou a história humana e como os povos formaram e alteram o mundo em que vivem?" (PONTING, 1995, p. 29). Desse modo, analisa ações antrópicas e mudanças naturais para entender os distintos modos como nos organizamos – para a produção e reprodução de nossas vidas.

Assim sendo, para entender os sentidos naturais e humanos, os historiadores ambientais debruçam sobre a história cultural e social, recorrerem aos mais longínquos tempos – se necessário – para perceber as séries de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. Para isso o historiador E. P. Thompson é fundamental, visto que ele partiu da experiência de humildes moradores das florestas e seguiu, "através de evidencias contemporâneas superficiais, as linhas que os ligavam ao poder, em certo sentido as próprias fontes me obrigaram a encarar a sociedade inglesa em 1723 tal como elas mesmas a

encaravam, a partir de baixo" (THOMPSON, 1987, p. 17), afirma ele no livro *Senhores & Caçadores* (1977). Digo mais, se quisermos encarar a sociedade da américa portuguesa em seus múltiplos diálogos com a natureza ao longo do tempo, temos que encará-la a partir de baixo, de muito mais embaixo que as próprias camadas sociais: do ponto mais profundo das raízes das árvores.

Elucidando um pouco mais, uma das principais premissas de um historiador ou historiadora ambiental é que os eventos da história se revelam no tempo, mas também no espaço. Como pontuou a historiadora Verena Winiwarter, "tudo o que acontece não tem somente um 'quando', mas também um 'onde', determinando a sua qualidade e a sua importância" (2010, p. 2). A história ambiental preocupa-se, então, com as interações entre a natureza e as sociedades humanas do passado, dá importância ao lugar e tenta associar a história humana com os sistemas naturais (WINIWARTER, 2010, p. 2).

A questão que acrescento às discussões da história ambiental é que, nós, historiadores e historiadoras, somos muito inclinados ao curto prazo e quase nunca pensamos no longo prazo, mas temos que ir mais além, pois aquelas mulheres e homens que não administram o fator *natureza* (que é dado no longo prazo) em suas análises é justificar que nossa vida e nossa história não está ligada ao planeta terra. No mais, não pretendo ser repetitivo no tocante as reflexões da história ambiental, por isso mesmo decidi diluir ao longo do trabalho suas condutas e apontamentos.

Feito esse apanhado do que é a História Ambiental, é importante ressaltar que nas próximas páginas a chave que abrirá as portas das discussões será a interdisciplinaridade. Isso é: a associação que será criada entre a história com outras disciplinas como a geografia e a biologia. Assim como fez Alfred W. Crosby, em *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*, estudo em que, apesar de apresentar uma tese já superada: a de que existem biomas superiores a outros, não podemos deixar de mencionar as relações que ele estabelece entre biologia e história, dentre elas: o contexto da descoberta do Novo Mundo.

1. 2 O Pau-brasil é um sujeito: construindo cenários, descontruindo barreiras

Nós, historiadores e historiadoras, de maneira geral, quase nunca tentamos buscar o diálogo com outras áreas do conhecimento. Quando não se é um diálogo restrito entre história e história, alguns conseguem ir mais além conversando interdisciplinarmente a história com a

filosofia, ou a história com a sociologia, com a antropologia, etc., mas sempre evidenciando a grande área das ciências humanas.

Algo que sempre me inquietou ao ler a história era justamente a falta de diálogos com outras grandes áreas; ou melhor, me chamava a atenção a falta de entusiasmos entre os historiadores e as historiadoras de se dá formas à natureza ao longo do tempo, de posicionar determinado contexto, evento – de curta ou longa duração –, em seu ambiente geográfico ou em suas relações com o meio ambiente. Ora, se houve uma Revolução Industrial na Inglaterra o que possibilitou isso além da astúcia humana, se não algo natural: o carvão mineral e quais os efeitos de sua extração e utilização? Por que não relacionar conceitos, expressões, metodologias da história e das ciências naturais? Das ciências exatas?

Diante disso, pretendo posicionar meu objeto de estudo em suas diversas formas de análise – que não somente os seres humanos. Mas, é claro, não pretendo esvaziar as discussões sobre o pau-brasil nessas áreas, espero apenas mostrar que um objeto de estudo não se restringe a discussão apenas entre seus pares, podemos fazer múltiplas ligações entre história e botânica, geografia, e estas com a história. Devemos apenas ficar nesse momento com a fala da bióloga marinha, Rachel Carson, que em 1962 já dizia que: "A história da vida na Terra tem sido uma história de interação entre os seres vivos e seu ambiente" (CARSON, 2010, p. 22).

Nesta parte, portanto, trato do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; como o historiador Donald Worster orientou, incluímos nessa parte:

> [...] tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano, que tem sido um elo nas cadeias alimentares da natureza, atuando ora como útero, ora como estômago, ora como devorador, ora como devorado, ora como hospedeiro de microorganismos, ora como uma espécie de parasita. (WORSTER, 1991, p. 5).

Mas, ainda assim, só o fato de tentar entender a natureza é um caminho longo, árduo e muitas vezes dificultado pelos rigores acadêmicos e até estéticos de cada área. Enquanto historiador, posso apenas fazer vagas ponderações, por exemplo, ao longo dos estudos me deparei com muitos termos e conceitos que tive contato com eles recentemente – fora das discussões da História. Mesmo assim não pretendi ser impreciso. Por isso mesmo não poderia

deixar essa parte do trabalho como um assunto meramente expositivo – como muitos fazem com a história para simples efeito de contextualização –, não poderia esquecer o papel analítico que a ciência exerce. Por isso, em cada um dos tópicos busquei trazer diálogos entre a história com as respectivas áreas, e, posteriormente fazer uma breve exposição sobre as características gerais das conclusões a respeito do pau-brasil em cada uma das áreas.

1. 2. 1 O pau-brasil é um sujeito no campo da botânica

> Conhecer o Brasil sem conhecer sua originalidade botânica é tempo perdido. (CORRÊA, 2009, p. 10).

Antes de tudo é preciso ver a flora, ver o pau-brasil, para enxergar o Brasil. Neste tópico, e nos subsequentes, partirmos de uma reflexão simples: a natureza é tomada como o ponto no qual se cruzam a história do país com a identidade de um povo – e veremos muito mais. Como Marcos Sá anuncia, conforme vemos na epígrafe: conhecer o Brasil sem conhecer sua originalidade botânica é tempo perdido, logo, escrever sobre as particularidades botânicas do pau-brasil acaba sendo uma história do tempo perdido, mas que não poderemos voltar a perder. Porém, é claro, sem fazer dessa história uma exaltação, mas, sobretudo, uma reflexão sobre uma árvore que atravessa o tempo emaranhada entre belezas e contradições. Pois, o mesmo tempo que atravessa humanos perpassa as seivas das árvores.

Falar isso é, antes de tudo, uma forma de bravejar novamente um forte: "terra à vista!", porém repensando novos cenários. Pois de Caminha para cá, foram inúmeros os que aportaram no país em busca de conhecimento – ou aventura – em um cenário que sempre se impôs como exuberância, fascinação, mistério. Durante todo o processo de exploração do Novo Mundo, e principalmente do localizado na costa do pau-brasil, a flora foi um mediador fundamental entre o "Novo" e "Velho Mundo. Assim, é possível perceber que no decorrer do tempo, os sentidos para as viagens foram se reinventado, a própria ciência e os métodos científicos se reinventaram, foram aprofundados e ampliados no decorrer do tempo. E os estudos botânicos, a análise científica da flora nativa, não ficaram de fora desses processos de transformação científica.

Os trabalhos desses homens da ciência botânica são, portanto, referências de um largo processo de conhecimento, que vem sendo compartilhado e transformado. E, como tenho dito, ao longo da história diferentes abordagens cientificas marcaram a aproximação

entre o homem e a natureza que o cerca. O pensamento científico se transformou, é certo, mas, temos que ter em mente que ele continua se transformando. Por exemplo, o pau-brasil até pouco tempo atrás era denominado por Caesalpinia echinata Lam. – classificação feita por Jean-Baptiste de Lamarck, em 1785 –, se transformou em Paubrasilia enchinata (Lam.) em 2016. A partir de estudos realizados por Gagnon, H. C. Lima & G. P. Lewis, através de uma análise recente que comparou sequências de DNA do pau-brasil com as de 200 outras plantas geneticamente próximas, e, também provenientes dos trópicos, revelou que a árvore brasileira representa uma distinta e única linhagem evolucionária, o que lhe conferiu o direito de ter um gênero próprio: Paubrasilia, da espécie Paubrasilia echinata.

Outra relação entre história e botânica é que a natureza foi um importante fio condutor da diplomacia, principalmente através de viajantes e pesquisas de naturalistas luso-brasileiros que mudaram qualitativamente o repertório científico do século XVI em diante. Vários trabalhos de botânica foram publicados em Portugal, sobretudo sob os auspícios da Academia das Ciências de Lisboa e da Tipografia do Arco do Cego, dirigida justamente pelo brasileiro frei Mariano da Conceição, o Frei Veloso. Mas, apesar da existência de algumas descrições do Brasil no século XVI, feita pelos portugueses, os primeiros estudos sistemáticos impressos sobre a flora brasileira foram realizados no período da colonização holandesa, que durou de 1624 a 1654.

De fato, desde o início do século XVII a Holanda estabeleceu jardins botânicos em suas colônias, tornando a história natural uma aliada na administração de suas conquistas. Maurício de Nassau, conde encarregado da administração da colônia holandesa no Brasil de 1637 a 1644, estabeleceu um jardim no Recife no qual foram cultivadas dezenas de espécies de plantas nativas e exóticas. De igual forma, dois notáveis cientistas holandeses, ambos trazidos ao Brasil por Nassau: os jovens Geroge Marcgrave e Willem Piso, realizaram várias expedições botânicas na zona de ocupação holandesa – Marcgrave possivelmente coletou amostras de pau-brasil, próximo a Alagoas –, publicando seus estudos em 1648, em *Historia Naturalis Brasilae*.

Ambos os casos resumem que as autoridades dos dois países começaram desde cedo a incentivar a realização de pesquisas "botânicas". Tinham a intenção de conhecer a recém "descoberta" natureza, e, sobretudo com os objetivos de controlar, conquistar e explorar. Pois se engana quem acha que nessa época havia interesse ao valor biológico do pau-brasil, ou a simples admiração dos homens da ciência perante a natureza das florestas, as pesquisas científicas tinham antes de tudo a clara indicação do desejo europeu de explorar

lucrativamente as abundâncias naturais da América, conforme aponta o historiador José Augusto Pádua (2009).

O papel da ciência botânica deu cabo ao uso da flora brasileira, que acompanhou os europeus, desse modo, nessa vasta empresa colonizadora. Porém, o desconhecimento sobre as complexidades botânicas do pau-brasil ainda é muito grande, nem mesmo os mais de 500 anos das primeiras invasões portuguesas no atual território brasileiro deram conta para explicar suas características. Existem vastas lacunas sobre vários aspectos, contudo recentes pesquisas vêm descobrindo novos usos para o lenho que antes era utilizado para tingir panos.

O uso medicinal do pau-brasil, por exemplo, vem crescendo nos últimos anos, já que a espécie tem propriedades adstringentes, fortificantes e secantes. Embora as pesquisas ainda estejam na fase dos testes, o extrato de pau-brasil poderá se revelar um agente eficaz no combate ao câncer: de acordo com o trabalho realizado pelos professores José Camarotti e Ivone de Souza na Universidade Federal de Pernambuco, a ação antineoplásica do extrato de pau-brasil tem obtido índice de 87,1% de inibição ao crescimento de tumores (BUENO; LIMA, 2002).

1. 2. 1. 1 A árvore: características botânicas gerais

Em condições naturais, o pau-brasil ocupa o extrato superior (dossel) da Mata Atlântica, formado pelas copas das árvores mais altas, de vinte a trinta metros. A copa arredondada proporciona boa sombra. A folhagem, de cor verde, é brilhante, variando de tons escuros a mais claros em regiões seca ou com alta insolação. É assim que a botânica Erika Amano (2007), e Gagnon, H. C. Lima & G. P. Lewis (2002) descrevem as primeiras características botânicas do pau-brasil, são estudos como esse sobre o qual nos utilizaremos, neste momento, para pensar a respeito das características botânicas do pau-brasil.

Apesar de em alguns relatos de viagens do século XVI descreverem exemplares de dimensões gigantescas, cujos troncos superariam as braçadas de 20 homens, contudo, o **tronco** (figuras 2 e 4) apesar de ser geralmente irregular e suas fibras serem longas e retas, trata-se de uma espécie de porte arbóreo mediano que raramente apresenta altura superior a 20 metros. O tronco das grandes árvores adultas atualmente observadas na natureza varia entre 30 e 50 centímetros de diâmetro, raras vezes atingindo 70 centímetros.

Podemos até mesmo perceber que, na própria iconografia produzida ao longo do primeiro século de presença europeia no Brasil, as árvores representadas jamais possuíam grandes dimensões e suas toras (tanto as armazenadas quanto as transportadas pelos indígenas) não ultrapassavam as medidas do dorso de um homem.

Outra característica é que, quando jovem, a **casca** (figuras 4) tem cor cinza claro e quantidade variável de acúleos (falsos espinhos) que recobrem também os galhos, mas diminuem sensivelmente com a idade da planta. Trata-se de uma árvore de crescimento lento, mas com grandes variações nesse ritmo dependendo da região, das condições climáticas, e de serem árvores cultivadas ou silvestres. Além disso, o **cerne** (figuras 1 e 4) é mais denso e escuro nas árvores de florestas nativas, que crescem mais lentamente do que as cultivadas.

Figura 2: Tronco de pau-brasil aberto

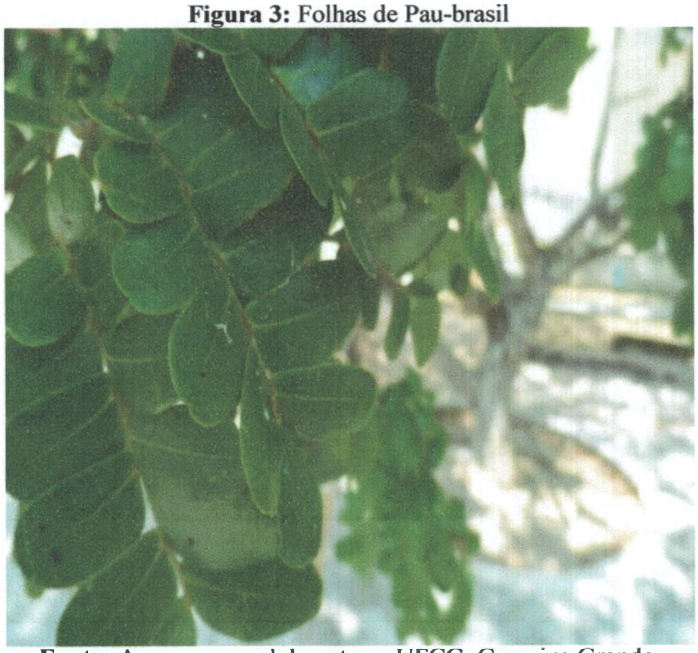
Fonte: Fabio Colombini – Jardim botânico, Rio de Janeiro, RJ.

Há indicações da existência de pelo menos três variedades de *Paubrasilia echinata* Lam. no Brasil, que se diferenciam basicamente pelo tamanho das **folhas**, que têm longa duração. Temos a variedade de folha menor – do tamanho da folha de arruda; a variedade que

apresenta folhas de porte médio – do tamanho das do cafeeiro; e a terceira variedade com as maiores folhas – de tamanho semelhante ao das laranjeiras. Todas elas são bipinadas, isso quer dizer que ela é duplamente pinada (cada lado tem um folíolo).

Na figura 3, temos como exemplo representativo o segundo tipo de folha, a qual exibe folíolos menos numerosos, porém maiores: de três a oito folíolos de cerca de sete centímetros e de três a cinco pinas cada.

Figura 3: Folhas de Pau-brasil



Fonte: Acervo pessoal do autor – UFCG, Campina Grande, PB, set. 2019.

Com relação às **flores** (figuras 4 e 5), podemos dizer que são amarelo-ouro, muito perfumadas e hermafroditas (bissexuadas). Cada uma possui cinco pétalas longas com diminutos pelos em ambas as faces, sendo que em uma delas apresenta uma mancha vermelha-púrpura na base da face interna. As flores estão reunidas num cacho simples, composto por cerca de quarenta unidades.

Para muitos, são as flores do Pau-brasil – com exceção da cor rubra do cerne – uma das partes mais bela da árvore. Porém, devemos destacar, conforme aponta Lorelai Kury (2013), que no emaranhado trânsito da circulação das plantas, elas nunca permanecem as mesmas. Somos nós, seres humanos, que aprimoramos ou inibimos suas virtudes,

aumentamos ou diminuímos sua importância. Enfim, somos nós que fazemos com que as plantas, as flores, sejam desprezadas ou admiradas.

Figura 5: Flores de Pau-brasil

Fonte: Acervo pessoal do autor – UFCG, PB.

Figura 4: Flores de Pau-brasil

Fonte: Acervo pessoal do autor – UFCG, PB.

Já o **fruto** (figuras 9, 10 e 11) é uma vagem rígida recoberta por espinhos, surge pouco depois da polinização das flores – normalmente realizada por abelhas –, sendo de coloração verde na fase jovem e marrom na fase madura. Trata-se de uma vagem do tipo deiscente – isto é, abre de forma explosiva –, que expele suas sementes a uma distância de até oito metros.

Figura 6: Fruto, ainda verde, de Pau-brasil

Fonte: Fabio Colombini – Jardim botânico, RJ.

Figura 7: Fruto, maduro, de Pau-brasil.

Fonte: Acervo pessoal do autor – UFCG, PB.

Como dito, os frutos se abrem espontaneamente após a maturação, liberando as sementes. Os frutos, que são normalmente secos, se torcem ao liberar as sementes para ajudar a aumentar a distância de dispersão das sementes.

Figura 8: Fruto, depois de aberto, de Pau-brasil

Fonte: Acervo pessoal do autor – UFCG, Campina Grande, PB, set. 2019.

As **sementes** (figuras 11) são achatadas, circulares, elípticas, de textura lisa e brilhante, medindo de 0,8 a 1,5 centimetros de diâmetro e 0,3 centimetros de espessura. Sua cor costuma ser castanha, com pontos de tonalidades que vão do verde ao arroxeado, embora algumas árvores produzam sementes totalmente arroxeadas e outras totalmente marrons.

Figura 9: Pau-brasil em desenvolvimento

Fonte: Fabio Colombini – São Paulo, SP, 2012.

Por fim, com relação a **raiz**, ela se caracteriza por ser do tipo axial ou pivotante, ou seja, a planta se caracteriza por ter uma raiz principal que penetra verticalmente o solo, dando origem a raízes laterais secundárias. Esse tipo de raiz proporciona grande estabilidade à árvore, permitindo-lhe ocupar os estratos mais altos da Mata Atlântica.

1. 2. 2 O pau-brasil é um sujeito no campo da geografia

A História e a Geografia dialogam entre si há muitas décadas. Por mais que atualmente a história ambiental erga essa bandeira tão importante, que é o diálogo interdisciplinar, muitos que não se enquadravam nessa perspectiva, ou mais, muitos que não sentiam sequer os movimentos ambientais como estes são sentidos na contemporaneidade já buscavam aproximar estas duas áreas: a História da Geografia ou vice-versa.

No final da década de 1950, por exemplo, o historiador francês Fernand Braudel já anunciava uma crise geral das ciências humanas. Em seu conhecido artigo de 1958 (traduzido para o Brasil em 1965), intitulado por *História e Ciências Sociais* (1965), o historiador alertava que todas as ciências do homem – isto é, história, geografia, antropologia etc. – estavam "esmagadas pelos seus próprios progressos" (BRAUDEL, 1965, p. 261), estando perdidas a respeito do lugar que deveriam ocupar. Isto em razão do acumulo de novos conhecimentos e pela necessidade de um trabalho coletivo, cuja se anunciava através da organização inteligente que estava se estabelecendo; muito embora várias perspectivas permaneciam "ligadas a um humanismo retrógrado, insidioso" (1965, p. 261).

Frente a esse problema, seu conselho diz que, dificilmente o diálogo (coloquemos entre história e geografia) será construído se as disciplinas não deixarem de lado seu "mau humor" ou se acomodarem em somente acrescentar algo as definições vigentes. Isto é, para Braudel (1965) é preciso que paremos de discutir sobre nossas fronteiras recíprocas, sobre o que é ou não é ciência social, o que é ou não é estrutura. Estas estruturas, para ele, devem antes de tudo orientar as pesquisas para uma coletivização, que os temas permitam atingir uma convergência. Em outras palavras o que ele propõe é uma viragem, é uma busca pela interdisciplinaridade – algo buscamos atingir em se tratando desse ponto.

O próprio movimento dos Annales, surgido em 1929 a partir da publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* e que teve Braudel como um dos seus principais

representantes foi exemplar no sentido de buscar a ampliação do diálogo entre a história e as outras ciências humanas.

Os Annales tiveram como principais características a busca de uma história total, a substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos políticos por uma história problema, preocupada em interrogar o passado a partir do presente, a ampliação das fontes, a percepção da pluralidade dos níveis de temporalidade e a interdisciplinaridade.

O movimento pode ser dividido em três fases. A primeira delas (1920-1945), liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre caracterizou-se pela maior preocupação com a história econômica e social, procurando se distanciar ao máximo da história política. A segunda fase (1946-1968), marcada pela figura de Braudel distingue-se pela ampliação de conceitos (estrutura e conjuntura) e novos métodos, como a história serial. Já a terceira, liderada por historiadores como Jacques Le Goff e Peter Burke, é marcada pela fragmentação e uma maior aproximação com a história cultural.

Não pretendo neste tópico fazer uma análise do movimento dos *Annales*, nem tão pouco debater sobre os caminhos interdisciplinares que foram abertos nos últimos anos pela Geo-História e pela História Ambiental, mas meu objetivo é o de evidenciar e analisar as transformações da antiga região econômica do pau-brasil do século XVI e XVII – períodos de maior intensidade de extração – aos dias atuais.

2. 2. 1. 1 Distribuição geográfica do pau-brasil baseado na literatura: do passado ao presente

Há uma diversidade de relatos sobre a natureza, ao longo dos séculos de contato entre a Europa e o Brasil. Através desses relatos, de cronistas e viajantes, conseguimos perceber manifestações significativas da imaginação daqueles que escreveram, mas também temos em mãos múltiplas possibilidades, tais como: "a possibilidade de perceber limites históricos do olhar, ou seja, os significados do que a visão pode captar, como criação e descrição, recortando objetos do contexto, ou compondo novos contextos" (FIGUEIREDO, 2013, p. 12).

E mais, a diversidade de temas que encontramos nesses relatos aproximam as ciências físicas, biológicas e humanas, e, justamente por isso escolhemos alguns desses

relatos como fonte. Nesse sentido, a partir desses documentos históricos e referências bibliográficas, podemos obter informações sobre a distribuição geográfica do pau-brasil a partir do século XVI.

No geral, ao longo do século XVI, averiguamos que há relatos de viajantes e registros de ocorrência do pau-brasil nos atuais estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nesse sentido, tinha-se ocorrência do pau-brasil de melhor qualidade ao longo do litoral do atual Nordeste, por outro lado, a madeira, após os primeiros séculos de exploração, quase não era mais encontrada ao sul de Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro (SOUSA, 1978; SILVA, 1999).

O geógrafo Yuri Tavares Rocha comenta, a partir de outros autores (SOUZA, 1984; FERNANDES, 1996), que o pau-brasil ocorria nas matas costeiras localizadas entre Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro, até Nísia Floresta – cidade localizada a 36 quilômetros ao sul de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Além disso, cita que não havia pau-brasil na capitania de São Vicente, nem no litoral norte do atual estado de São Paulo ou em suas ilhas (tais como São Sebastião e Anchieta), nem tão pouco ao sul do Rio de Janeiro, como a região da ilha Grande.

Se tratando, inicialmente, do atual **Rio de Janeiro** sabemos que desde as primeiras décadas de 1500, o pau-brasil existia ao redor da baía de Guanabara até Cabo Frio. Pois foi numa das ilhas dessa mesma baía, que fora ocupada temporariamente pelos franceses, que André Thevet (1978) relatou, em 1556, a ocorrência de muitas palmeiras, cedro, arbustos aromáticos e pau-brasil. E mais, na mesma expedição francesa, a França Antártica – breve colônia francesa estabelecida na região da Baía do Rio de Janeiro –, o pastor missionário Jean de Léry (1980), comenta que durante sua estadia fizeram muitas fogueiras com o pau-brasil.

No mesmo século, em 1587, o português Gabriel Soares de Sousa, a partir de um memorial das terras que visitou no Além-mar, "do que os reis passados tanto se descuidaram, a el-rei nosso senhor convém, e ao bem do seu serviço, que lhe mostre, por estas lembranças, os grandes merecimentos deste seu Estado, as qualidades e estranhezas dele" (p. 39), descreve partes do litoral brasileiro, os quais em seu registro mostra pontos onde havia pau-brasil, entre eles Cabo Frio, oito ou nove ilhas da baía da Guanabara e Rio de Janeiro: "Atravessando esta ilha por mar à cidade são duas léguas, a qual ilha tem em redor de si oito ou nove ilhas, que dão pau-brasil" (p.102). Outro que cita a região do pau-brasil é o padre Simão de

Vasconcelos, o qual ressalta que do norte do estado do Rio de Janeiro até Cabo Frio, em 1668, havia matas com grande quantidade de pau-brasil, que era explorado e enviado para a Europa (VASCONCELOS, 2001).

Mais recentemente, alguns pesquisadores do tema afirmam que na ilha Maracajá, do Gato ou do Governador, também na mesma baía, existiam populações de pau-brasil (FERNANDES, 1996 apud ROCHA, 2010). E, além da dita baía, Angra do Reis, Itacurussá e Niterói também foram relatadas como detentoras de populações de pau-brasil (SOUZA, 1978). Sem contar que, nos últimos anos foram registradas populações naturais de pau-brasil nos municípios de Saquarema, São Pedro d'Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação de Búzios; em Cabo Frio, o pau-brasil ocorre nas matas de dois morros, chamados da Piaçava e do Mico (CAPOSSOLI e PEREIRA, 2003 apud ROCHA, 2010). No município do Rio de Janeiro (RJ), em Pedra de Guaratiba, a presença de pau-brasil foi constatada por Peixoto *et al.* (2004) dentro da Área de Proteção Ambiental da Serra da Capoeira Grande.

No atual estado do **Espírito Santo**, temos menções que em 1618, a região do rio Cricaré, na então capitania do Espírito Santo, era alvo de corte, retirada e contrabando de pau-brasil. Além disso, Simão de Vasconcelos afirma que do rio Doce até a região norte do estado do Rio de Janeiro, em 1668, havia muito pau-brasil, que era cortado e exportado para a Europa (VASCONCELOS, 2001). No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, alguns documentos que fazem menção entre os anos 1784 e 1787, informa que toras de pau-brasil eram retiradas da então capitania do Espírito Santo (ROCHA, 2010). E em outros documentos do mesmo arquivo, diz que, próximo ao ano de 1800, a região dos rios Carahipe e Piranhem, ao norte da Vila de Vitória, era região de contrabando de pau-brasil (ROCHA, 2010). Já em meados do século XX, o pau-brasil ocorria apenas em florestas costeiras no município de Aracruz (LOCALIZANDO, 1949 apud ROCHA, 2010). Em 1998, uma população de pau-brasil foi localizada e estudada em Aracruz (CARDOSO *et al.*, 1998 apud ROCHA 2010).

Na atual **Bahia** há relatos que já em 1590, era registrada a ocorrência de pau-brasil na então Capitania da Baía de Todos os Santos, mas localizado em matas um pouco mais distante do litoral, em comparação à forma que era encontrado no Rio de Janeiro ou em Pernambuco (SOARES, 1978). Também ocorria em Geremoabo, Porto Seguro, Ilhéus, Jequiriçá, Jequié e nas margens do rio Real – hoje linha divisória entre a Bahia e Sergipe. (SOUZA, 1978). Em 1610, no rio Patipe (Pipite), ao norte de Ilhéus, muitas caravelas de cem

toneladas chegavam para buscar o pau-brasil, considerado de grande qualidade e com facilidade de acesso e carregamento (MORENO, 1999).

Em 1612, em Porto Seguro e nas margens dos rios Macuripe (Mucuri), Peruípe e Caravelas havia muito pau-brasil de grande qualidade; porém, já não era mais encontrado nas cercanias da baía de Todos os Santos (MORENO, 1999). Em 1668, o pau-brasil era abundante e formava matas inteiras desde o rio São Francisco até o rio Paraíba, além da região entre o rio das Contas e o rio Santa Cruz, na região de Porto Seguro e também na região de Ilhéus (VASCONCELOS, 2001). Entre 1784 e 1787, toras de pau-brasil eram retiradas das regiões de Porto Seguro, Ilhéus, Vila da Cachoeira, rio das Contas e rio Patipe. Em 1950, o pau-brasil era encontrado em maiores quantidades na Bahia (CARNEIRO, 1950). Em 1998, uma população de pau-brasil foi localizada e estudada em Eunápolis (CARDOSO *et al.*, 1998).

Em **Sergipe**, no século XVI, o pau-brasil ocorria na região de Propriá e nas margens do rio Cerigipe ou Sergipe (SOUZA, 1939) e do rio Cotinguiba (SOUSA, 1978). Alguns documentos consultados no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) apresentavam os topônimos sergipanos Ibira e Ibura como locais ou regiões de onde era extraído pau-brasil, de meados até o final do século XVIII. Em 1994, o pau-brasil ocorria raramente na Serra de Itabaiana (CARVALHO, 1994 apud ROCHA, 2010).

Em 1587, no atual estado de **Alagoas**, existia pau-brasil às margens do rio Santo Antônio Merim, do rio São Miguel e do rio Coruripe, além da região do porto dos Franceses (SOUSA, 1989). Em Poxim, antigamente chamada de Vila Real de São José do Poxim do Sul, ao sul de Maceió, existiam também nessa época, densas florestas onde predominava o pau-brasil (LEMOS, 2001). Na região de Coruripe, também ao sul de Alagoas, existia muito pau-brasil, onde possivelmente existiu um entreposto comercial francês nas margens do rio Coruripe, para melhorar sua exploração (LEMOS, 1999).

Documentos do século XVIII consultados no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) indicaram os seguintes topônimos alagoanos como regiões de corte de pau-brasil, de meados até o final desse século: Curceripe, Cururipe, Cororipe, Coruripe, Cararipe, Pituba, Jaquiá, Jequiá, Jiquiá Giguiá e São Miguel. Em 1834, na região de Coruripe, um escrivão registrou a ocorrência de pau-brasil em suas matas (LEMOS, 1999). Em meados do

século XX, Alagoas era considerado o estado com maior abundância de pau-brasil (LOCALIZANDO, 1949).

Em sua expedição de 1530 a 1533, Martim Afonso de Sousa passou por **Pernambuco** e registrou a existência de um núcleo de povoamento português e abundância de pau-brasil (VIEIRA DE MELLO, 1996). Em 1573, havia muito pau-brasil nas matas da capitania de Pernambuco e era considerado o de melhor qualidade para a produção de tinta (GÂNDAVO, 1989). SOARES (1989), em 1590, também indicava o pau-brasil pernambucano como o melhor no Brasil.Em 1587, Gabriel Soares de Sousa relatou que a região do rio Magoape, perto da ilha de Itamaracá, era de ocorrência de pau-brasil (SOUSA, 1989). Também existiam populações de pau-brasil na Serra do Araripe, próximo ao Brejo de Areia, na Borburema e entre Iguaraçú e Goyana (SOUZA, 1939).

Em 1612, havia pau-brasil em Itamaracá, de grande qualidade, até o norte do cabo de Santo Agostinho (MORENO, 1999). Em 1618, o pau-brasil, considerado o mais perfeito e de maior valia, estava de 12 a 20 léguas (72 a 120 km) de distância de Recife e Olinda (BRANDÃO, 1977). Alguns documentos de meados ao final do século XVIII, consultados no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), citavam os seguintes topônimos pernambucanos como locais ou regiões de onde era extraído pau-brasil: Gibebu, Goiana, Goyanna, Junqui, Pequiá, Piquiá, São Lourenço, São Pernambuquinho, Itapissuma, Tapemima, Tapessima, Tapecima e Tingus.

Em São Lourenço da Mata, no final da década de 1920, João Vasconcelos Sobrinho, aluno do antigo Colégio São Bento, e o Dr. Bento Pickel fizeram coletas botânicas de pau-brasil na Mata do Toró, hoje integrante da Estação Ecológica Tapacurá (SOARES, s. d.). Em 1950, o pau-brasil ainda era encontrado em maiores quantidades em Pernambuco (CARNEIRO, 1950).

A região que atualmente é o estado da **Paraíba**, em 1584, tinha pau-brasil de boa qualidade (CARDIM, 1980). Em 1587, também existia pau-brasil na baía da Traição e nas margens do rio Paraíba (SOUSA, 1989). Em 1612, o pau-brasil era abundante nas matas paraibanas, sendo cortado e enviado a Portugal (MORENO, 1999). Em 1618, o pau-brasil paraibano era considerado de grande valor comercial (BRANDÃO, 1977). Em documentos de meados até o final do século XVIII, consultados no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), surgiram os seguintes topônimos paraibanos de onde era cortado pau-brasil:

Monteiro, Baía da Traição, Formosa, Fermosa, Tabatinga, Cidade da Parayba e Mamanguape. Em 1949, na região de Mamanguape, populações de pau-brasil foram encontradas em matas da zona úmida (XAVIER, 1949). Árvores de pau-brasil dessas mesmas populações foram estudadas por LIRA *et al.* (2003).

Por fim, no que é hoje o território do **Rio grande do Norte**, existia pau-brasil na região de cabo de São Roque, do porto de Búzios, dos rios Baquipe e Grande e das enseadas Tabatinga e Aretipicaba, no século XVI, de acordo com Sousa (1978). Também na região de Nísia Floresta, antigamente chamada de Papari, o pau-brasil era muito frequente nas capoeiras litorâneas (TAVARES, 1959 apud ROCHA, 2010). Mas, no século XVII, em seu primeiro quartel, o pau-brasil já era considerado raro em muitas destas regiões (MORENO, 1999).

Vários documentos consultados no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), de meados até o final do século XVIII, indicam os topônimos Tibaús, Tibau, Tebau e Pirangi como locais de extração do pau-brasil. Em meados do século XX, ainda havia muito pau-brasil nas matas litorâneas desse estado (LOCALIZANDO, 1949), como na região de Nísia Floresta (TAVARES, 1959). No século XXI, árvores de pau-brasil da população da Mata da Estrela foram estudadas por LIRA *et al.* (2003).

A partir dos relatos e da documentação bibliográfica percebemos que o pau-brasil teve uma distribuição muito mais ampla ao longo da costa oriental do Brasil; sempre, porém, dentro do domínio da Mata Atlântica e das florestas estacionais a ela associadas.

Porém, como bem sabemos, o pau-brasil é uma espécie de grande importância econômica e possui o histórico de mais de 500 anos de exploração. E sendo típica da Mata Atlântica, um dos biomas mais ameaçados do mundo, e ocorre em Floresta Estacional Semi-decidual, Floresta Ombrófila Densa e em Restingas, ambientes que vêm sendo severamente degradados desde a colonização até os dias de hoje, o que causou um intenso declínio na qualidade do hábitat, e a extinção de subpopulações. Essas extinções locais foram responsáveis pela fragmentação da espécie, que passou a apresentar distribuição agregada, causando redução da variabilidade genética, com fluxo gênico cada vez menor entre as subpopulações.

A partir do mapa (figura 12) podemos perceber alguns aspectos, tais como: 1) as áreas remanescentes onde a espécie ocorre se localizam, de modo geral, na zona costeira, em

locais tipicamente florestados. 2) quanto ao panorama atual, parece inacreditável que: em pleno século XXI, simplesmente não existem informações precisas sobre a distribuição da espécie nem estimativas do tamanho das populações ou da área total de florestas com o pau-brasil. E se existem estão presos em bibliotecas ou são dados perdidos na vasta nuvem de informações digitais, e, infelizmente não estão nas salas de aula.

Enfim, ao lermos o livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* (2004), do brasilianista Warren Dean, fica claro que, o corte do pau-brasil não foi o fator de destruição da Mata Atlântica, até porque este bioma não tinha a sua flora composta em sua totalidade por essa árvore, e, também é possível notar que, a partir da colonização europeia, se instalou um severo processo de degradação da floresta.

Nos primeiros séculos de presença europeia, contudo, devido a agricultura itinerante dos grupos indígenas, e, o processo da coivara, criou-se imensos espaços vazios, o que contribuiu (embora não propositalmente) para a conservação da floresta primária e recuperação de muitas áreas secundárias. Nesse mesmo sentido, a extração do pau-brasil e os cultivos de cana-de-açúcar e trigo, embora extremamente degradadores em âmbito local, não foram preponderantes para a destruição da vegetação nativa de forma ampla e larga, que permaneceu conservada em grande parte de sua ocorrência até pelo menos, o século XIX. (DEAN, 2004).

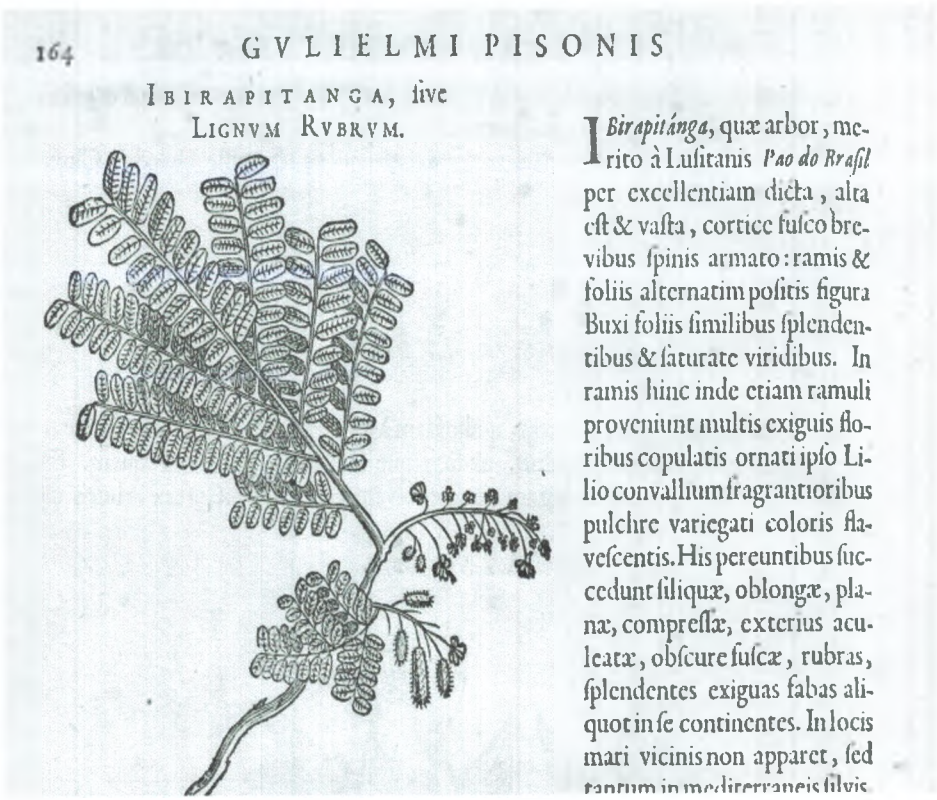
Entretanto, não havia uma "consciência ecológica", ou qualquer preocupação com o uso do solo, e cada vez mais, havia uma divisão clara entre o que era civilização e "mundo natural", que passava, inclusive, a ser desprezada pela modernidade. Ao contrário do que havia ocorrido em suas colônias na Ásia, os portugueses não demonstravam grande interesse pela biota americana, com exceção de alguns jesuítas: este fato foi mudar a partir do século XIX, com a chegada do rei D. João VI ao Brasil em 1808, permitindo, inclusive, a entrada de cientistas que não eram portugueses. Mas, o incentivo da Coroa Portuguesa em se conhecer a Mata Atlântica era mais por motivos econômicos, do que por "curiosidade": o objetivo era conhecer a região para que fosse possível fazer a introdução de espécies exóticas tropicais, vindas da África e Ásia. (DEAN, 2004).

Segundo Warren Dean (2004), somente a partir do século XVIII, há uma aceleração na devastação da floresta no Sudeste, principalmente devido ao ciclo do ouro e a criação de gado, inclusive, com a introdução de pastagens exóticas, o que deve ter destruído pelo menos, 30 mil km² da Mata Atlântica nesse século. Em Ouro Preto, por exemplo, a extração do ouro,

além do desmatamento, provocou erosão e surgimento de inúmeras voçorocas – um fenômeno geológico que consiste na formação de grandes buracos de erosão causados pela água da chuva e intempéries em solos onde a vegetação não protege mais o solo, que fica cascalhento e suscetível de carregamento por enxurradas.

Enfim, mais do que no passado, ou tanto quanto no passado: o pau-brasil é uma árvore que beira a extinção em meio a um ecossistema ameaçado. E a Mata Atlântica assim como tantas outras florestas equatoriais foi o palco da maior tragédia ecológicas verificada no Brasil. O cenário, portanto, não pode ser separado do desenrolar funesto da história. Vejamos imagens do Pau-Brasil representada pela pena dos cronistas e estudiosos no passado e observemos no presente.

Figura 10: Ibirapitanga. Willem Piso, 1658


164 GVLIELMI PISONIS

IBIRAPITANGA, ſive LIGNVM RVBRVM.

Ibirapitánga, quæ arbor, merito à Luſitanis *Pao do Braſil* per excellentiam dicta, alta eſt & vaſta, cortice fuſco brevibus ſpinis armato: ramis & foliis alternatim poſitis figura Buxi foliis ſimilibus ſplendentibus & ſaturate viridibus. In ramis hinc inde etiam ramuli proveniunt multis exiguis floribus copulatis ornati ipſo Lilio convallium fragrantioribus pulchre variegati coloris flaveſcentis. His pereuntibus ſuccedunt ſiliquæ, oblongæ, planæ, compreſſæ, exterius aculeatæ, obſcure fuſcæ, rubras, ſplendentes exiguas fabas aliquot in ſe continentes. In locis mari vicinis non apparet, ſed tantum in mediterraneis ſilvis

Fonte: Willem Piso, 1658.

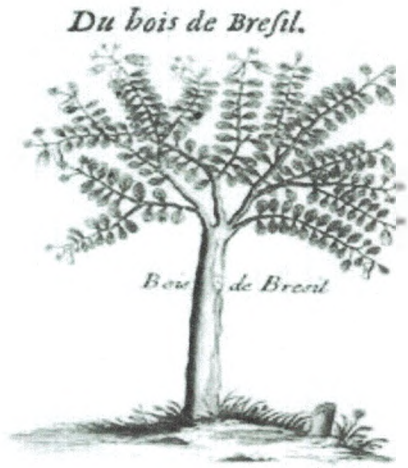
É de Piso e Marcgrav a primeira descrição e representação propriamente botânica da *Ibirapitanga Brasiliensibus – Lusitanis Pao Brasil* (Figura 10). Dez anos mais tarde, Piso apresentaria uma versão ligeiramente diferente em *De Indiae Ultriusque re Naturalis et*

Medica (1658), acrescentando algumas observações quanto à excelência dessa madeira tintorial ralada pelos prisioneiros do Rasphuis de Amsterdam.

Figura 12: Indígenas cortando pau-brasil para os franceses

Fonte: Thevet, 1558: fólio 117r

Figura 11: Bois de Brésil



Fonte: Pomet, 1694

De acordo com os relatos de Jean de Léry, talvez o primeiro cronista a descrever o pau-brasil, nos primeiros 30 anos do contato entre europeus e povos nativos, a exploração, segundo os testemunhos do tempo, se fazia do seguinte modo:

1) Após a descoberta a mata do pau-de-tinta para lá se dirigiam os mercadores, portugueses ou franceses, acompanhados de índios, cuja boa vontade ou cujos serviços haviam conseguido em troca de panos vistosos, contas, objetos metálicos, chocalhos, bugigangas etc. (LÉRY, 1980).

2) Armados de machados e foices, os caboclos iniciavam a derrubada das 'ibirapitangas': uma vez no chão espontavam os ramos, falquejavam os troncos, tirando-lhes o branco ou alburno, porque só no âmago ou durâmen estava o Brasil (LÉRY, 1980).

3) Por fim, os índios cortavam-nos depois em toros de 5 a 10 palmos que amontoavam em rumas (LÉRY, 1980).

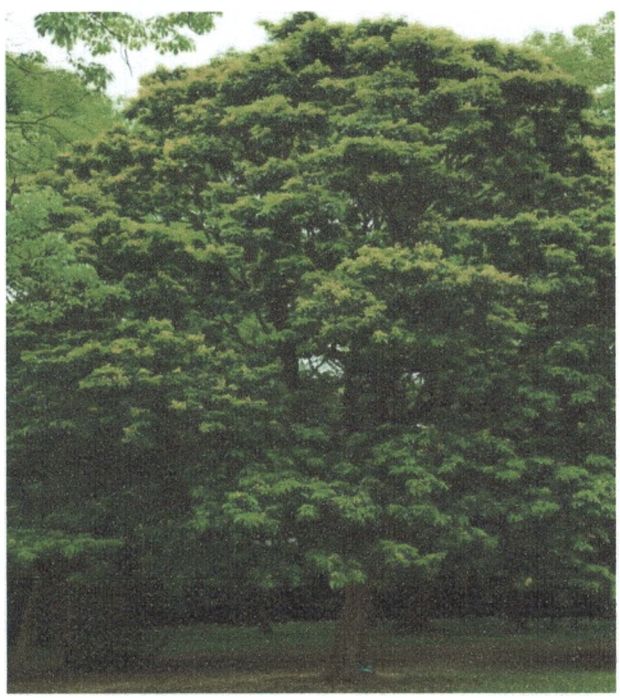
Porém, esse relato nos coloca uma série de questionamentos. Primeiro, como bem sabemos o intercâmbio desses bens, longe de ser apenas uma troca de objetos utilitários, gerou a circulação de novos significados e poderes cristalizados em forma material. Portanto, a manipulação desses emblemas semânticos passou a constituir uma forma de discurso

performático apropriado às transações de poderes complementares e à negociação de novas relações sociais (HOWARD, 2002).

Em outras palavras, o que quero dizer é que, não se tratava de uma simples ação da "boa vontade" indígena. Não era, na verdade, uma ação de pura e simples troca do trabalho duro e extenuante, em que o indígena se dispunha a trocar por alguns objetos antes não vistos e emblemáticos.

Da mesma forma que a madeira não era "descoberta". Poderia ser um achado inusitado para o europeu, mas não para os povos habituados com as matas. Naquela época, muitos desses povos – para não generalizar que todos – já tinham desvendando os caminhos das matas. Para os indígenas não se tratava, portanto, de uma descoberta. Não me surpreenderia que eles fossem os sujeitos que levava – não de boa vontade – os portugueses e franceses ao encontro das "matas de pau-de-tinta".

Figura 13: Pau-brasil florido, Parque do Ibirapuera



Fonte: Fabio Colombini – Parque do Ibirapuera, São Paulo, SP, set. 2015.

Porém essa árvore não está tão distante de nós, registrada e cravada apenas no passado. Por exemplo, como observamos na figura 13, embora não seja nativa da região metropolitana de São Paulo, o Pau-brasil cresce de forma saudável e viva em seus parques

botânicos. Mas, como explicar esse fato? Tendo em vista que as plantas e objetos circulam cada vez mais no espaço e se adaptam com o passar do tempo em diferentes biomas, podemos destacar que assim se insere o *Odisseia* do pau-brasil. Soma-se a isso o intenso investimento político, crescente na década de 1970, em tornar o pau-brasil um símbolo nacional.

> LEI Nº 6.607, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1978. **Declara o Pau-Brasil árvore nacional e dá outras providências.** O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faz saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É declarada Árvore Nacional a leguminosa denominada Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata, Lam.*), cuja festa será comemorada, anualmente, quando o Ministério da Educação e Cultura promoverá campanha elucidativa sobre a relevância daquela espécie vegetal na História do Brasil. Art. 2º O Ministério da Agricultura promoverá, através de seu órgão especializado, a implantação, em todo o território nacional, de viveiros de mudas de pau-brasil, visando à sua conservação e distribuição para finalidades cívicas. Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, em 7 de dezembro de 1978, 157º da Independência e 90º da República.
> (ERNESTO GEISEL. Alysson Paulinelli Euro Brandão. Lei nº 6.607, de 7 de dezembro de 1978) (Grifo meu).

Sendo assim, o Ministério da Agricultura, através de seu órgão especializado, promoveria a implantação, em todo o território nacional, de viveiros de mudas de pau-brasil, visando a sua conservação e distribuição para finalidades "cívicas". Porém, notamos que a árvore foi declarada "árvore nacional" e não "símbolo nacional". Além disso, conforme foi visto, não fica instituído o dia 3 de maio como o dia do pau-brasil, já que a expressão foi retirada. Ainda assim, o objetivo principal, que é de lembrar a árvore, conduz a uma ideia de que a árvore é um dos símbolos do país (LIMA, 2009).

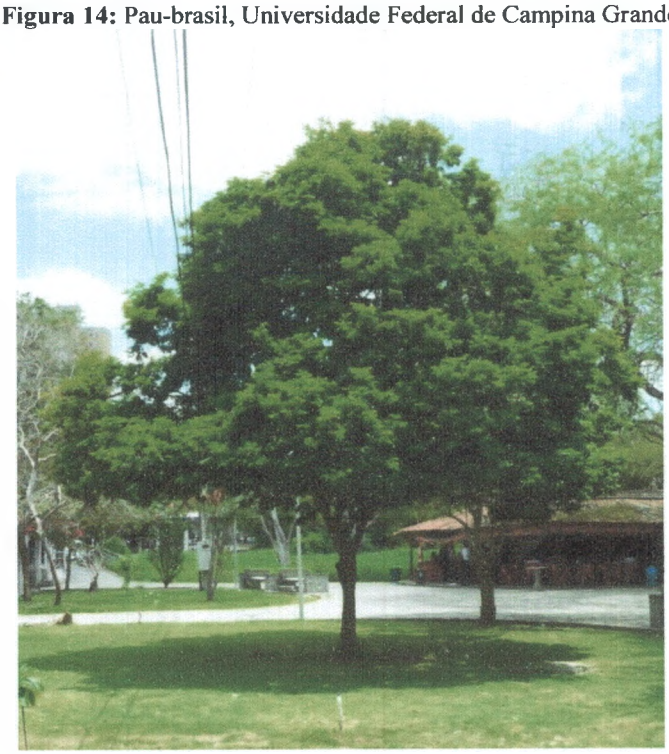
Enfim, para efeito de aprofundamento, e para uma reflexão mais próxima com a realidade que nos cerca. Casos parecidos com o de São Paulo são registrado no campus de Campina Grande, da Universidade Federal de Campina Grande [8], no Agreste do estado da Paraíba – conforme observamos na figura 14, logo acima. Bem como em zonas domiciliares ao longo da cidade, em que grandes árvores adornam os quintais e as faxadas das casas.

Desta forma, percebemos que após a Lei de 1978, provavelmente várias mudas de Pau-brasil foram espalhadas por regiões "brasileiras", onde a árvore não ocorre naturalmente. Conforme acrescenta Lima (2009), isso acrescenta a ideia de que a intenção de conservar e de

[8] Através de catalogação própria foi enumerado o valor de 4 árvores de pau-brasil, plantadas por iniciativa desconhecida, no campus de Campina Grande.

plantar era envolvida por um ato simbólico. Era como se fosse necessário um exemplar em cada região de um país imenso, trazendo a ideia de que todos os "brasileiros" eram responsáveis pelo plantio daquela árvore.

Figura 14: Pau-brasil, Universidade Federal de Campina Grande



Fonte: Acervo pessoal do autor – UFCG, Campina Grande, PB, set. 2019.

CAPÍTULO II

O TRONCO DESPEDAÇADO: A HISTORIOGRAFIA DO PAU-BRASIL

2. 1 Uma reflexão historiográfica sobre o pau-brasil

O pau-brasil é assunto recorrente, apesar de quase nunca ser comentado entre os historiadores, não há ninguém que o deixe de lado quando o assunto é a colonização da América portuguesa. Na escola, por exemplo, aprendemos que somos "brasileiros" devido ao nome da árvore que se chama pau-brasil, do qual deriva o próprio nome Brasil. Além disso a exploração do pau-brasil é muito conhecida como componente importante na "história oficial do Brasil", quase todo brasileiro sabe "contar" que além de dar seu nome ao país o pau-brasil foi o "primeiro produto de interesse dos portugueses" (LIMA, 2009).

Muito além disso, na historiografia – isto é, nas produções acadêmicas de historiadores e historiadoras –, apesar das muitas citações da existência da dita árvore e da importância econômica do pau-brasil no início da colonização, as histórias desse lenho tintorial ainda têm muito a ser investigado por parte dos historiadores (as). Por exemplo, não somente como se deu sua exploração, mas sua conservação, também os tratos políticos e sociais que estavam contornando sua complexidade ao longo da história.

Com base nisso, é fundamental haver uma compreensão sobre o que foi estudado sobre o pau-brasil. Isso, certamente, ajudará a identificar a proposta deste trabalho e posicionará nosso estudo dentre as demais contribuições realizadas ao longo do século XX – período inicial das análises e de mais intenso debate – e as demais produções do presente século.

2. 2 Os historiadores e o pau-brasil no século XX e XXI

Outras revisões historiográficas sobre os estudos do pau-brasil, no século XX, já foram feitas. A primeira produção de um "Estado da Arte" foi realizada pelo jornalista Eduardo Bueno, em seu livro nomeado por *Pau-Brasil* (2002). Nele Bueno destaca uma a dita "historiografia" do pau-brasil; dita, pois, sua produção historiográfica esteve esfacelada e reclusa à década de 1930, como se após as obras de Simonse (1937); Bernadino de Souza (1938) e Ferraz (1939), houvesse uma lacuna de 63 anos e seu livro fosse a grande obra que

reavivou o pau-brasil na história nacional – ignorando assim as produções acadêmicas mais recentes e demais discussões anteriores.

Já a segunda produção de revisão foi parte da dissertação de mestrado de Josemara Salles Lima, intitulada por *Pau-brasil: os diferentes significados dos discursos para a sua conservação, nos séculos XIX e XX* (2009), por sua vez essa revisão historiográfica é mais consistente, tendo em vista primeiro que partiu de uma historiadora e segundo por compreender melhor o "Estado da Arte" de seu objeto de estudo. Seu esforço parte, assim como Bueno, da década de 30, contudo se estende para autores como Caio Prado Jr., Sergio Buarque de Holanda, e outros nomes mais recentes ligado ao campo da história ambiental como Warren Dean e José Augusto Pádua.

Porém, a medida que fui me aprofundando nos estudos percebi que outros nomes, outras obras e outras reflexões poderiam ser acrescentadas ou refletidas de uma forma diferente. Por exemplo, ainda que a historiadora Josemara Lima, tenha se encarregado de dar início a essa longa caminhada, de se fazer um esforço historiográfico sobre o pau-brasil, ela não contemplou trabalhos e produções históricas anteriores a década de 1930 – como já havia sendo superficialmente postulado por Bueno –, pois foi no século XIX, com o IHGB que, como veremos, se deu o início da historiografia do pau-brasil.

2. 2. 1 Pau-brasil: nos anos de Império e no IHGB

Podemos dividir o tronco historiográfico do Pau-brasil em duas partes substanciais – as quais veremos à frente. Mas, qualquer tronco de árvore necessita de uma sustentação na qual consiga se manter firme, ereta, e sobreviver, isto é: o tronco de uma arvore é inseparável de suas raízes. E é justamente sobre as raízes historiográficas do pau-brasil e sua relação com a própria história do Brasil, que tentaremos analisar nesta parte.

Nos anos de 1850, com Francisco Adolfo de Varnhagen, surgiu a obra de história do Brasil independente mais importante até aquele momento: *História geral do Brasil*, esse livro refletia uma preocupação nova no Brasil com a história, com a documentação sobre o passado brasileiro, que o recém fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro representava.

Segundo o historiador, pesquisador e autor de diversos livros sobre teoria da história, José Carlos Reis, no interior do processo de independência política e constitucional do Estado

nacional brasileiro, no século XIX, ocorreram uma serie de transformações. Uma delas foi o surgimento de uma condição favorável tanto da obra de Varnhagen, como da institucionalização da reflexão e da pesquisa histórica no IHGB. A partir disso, nos anos 1850, Varnhagen e outros intelectuais relacionados ao instituto desenhou o perfil de Brasil independente, mais, ofereceram bases a uma nova nação, um passado, a partir do qual ele poderia elaborar um futuro (REIS, 2007).

Mas, é indispensável dizer que nos escritos do IHGB predominava uma história político-administrativa e biográfica, valorizando as ações e documentos oficiais. O IHGB, no século XIX, tinha o papel de fazer o Brasil reconhecer-se geográfica e historicamente. Em seu projeto tinha a tarefa de situar as cidades, vilas, rios, serras, portos; de conhecer e engrandecer a natureza brasileira. Mas, deveria também eternizar os fatos memoráveis da pátria e saltar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos (REIS, 2007). Em outras palavras o projeto político do IHGB, e oportunamente de Varnhagen, era o de se fazer um elogio ao passado brasileiro, um elogio a colonização portuguesa e a família imperial. Devia-se, antes de tudo, fazer uma história que realizasse um elogio do Brasil, uma história sem tensões, separações e contradições.

Enfim, sabendo disso, voltemos para o livro *História geral do Brasil*. Ele se inicia com uma descrição geral da natureza brasileira, descrição feita por alguém que a "descobre", que a observa pela primeira vez. E nessa aventura o coração do descobridor se aperta diante da imensidão da mata e de seus perigos. Há plantas exóticas, desconhecidas, mas que poderão ser úteis à Europa e sustentarão o comércio, entre elas: o pau-brasil (VARNHAGEN, 1877). Foram, no geral, as matas de pau-brasil, de pau-d'arco, de jacarandá, de macacaúba ou ipê, as matas virgens e puras, outrora ricas, as matas brasileiras e sobretudo a Mata Atlântica que primeiro despertou a cobiça francesa, e, por sua pujança sustentou a economia colonial e encabeçou o futuro de uma nação grandiosa territorialmente (VARNHAGEN, 1877).

2. 2. 2 Pau-brasil: os frondosos anos 30 e suas leituras econômicas

Como dito anteriormente, o tronco historiográfico do Pau-brasil está dividido, além da raiz, em duas partes substanciais. Pois bem, a primeira delas trata-se do período inicial de produções acadêmicas a respeito dessa árvore na história do Brasil, esses escritos foram em sua maioria publicados na década de 1930, o qual predominou nas análises de seus estudiosos

os fatores econômicos, e, que em muito ainda percebemos influencias das produções do IHGB.

Neste grupo, o primeiro estudo de maior relevância sobre o pau-brasil foi produzido durante um curso de História da Economia Nacional, na Escola Livre de Sociologia e Política, pelo industrial, político, intelectual e escritor Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) e depois transformado em um dos capítulos de sua obra *História Econômica do Brasil, 1500-1822*, publicado em 1937.

Tanto o curso como seu texto, não conseguem por si só representar o entendimento do contexto no qual nasceu este estudo pioneiro sobre a extração, trato e envio do pau-brasil para Europa. Temos, nesse sentido, de compreender brevemente a Revolução Paulista ou constitucionalista de 1932.

Essa revolução surgiu de uma insatisfação da elite paulista que se viu frente a um novo governo, que havia desarticulado as eleições de 1930, e impediu que um representante da elite paulista assumisse o cargo de presidente da república. Foi assim que, entre os anos de 1932 e 1933, lutando pela promulgação de uma nova Constituição, já que a anterior fora sujada, denegrida, pela revolução de 1930, um grupo de intelectuais paulistas, decidiram fundar, em São Paulo, a partir de um manifesto, uma Escola Livre de Sociologia e Política. Como o próprio Roberto Simonsen conclama:

> Nesse documento, demonstravam que não tendo podido ver triunfante pela força das armas o seu ponto de vista, compreendiam, mais do que nunca, a profunda desarmonia existente entre as nossas aspirações e a realidade político-econômico-social do país. Pregavam a urgente necessidade de se criarem escolas de formação de "elites", em que se divulgassem as noções de política, sociologia e economia, despertando e criando uma consciência nacional, capaz de orientar a administração pública, de acordo, com a realidade do nosso meio, concorrendo, assim, para fazer cessar, dentro do Brasil, a incompreensão reinante, de que São Paulo era, e é, a vítima principal. (SIMONSEN, 2005, p. 33).

Com base nesse discurso, percebemos que o objetivo primordial da Escola era orientar "a formação de elites", esta formação seria alicerçada em uma divulgação e promoção das noções de política, sociologia e economia. A partir dessas disciplinas o intuito era o de despertar uma consciência nacional, capaz de orientar a administração pública.

Nesse sentido, a Escola foi fundada em 1933. Mas, como conta o próprio Simonsen, "iniciando o terceiro ano letivo [em 1936], passou a fazer parte do currículo o curso de História da Economia Nacional. [...] Dada a impossibilidade de a escola obter outros professores, mais doutos", Simonsen são pôde "se furtar ao pesado encargo de professar a referida matéria". Sendo assim, como dito anteriormente, as aulas ministradas por Simonsen se tornaram a base do livro que a Companhia Editora Nacional lançou em julho de 1937, como Volume 10 da série "Grande Formato" da coleção Brasiliana.

Enfim, podemos dizer que no capítulo três dessa sua obra, "Aproveitamento econômico das terras de Santa Cruz", poderia muito bem ser um livro. Dada a sua discussão ampla, e, muitas vezes alicerçada em diversos documentos de época. Nessa parte Simonsen discute sobre as primeiras prospecções do atual território brasileiro pelos portugueses, os primeiros rendimentos da extração vegetal, a concorrência e os contrabandos dos franceses, o caso da nau Pelerine e de Martim Afonso de Sousa, faz considerações sobre a destruição das florestas, entre outras coisas como o trato com os corantes.

Porém, apesar de ser contundente em seus estudos, nesse trabalho o tema da exploração do pau-brasil é pensado a partir da ideia de que a história está dividida em "ciclos econômicos". Isto é, segundo Lima (2009), os historiadores a fim de explicar a história do Brasil, usaram como categoria central o comércio exterior. Ou seja, cada fase em que dominou um produto de exportação foi caracterizado como "o ciclo de tal produto": o do pau-brasil, o do açúcar, o do ouro (ou mineração) e o do café. Enfim, a historiadora Josemara Lima (2009) aponta que as obras iniciais que possuem a "teoria dos ciclos" para o Brasil, são as de João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal econômico* (1929) e João Frederico Normano, *Evolução econômica do Brasil* (1939).

Segundo Lima (2009), Azevedo analisa a história de Portugal dividida em épocas que correspondem a períodos de maior importância de um produto colonial; buscando enquadrar o Brasil nos períodos de exportação de produtos do Império Ultramarino Português. Já Normano, também ao parecer de Lima (2009), analisa somente o Brasil, com um trabalho mais elaborado e busca explicar como ocorria a sucessão de "sistemas econômicos inteiros". Elucidando então a tese empreendida por Simonsen, podemos considerar que a ideia dos "ciclos econômicos" atingiu seu acabamento. Em ordem cronológica ele analisou os produtos de exportação de maior relevância em cada época – e também os secundários –, indicando as fases de formação econômica do país. O pau-brasil, nessa obra, representa o primeiro ciclo; como ele mesmo trata:

> A exploração comercial da terra de Santa Cruz não podia, portanto, oferecer, de início, atrativos a Portugal, absorvido como estava nos problemas do riquíssimo escambo com o Oriente. E a nau com que Cabral comunicou a El-Rei D. Manuel a nova da descoberta, levou também as primeiras amostras do pau-brasil, como sendo a única mercadoria de valor real que se apresentava fácil aos olhos dos mercadores portugueses. As plantas e as substâncias tintoriais, numa época em que não se conheciam as anilinas artificiais, apresentavam real interesse ao comércio. (SIMONSEN, 2005, p. 70-71).

Um ano depois da publicação de Roberto Cochrane Simonsen, no ano de 1938, o historiador baiano José Bernardino de Souza [9] fora encarregado de realizar um estudo sobre o pau-brasil pelo IHGB, que, para comemorar o centenário da instituição, convocara o Terceiro Congresso de História Nacional, durante o qual Bernardino apresentou sua tese. Esse trabalho foi base para o livro *O pau-brasil na história nacional*, publicado em 1939 na coleção Brasiliana, e que teve uma segunda edição em 1978. Nele, o autor compilou quase tudo o que até então se sabia sobre a árvore, nesse sentido, seu marco cronológico é longo – mais de 300 anos – vai de 1500 a 1875.

Nessa obra o autor divide a história do pau-brasil em duas grandes partes: "o pau-brasil ao tempo de Colônia" e o "o pau-brasil ao tempo de Império", porém, antes da história propriamente dita – como ele mesmo destaca –, em três capítulos o autor explora as individualidades botânicas e geográficas da árvore, e a descrição dos cronistas sobre o pau-brasil. Dessa forma, podemos notar um livro que não analisa somente o período reservado ao chamado "ciclo do pau-brasil" – que seria os primeiros anos do século XVI, que ocorreram uma intensa exploração portuguesa na costa marítima do continente sul-americano.

Bernardino ao separar a história do pau-brasil em dois momentos, colônia e império, entende uma história de ruptura e continuidade, o qual o pau-brasil (um único elemento) consegue dar bases para vários eventos em um único momento: a independência do Brasil.

Primeiro entende uma ruptura, pois, pouco antes da proclamação de independência, em 17 de julho de 1822, o ministro da fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, determinou a proibição de envio de pau-brasil para a metrópole. Logo estancava-se uma das fontes em que se suprira por mais de três séculos o erário da metrópole, mas que ao mesmo tempo metaforiza uma continuidade econômica, pois mesmo após a descoberta do corante sintético, em 1826, o lenho tintorial ao longo do século XIX, ainda tem elevada importância

[9] Bernardino foi professor de História, de Direito, secretário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e participou como sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

dentre os produtos brasileiros, "que mereceu dar o nome à mais rica e fértil porção do globo" (Vasconcelos, 1832 apud Souza 1978).

Apesar que Bueno diga, sobre Bernardino, que seu "texto não é um deslumbre, mas os detalhes e as brechas para novas e até então insuspeitadas investigações suplantam eventuais tropeços estilísticos" (BUENO, 2002, p. 38), considero que Bernardino, claro, não avançou proveitosamente a partir de um embasamento teórico-metodológico, que ele se conteve em escrever uma história da exploração da árvore, de forma descritiva, apresentando as medidas tomadas em relação a sua exploração do século XVI ao XIX, mas se o fez assim é porque se tornou não somente membro do IHGB, mas também herdeiro dos historiadores do século XIX – e da dita "história oficial" –, ao ponto que tenha tentando calcular a quantidade de madeira explorada em cada período.

O que me surpreende é alguém como Eduardo Bueno [10], um jornalista, que se preocupa tanto com profundas movimentações metodológicas e teóricas ao longo de seus livros, tenha se esforçado em apontar tão severas críticas a um livro que deixou um legado para futuros pesquisadores sobre o pau-brasil, como o de Bernardino José. Porém, agora, não é de interesse nos alongarmos nesse debate – pelo menos não agora.

Voltando para as considerações de *O pau-brasil na história nacional* (1978), visualizamos que uma das preocupações de Bernardino não foi em todo superada, que apesar de centenas de anos, entre eles de esforços de pesquisas entre historiadoras e historiadores, nenhum pesquisador conseguiu desenvolver um assunto tão recorrente da história do Brasil.

> Nunca imaginei que tal assunto fosse tão deficientemente estudado; muitas vezes cheguei a impacientar-me com a deficiência de dados nos autores nacionais, e pelas repetições de erros encontrados nas obras brasileiras ou estrangeiras. (SOUSA, 1978, p. 14).

Além de não ter uma sistematização teórica, seu trabalho está praticamente todo baseado em fontes primárias. Devido ao teor compilatório da obra, há poucas citações de outros autores, ele cita, por exemplo, Capistrano de Abreu e Francisco Adolfo Varnhagen, mas, esse fator não faz desmerecer sua obra, especialmente se pensarmos que outro esforço de compilação ampla sobre as menções ao pau-brasil na história do Brasil tenha sido feito

[10] Histórico de pesquisa de Bueno

somente no ano de 2016, pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa.

Em seguida, outra obra da década de 1930, porém feita com o objetivo de analisar a etimologia de "brasil" foi lançada, em 1939, pelo professor Antônio Leôncio Pereira Ferraz com o título *Terra da Ibirapitanga* (1939). Nesse trabalho, escrito para o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, ele apresenta tese sobre o nome "brasil". Procura indicar através de documentos, o uso do termo nos seus primórdios, e analisa os vários nomes dados à árvore. Assim, para resgatar as origens da palavra "brasil", o professor Ferraz fala do comércio de tinturaria antes mesmo do século XVI, no qual o brasil asiático (caesalpina sappan) aparece nas exportações para a Europa. Também procura delinear como o nome foi sendo utilizado para denominar as terras portuguesas no Novo Mundo e a importância que teve para o comércio até o século XIX.

2. 2. 3 Pau-brasil: por alguns dos "intérpretes" do Brasil

Para o pau-brasil a década de 1930 foi longa, a década havia se encerrado com a publicação de Terra da Ibirapitanga, porém uma outra publicação de 1937 fazia menções contundentes ao Pau-de-pernambuco, em *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, autoria do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Como o nome da obra se anuncia, neste ensaio Freyre situa as relações sociais e cotidianas dos senhores de engenho com o solo, a água, a mata, os animais e o próprio homem.

Mas, antes de tudo, temos que ter em mente que Gilberto Freyre parte de seu lugar social – um intelectual da elite pernambucana –; e um escritor/ensaísta que deu bases a tese da suposta "democracia racial", que viu a integração dos índios, negros e brancos em um grande cadinho harmonioso das três raças.

Enfim, em seu livro Freyre vem trazer para seus estudos não "o Nordeste" em suas variações multifacetadas, seus diferentes cenários geográficos, culturais, sociais e econômicos, mas, sim "um Nordeste", aquele Nordeste do litoral – da Zona da Mata – úmido e das terras de massapê, de barro, argila e húmus. O Nordeste que Freyre pinta é o do açúcar, que é o mesmo Nordeste do pau-brasil. No capítulo "a Cana e a Mata", Freyre vem apontar

que o canavial desvirginou todo o mato grosso do modo mais cru: a queimada. Segundo o autor, foi o fogo que abriu o mato virgem para o cultivo da cana-de-açúcar; e se não pelo fogo, pelo machado que:

> Portugal retirou de madeira do Nordeste do Brasil – madeira gorda e de lei [...] – para levantar ou reparar seus conventos, suas igrejas, seus palácios, toda a sua arquitetura volutuosa, para construir seus barcos e seus navios, forma um capítulo da história da exploração econômica do Brasil pela Metrópole. (FREYRE, 2004, p. 87).

A visão de Freyre sobre a relação entre a cana-de-açúcar, o homem e as matas pernambucanas é bastante inquietante, tanto é que suas provocações foram seminais para esse trabalho, foi através de suas leituras que tive apreço e curiosidade por meu objeto de estudo. Mas ainda sobre os anos 1930, podemos dizer que, se na metade do século XIX, nos escritos do IHGB, predominava uma história político-administrativa e biográfica, valorizando as ações e documentos oficiais; nos anos 1930, aparece uma "história nova", econômico-social-mental, que valoriza as iniciativas coletivas, anônimas, inconscientes, não-oficiais, reveladas por uma documentação maciça, múltipla, interdisciplinar. Freyre é um dos pioneiros nesse novo tipo de se fazer história (BURKE, 1991).

Mas enfim, dando continuidade, é indispensável pontuar que: se os anos da década de 1930 foram os anos mais frutíferos se tratando de produções sobre o pau-brasil, aos poucos as análises dessa parte da história do Brasil foi caindo em um pequeno obscurantismo, sendo relegado a pequenos capítulos, tópicos e até mesmo vagas citações, de livros que se concentram em conjecturações distantes desse pau de tinta.

Vemos somente um destaque mais elevado no ano de 1945, em *História Econômica do Brasil*, conhecida obra de Caio Prado Júnior, um dos primeiros autores de tradição historiográfica marxista no Brasil. Nesse livro, que segmenta a história brasileira em períodos econômicos, o autor é amplo em suas discussões, mas ao mesmo tempo é breve ao tratar sobre o pau-brasil. Ao longo da leitura percebemos que o assunto é quase que recluso ao período que intitulou por "Preliminares", que vai de 1500 a 1530, o qual analisa tanto o meio geográfico, como o caráter inicial e geral da formação econômica brasileira, e nesse sentindo temos a primeira atividade: "A Extração do Pau-Brasil" – cito. Como se bastasse estar em meio a breves notas preliminares, para o autor a exploração do pau-brasil é aquela que "não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas

nativas donde se extraía a preciosa madeira" (PRADO Jr., 2012, p. 16) ou mais ainda "era uma exploração rudimentar".

Considero outras duas ponderações de Caio Prado Jr., que serão no capítulo III revisitadas e discutidas, a primeira delas diz que "foi rápida a decadência da exploração do pau-brasil. Em alguns decênios esgotara-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu seu interesse" (PRADO Jr., 2012, p. 17), é, de fato foi rápida a decadência da exploração do pau tintorial, mas será que o negócio do pau-brasil perdeu em todo o seu interesse ao longo dos anos da colonização portuguesa? Ou mesmo, será que a exploração do pau-brasil não serviu em nada para fixar qualquer núcleo de povoamento no país? Tal como vemos na segunda pontuação feita pelo autor:

> De sorte que a exploração do pau-brasil, mesmo desta forma indireta, não serviu em nada para fixar qualquer núcleo de povoamento no país. Nem era de esperá-lo. Não havia interesse em localizar-se num ponto, quando a madeira procurada se espalhava aos azares da natureza e se esgotava rapidamente pelo corte intensivo. A indústria extrativa do pau-brasil tinha necessariamente de ser nômade; não era capaz, por isso, de dar origem a um povoamento regular e estável. **Não são muitos os dados que possuímos sobre esta primeira forma de atividade econômica no Brasil**. (PRADO Jr., 2012, p. 16) (Grifo meu).

Mais uma vez esbarramos na questão do diminuto número de fontes e informações sobre o pau-brasil, que até hoje dificulta os estudos dos historiadores e historiadoras, mas que, aos poucos com a maior facilidade de circulação de informações – e também documentos antigos –, assim como o maior uso de fontes, para além daqueles "documentos oficiais", vem sendo aos poucos superada. A questão que permanece quase que sólida no emaranhado do tempo é que, queira quer sim, queira quer não: "os primeiros contatos com o território que hoje constitui o Brasil devem-se àquela madeira". (PRADO Jr., 2012, p. 15).

Ainda nessa linha, dos "intérpretes" do Brasil, podemos citar o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o qual ao estudar o pau-brasil se detém no período de sua exploração apenas nos primeiros anos da colonização. Falamos isso através de seu livro intitulado por *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), com codireção de Pedro Moacyr Campos, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o qual busca suscitar as primeiras frotas portuguesas de reconhecimento do "novo" território, as expedições entre 1500 a 1503, e é claro o pau-brasil.

Ainda que o objeto central do livro não seja especificamente o pau-brasil, ou o estudo do pau-brasil na história nacional, como fez Bernardino, Sérgio Buarque de Holanda no tomo I, volume 1°, destaca que:

> foi o pau-brasil, também, um dos atrativos dos comerciantes franceses que percorreram, já a esse tempo, o nosso litoral, e uma das causas das fricções que se suscitaram aqui entre eles e os portugueses. Pouco se sabe do trado de pau de tinta que então se desenvolveu. Contudo, a julgar pelo resultado de estudos recentes, divergiram muito os métodos utilizados pelos dois povos. (HOLANDA, 1985, p. 90).

Nesse sentido o autor nos dá o fato de que enquanto os franceses buscavam se relacionar de forma mais direta com os indígenas no processo de trato do pau de tinta, os portugueses, por outro lado, tendiam a se distanciar das relações mais próximas, por sua vez estabelecendo feitorias em zonas mais afastadas das populações indígenas.

Ainda considerando as contribuições de Holanda, o autor escreve para a mesma coleção, porém no volume 2ª, do tomo I. Nele o autor considera que a busca de metais preciosos nos primeiros anos de "descoberta" foi infrutífera, mas a sondagem na floresta revelou a presença de madeira tintorial, que logo foi considerada monopólio real. Escreve ainda o autor, "A expansão acompanhou a floresta tropical que se estendia da zona costeira até a Paraíba do Norte. Dela provinha o pau-brasil e os troncos de pau-d'arco [ipê] que se reservavam para a marinha real" (LIMA, 2009, p. 17 apud HOLANDA, 1960). Logo, percebemos também a preocupação de espacializar a região de extração pau-brasil.

Afora esses dois historiadores, e um sociólogo, podemos citar o antropólogo Darcy Ribeiro, que em seu livro *O povo brasileiro* (1995), aponta para uma história cultural, uma história étnica do Brasil, ou melhor, do povo brasileiro.

Nesse livro, em hipótese alguma o pau-brasil é visto enquanto algo que relaciona o homem (indígena ou europeu) ao mundo natural, por outro lado, é mero objeto que costura as relações entre europeu e indígena. Mesmo assim podemos fazer reflexões profundas e críticas a respeito dessa relação entre seres humanos e pau-brasil ao ler a obra de Darcy Ribeiro. Através, por exemplo, da forma que ele destrincha o diálogo entre o francês Jean de Léry e um velho tupinambá – como numa espécie de análise da sofreguidão indígena, em questionar o empenho de juntar toras de pau vermelho, como se estivessem condenados, para sobreviver, a alcançá-las e embarca-las incansavelmente. E mais, percebemos como as relações – entre

elas, as de gênero – seriam atravessadas, digo: se por um lado as mulheres serviam aos desejos obsessivos dos europeus – de multiplicar-se nos ventres das índias e por suas pernas e braços a seu serviço, para plantar e colher suas roças, para caçar e pescar o que comiam –, por outro lado, os homens se relacionavam ao trato do pau-brasil: "serviam principalmente para tombar e juntar paus-de-tinta ou para produzir outra mercadoria para seu lucro e bem-estar" (RIBEIRO, 2006, p. 43).

2. 2. 3 Pau-brasil: os recentes debates da história ambiental

A segunda parte do tronco historiográfico do Pau-brasil concentra suas publicações a partir da década de 1990. Essa segunda vertente já se distancia gradativamente da relação histórica do pau-brasil como produto exclusivamente econômico – algo que na década de 30 Freyre tentava encaminhar. O brasilianista Warren Dean, que escreveu *A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* (1996), visualiza por meio do campo emergente da Evirommental History um protagonismo das florestas, das matas e das árvores ao longo da história do Brasil – em amplas significações: econômicas, políticas, sociais, por exemplo.

Em seu livro, o foco de análise é a destruição da floresta costeira do Atlântico Sul – a Mata Atlântica brasileira –, seu recorte temporal é longo e capaz de observar toda as transições ocorridas à longo prazo; isto é, trata desde o período pré-colombiano (antes do século XV) e se alonga aos séculos XVI ao XX. Concordo que "os problemas, que a prática da extração da árvore trazia, são abordados nesse livro em umas poucas páginas" (LIMA, 2009, p. 17), assim como pontuou Josemara Lima. Porém, Dean estava trabalhando dentro de suas condições; ou seja, a partir de recursos e materiais limitados, o próprio Dean pontua que "existe muito pouco registro de como foi praticado o comércio de pau-brasil", e, de fato quando ele realizou suas pesquisas não havia a facilidade que temos hoje, de ter acesso digital a inúmeros documentos digitalizados.

Apesar de Lima considerar que "o assunto é tratado no meio de outros tantos nos cinco séculos de exploração da Mata Atlântica pelos europeus [...] Não há um capítulo para as ações que sofreu a árvore, e seu tema aparece em páginas dispersas" (LIMA, p. 17). Podemos dizer, sim, que o capítulo "A segunda leva de invasores humanos" é uma explanação

contundente sobre as ações que sofreu a árvore, se principalmente consideramos que a mais de 30 anos o assunto não era explorado pelos intelectuais brasileiros.

Enfim, é isto que Dean trás: Uma visualização sucinta sobre a extração do pau-brasil, no século XVI; considerando essa extração como um dos primeiros impactos ambientais na Mata Atlântica brasileira. Nas páginas de "A segunda leva de invasores humanos", ele apresenta algumas questões relacionadas a árvore, pau-brasil, e outras madeiras de lei – o tráfico, os indígenas, os jesuítas etc.

Mas, claro, temos que dirigir algumas críticas ao Warren Dean. Seu trabalho, se tratando da devastação e destruição da Mata Atlântica brasileira, deveria, é claro, dar mais importância a uma das árvores que mais padeceu desse processo de destruição extrativista – o pau-brasil –, que não cessou no século XVI, mas tem continuidade até os dias atuais.

Além do mais, à luz de seu trabalho, posteriores críticas foram feitas a sua obra. A mais contundente dessas críticas é feita por diversos historiadores ambientais, tais como Regina Horta Duarte (2013), Ely Bergo Carvalho (2005) e German Palácio (2001). Todos escrevem que as obras de Warrren Dean, deixam como contribuição a ideia de que a ecologia deve ser integrada nas explicações históricas. Contudo, criticam o autor pois ao escrever a partir de uma visão ecologista acaba cometendo erros "presentistas" – ou seja, ele atribui a temas do passado, juízos de valor do presente. Tratando as relações entre seres humanos e florestas com tom fatalista e catastrófico.

Em sequência, o trabalho mais próximo de *A ferro e a fogo*, realizado por Dean, é um trabalho produzido contemporaneamente ao seu, produzido pelo historiador ambiental José Augusto Drummond, em 1997, seu trabalho recebeu o título de *Devastação e preservação ambiental: Os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro* (1997). Apesar de não ter um recorte específico para a questão do pau-brasil, o autor procura, entre outras coisas, situar os leitores no contexto das primeiras iniciativas coloniais europeias na área do Rio de Janeiro.

Nesse livro, pelo fato de transitar por uma parte da história do Rio de Janeiro – estado que está situado na região da Mata Atlântica – o autor também transita pela história do pau-brasil. Nesse sentido, relaciona a história do pau-brasil à história da devastação [e proteção] das matas, mas também relaciona a história dessa árvore à devastação dos homens, pois

> Apesar de não apresentar qualquer renome ou atrativo extraordinário, o pau-brasil transitou rapidamente da ignota história natural da floresta tropical sul-americana para a história econômica europeia e provocou rivalidades sangrentas entre os colonizadores portugueses e franceses e entre os seus respectivos aliados indígenas. (DRUMMOND, 1997, p. 66).

Drummond também atenta para uma análise ambientalista – se é claro, pudéssemos levar essa prática para o século XVI –, tal como vemos nas seguintes passagens: "É muito improvável que os indígenas, que localizavam, cortavam e transportavam as toras de pau-brasil, se importassem ambientalmente com a sua rarefação (1997, p. 44)". E, mais, complementa: "quase acabamos com a árvore que dá nome ao nosso país, uma atitude nada ambientalista" (1997, p. 67).

Além dessa obra, em 2002, Drummond escreveu um artigo para a revista *Varia História*. Esse artigo possui o título: *Por que estudar a história ambiental do Brasil? – Ensaio temático* (2002), um título por si só provocativo, que já declara qual o seu objetivo: trazer para jovens pesquisadores motivos que fazem do Brasil um objeto privilegiado para a história ambiental. Ao enumerar esses motivos, o autor, é claro, não descarta a importância histórica do pau-brasil. Na parte "O significado de um nome", Drummond arrasta para o debate da história ambiental uma questão pertinente: o Brasil é o único país do mundo que possui o nome de uma árvore, mas nem por isso se trata de um país que preza pelo meio ambiente, por uma sensibilidade ambientalista. É só um pontapé para uma discussão ampla, como ele mesmo observa, "essa nomeação refletia a importância econômica da árvore e não uma sensibilidade 'ambientalista'". (DRUMMOND, 2002, p. 19).

Continuando, ainda no ano de 2002, temos um dos clássicos da produção da história ambiental no Brasil, trata-se do livro *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888* (2004), escrito pelo historiador José Augusto Pádua, que, assim como os demais, publicou um livro que não fala especificamente sobre a exploração do pau-brasil, mas aborda a exploração da Mata Atlântica. Nessa obra o autor propõe uma análise da crítica ambiental, no Brasil escravista, identificada em autores da segunda metade do século XVIII e do século XIX. Nesse sentido, podemos observar que, embora a tradição crítica da devastação da natureza produzida no Brasil dos séculos já mencionados não deva ser vista como precursora do debate atual, as suas reflexões ganham relevância teórica e projeção histórica.

Com relação ao pau-brasil, talvez, dos livros ligados ao campo da história ambiental esse seja aquele que menos explora essa árvore. Suas considerações mais diretas estão localizadas no tópico "O nome do Brasil" – inserido no capítulo I. Nessa parte, em síntese, Pádua retorna aos escritores dos primeiros séculos de presença portuguesa no Brasil para considerar que o Brasil – esse país que conhecemos – não é o único país do mundo batizado com o nome de uma árvore por motivos ecologistas, mas, sim, porque "desde os primórdios da ocupação europeia, que a descrição das riquezas naturais do Brasil, muitas vezes com um certo exagero, era a principal estratégia para criar uma imagem atraente de país" (PÁDUA, 2004, p. 84). E mais, se por um lado é um país que tem uma rica tradição de simpatia cultural e elogio laudatório da natureza, por outro, é um país que tem uma longa história de contínua agressão contra as suas principais manifestações naturais (PÁDUA, 2004). Isto é, o que a adoção do nome nos mostra é uma clara indicação do desejo europeu de explorar lucrativamente a abundância natural da América.

Regredindo dois anos antes do pensamento de Pádua, no ano de 2000, temos o historiador norte-americano Shawan Willian Miller, formado em História e especialista em América Latina. Em seu livro: *Fruitless Trees. Portuguese conservation and Brazil's colonial timber* (2000) [11], escreveu sobre a exploração da madeira no período colonial brasileiro – entre as madeiras, a do pau-brasil. Segundo Lima (2009), Miller argumenta que o impacto "negativo" das atividades sobre a natureza, durante a colonização da América Portuguesa, ocorreu devido ao monopólio régio em conjunto de uma escassa política florestal, que não proporcionou os incentivos para a conservação das florestas. Trata-se de uma linha de pensamento que está sendo repensada recentemente. No mais, Lima (2009) afirma que Miller, considera as estratégias dos colonizadores de forma a desnaturalizar a ideia de que não houve escolhas e que a destruição e desperdício eram processos inevitáveis dos indivíduos naquela época.

Na mesma perspectiva de Josemara Lima, José Augusto Pádua (2002) escreve que, Shawn Miller defende a tese de que o conjunto das políticas conservacionistas e monopolistas das madeiras nobres do Brasil por parte do Estado português foi contraproducente, ajudando a aumentar os desmatamentos na medida em que dificultou o aproveitamento comercial das madeiras pelos próprios proprietários. Pádua analisou uma parte dessas medidas que foram estudadas por Miller, mas, como esclarece o autor, seu trabalho "não trata de discutir os

[11] Minhas considerações sobre este livro, e sobre as podentações do historiador em questão, são feitas a partir de comentadores da obra *Fruitless Trees. Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*, de Shawan Willian Miller. Pelo fato da obra em questão não ter sido acessível à esta pesquisa.

resultados concretos dessa política" e sim analisar as bases teóricas que moldaram aquelas políticas.

Por outro lado, ao analisar a obra de Miller, Carlos Ferreira de Abreu Castro (2002), vê a posição defendida por Shawn Miller considerando que o autor aponta que a destruição das florestas brasileiras se deve não à ausência de controle pelas autoridades portuguesas, mas sim ao seu excesso. Ao ler a obra de Miller Castro (2002) anota que, "na perspectiva defendida por Miller, Portugal não pode ser acusado de ter destruído as florestas tropicais brasileiras, pois quase todas as civilizações destruíram, em diferentes graus, as suas florestas, mas sim de tê-las destruído sem produzir capital social" (CASTRO, 2002, p. 181-182).

Para mais, ao ver de Carlos Castro, Miller pensa no sentido de que, aquilo que torna peculiar o desaparecimento da Mata Atlântica, abundante em madeiras valiosas, é o fato de ser um dos maiores desperdícios de recursos de que se tem notícia na história: "desflorestamento é uma tragédia; desflorestamento é um desastre sem mitigação se pouco ou nenhum benefício se tira desse processo" (MILLER, 2000, p. 9 apud CASTRO, 2002, p. 182).

Logo, tal destruição não se deve à capacidade específica dos portugueses em relação à floresta, mas por terem implantado aqui a política florestal mais restritiva do mundo, qualificada por Miller de gananciosa, avara e egoísta, já que restringia o uso pela iniciativa particular de recursos extremamente abundantes. Exatamente por caracterizar-se por aspectos altamente restritivos, tal política não forneceu, no entender de Miller, "incentivos para a conservação" e criou "poucas oportunidades de obtenção de lucros com a madeira", estimulando os "proprietários a destruir o que, por decreto, não lhes pertencia". (MILLER, 2000, p. 8 apud CASTRO, 2002, p. 182).

Além das contribuições de Miller para a história ambiental e para o estudo das florestas na história brasileira, temos também os esforços de Carlos Ferreira de Abreu Castro, engenheiro-florestal, e também um dos comentadores da obra de Shawn Miller. Castro em sua tese de doutorado *Gestão florestal no Brasil Colônia* (2002), faz um exame histórico dos usos da Mata Atlântica, analisando a extração e exportação do pau-brasil.

No geral, Castro escreve sobre o suprimento e a exportação do pau-brasil entre 1500 e a década de 1870. Apesar de seu longo recorte temporal ser estranho para um historiador, Castro consegue fazer um amplo estudo de longa duração através da revisão de leis, modalidades de concessão e práticas comerciais – sem deixar, é claro, de notar que no conjunto da documentação faltam muitas informações sobre a exploração do pau-brasil

(motivos de tristezas para diversos outros que se propuseram a conta a história desse lenho tintorial).

No mais, caso fizermos um esforço historiográfico de observar os trabalhos que abordaram ou foram dedicados exclusivamente à exploração do pau-brasil, constata-se que o tema aparece quase sempre em uma perspectiva econômica, dando ênfase à exploração feita no século XVI. Mas essa não é a característica única do trabalho de Carlos Ferreira Castro, ele busca dimensionar o papel das atividades domésticas e econômicas do período colonial e a sua atuação na eliminação quase que completa da Mata Atlântica, "um dos, se não o mais, diversificado ambiente terrestre" (2002, p. 179). Além do mais, foi objetivo do autor demonstrar que houve tentativas importantes para ordenar e organizar o processo de colonização do Brasil e que houve esforços para conservar e proteger a paisagem que indicam respeito pelo meio ambiente.

Isto é, nessa tese Castro (2002, p. 179) procura demonstrar que a política florestal portuguesa na colônia brasileira se caracterizou por uma exploração bem mais orgânica dos recursos naturais do que usualmente se pensa, e não por um processo de extração dos recursos desenfreado e realizado ao acaso [12]. A floresta não foi destruída aleatoriamente, havendo, na verdade, um trabalho de planejamento e gestão, expresso em uma legislação extensa e abrangente.

Com relação as opiniões de alguns historiadores ambientais brasileiros sobre a tese de Castro, temos a fala de José Augusto Drummond – já citado. O qual considera que a produção de Castro vem na esteira de uma revisão lenta e ainda pouco visível das apreciações sobre as políticas e práticas florestais dos colonizadores portugueses no Brasil. A opinião dominante ainda é a de que os portugueses foram agudamente destrutivos e imprevidentes nas suas práticas florestais no Brasil Colônia. Drummond escreve,

> entre o fato insofismável [irrefutável] de que a extensa Mata Atlântica foi virtualmente eliminada ao longo da história brasileira e os achados de que certas espécies foram produzidas de forma sustentada por mais de 300 anos [...], há campo fértil para novas pesquisas bem focalizadas e fundamentadas quanto à de Castro" (DRUMOND, 2003 p. 210).

O pensamento que permanece, a respeito da tese de Castro é que,

[12] Diferente daquilo que Sergio Buarque de Holanda pensa, em Raízes do Brasil. Nesse ensaio o historiador alega que o colonizador português realizou um tipo de colonização predatória.

> Em vez de se imputar a Portugal a culpa por ter nos deixado uma "herança predatória", devemos tomar consciência que a destruição das florestas brasileiras não é obra de 500 anos, mas principalmente dos últimos 50 anos. Bradar contra o passado, silenciar no presente, considerar que avançamos e estamos mais conscientes de nossa responsabilidade com o meio natural, sem transformar esta consciência em ações simples e eficientes de conservação, está sendo a receita para a destruição sem volta das florestas brasileiras. Mas creio que ainda há tempo. (CASTRO, 2002, p. 186).

Enfim, mais recentemente – digo, nos últimos dez anos – temos alguns trabalhos que podemos situar num outro galho de produções da história ambiental, esse por sua vez, diferente dos demais trabalhos anteriores, recortam o pau-brasil de forma especifica, isto é, como um objeto de estudo central. Sendo assim, não segmentam suas análises de forma superficial ou secundária, mas vai às fontes históricas fazendo indagações e problemáticas a respeito do negócio econômico e cultural do pau-brasil. Como é o caso da dissertação de mestrado de Josemara Salles Lima, intitulada por *Pau-brasil: os diferentes significados dos discursos para a sua conservação nos séculos XIX e XX* (2009).

Nessa produção a autora vai além da periodização usualmente estudada pelos historiadores, reclusos apenas ao século XVI. Nesse sentindo, faz seu recorte temporal com destaque aos séculos XIX e XX. Mas não se trata de algo genuinamente inédito, como a própria pontua: "o que este trabalho tentou trazer de mais original e novo em relação aos trabalhos históricos fora da história ambiental é o que esse campo possibilita" (LIMA, 2009, p. 20). Ou seja, são questionamentos novos na medida em que as perguntas fogem das questões econômicas, até então colocadas nas produções acerca do lenho tintorial. Sendo assim, a autora questiona mais o campo mental e intelectual, busca saber qual a relação homem-natureza no sentido de definir e localizar os discursos – políticos e ambientalistas – sobre o pau-brasil. Como Lima mesmo diz,

> são perguntas que talvez só poderiam ser pensadas neste tempo histórico, em que os movimentos ambientalistas ganham força, assim como ganham atenção as preocupações e os questionamentos sobre o tipo de relação que o ser humano e a sociedade estabelecem com a natureza. (LIMA, 2009, p. 20).

O próprio surgimento da história ambiental, na década de 1970, está ligado ao período histórico em que as preocupações ambientais começam a ganhar força. Como vemos, vários autores ligados aos estudos da história ambiental nos aportam alguns elementos a partir

dos quais a exploração do pau-brasil pode ser entendida, pelo menos parcialmente. Isso porque essa espécie de árvore faz parte da Mata Atlântica – o bioma que esses autores se esforçaram em entender as relações com os seres humanos –, ou seja, se pensarmos na amplidão de análises históricas que um bioma oferece, estudar uma árvore poderia ser um estudo de caso – seria uma entre tantas espécies.

Mas, isso não é o que ocorre na dissertação de Josemara Lima, pois ela não se detém em fazer um estudo a partir das matas, mas a partir dos salões políticos de debate, a partir da importância simbólica do pau-brasil no decorrer de parte da história brasileira. Isto é, traz para o tronco da história ambiental uma pesquisa sobre a exploração de uma árvore que mesmo que não conquistou tanto espaço e importância na historiografia brasileira, mas, por outro lado se consolidou como um símbolo (tanto da nação, quanto da destruição).

Por fim, o trabalho mais recente é o do historiador Uiá Freire Dias Dos Santos, o qual foi nomeado pelo autor por *Negociação e conflito na administração do Pau-brasil: a Capitania de Porto Seguro (1605-1650)* (2015). Em linhas gerais, esse trabalho tem como objetivo principal a análise da Capitania de Porto Seguro numa perspectiva socioeconômica e política. Mas não no sentido de privilegiar muito questões como as técnicas que dizem respeito ao significado e funcionamento das instituições jurídicas e administrativas do Império português. Por outro lado, algo que permeia sua análise é a relevância da atividade extrativista de pau-brasil para a capitania e seus desdobramentos no âmbito econômico, social e político.

Sabendo disso, o autor constrói a partir do estudo do negócio do pau-brasil e a relação dos atores sociais envolvidos na economia extrativista, uma compreensão histórica do possível lugar da Capitania de Porto Seguro no Sistema Colonial. Por exemplo, segundo o autor:

> Há evidências do papel dos jesuítas no que diz respeito à mão de obra indígena e da importância desta para o desenvolvimento da atividade madeireira, conflitos entre colonos, jesuítas, autoridades políticas e o feitor do pau-brasil, acusação de contrabando, articulação da Capitania de Porto Seguro no comércio marítimo colonial e a importância da atividade madeireira para a economia e sociedade local. (SANTOS, 2015, p. 26).

Nesse sentido o trabalho de Uiá Santos é um trabalho amplamente documentado, pois para entender essas relações históricas o pesquisador se utiliza desde documentos manuscritos à mapas e relatos de cronistas. Com relação as fontes podemos perceber que o corpo documental dos manuscritos trabalhados está depositado no Arquivo Histórico

Ultramarino, o qual podemos acessar a partir do Projeto Resgate de Documentação Histórica "Barão do Rio Branco" [13].

Para concluir essa parte, apenas destaco algo que considero pertinente, e que também foi observado por Uiá Santos é a questão de que:

> Infelizmente, o negócio do pau-brasil não despertou muita atenção dos historiadores. Apesar de ser ponto recorrente entre as análises, sobretudo na fase inicial da conquista e colonização da América portuguesa, a atividade extrativista parece perder importância à medida em que se avança no tempo. (SANTOS, 2015, p. 20).

2. 2. 4 Pau-brasil: escrever para informar ou vender?

Enfim, são essas as duas partes do tronco historiográfico do pau-brasil. Mas nossa discussão não se esgota aqui. Podemos citar outras obras que recentemente foram lançadas – e que de certa forma se inserem nos debates historiográficos; digo "de certa forma" pois, muitos acadêmicos da área da história poderiam considerar que pesquisas feitas fora do ambiente, das normas e rigores metodológicos da academia, situaria uma produção – a respeito do pau-brasil – em um galho historiográfico tortuoso.

Não pretendo ser demasiadamente longo nessa parte, não tão longo como fui nas anteriores, pretendo apenas citar e analisar brevemente como o pau-brasil é apresentado em alguns livros didáticos e manuais de história. Bem como em alguns livros, que nas últimas décadas do século XXI vem ganhando destaque – ainda que com edições limitadas – nas prateleiras de livrarias.

Primeiro, nos livros didáticos e manuais, vemos superficiais parágrafos – que muito raramente passam de um – citar dentre os primeiros contatos entre portugueses e indígenas e as primeiras explorações da costa, do atual território brasileiro, e, mais, em alguns casos, acrescentando ao lado do "escambo do pau-brasil" a primeira missa ou a expedição de Cabral. São, em muitas vezes, assuntos e temas que se relacionam apenas vistos a partir de um contexto amplo, mas, nos casos analisados são revisitações soltas no espaço e no tempo, que não acompanham os ritmos e as inovações da academia.

---

[13] Criado na década de 1990, o Projeto Resgate foi uma grande iniciativa de preservação e valorização do patrimônio documental do Brasil sendo responsável pela identificação, catalogação e digitalização de mais de 340 mil documentos em menos de dez anos de trabalho. Toda essa documentação foi microfilmada, gravada em CD-ROMS e, entre os anos de 1993 e 2003, distribuída pelo Ministério da Cultura para os principais arquivos, centros de pesquisas, universidades e bibliotecas do país.

A questão é que esses livros mesmo que tenham sido feitos a partir de um padrão pré-estabelecido pelo mercado editorial, como é o caso dos livros didáticos, e, que tiveram uma parca cobrança no que diz respeito ao ato de tecer considerações críticas aos processos históricos, são eles que chegam ao público amplo, são eles que vendem e informam. São ele que são consumidos, dentro das escolas e pelos alunos e alunas da educação básica. Por isso mesmo temos que pensar em reelaborarmos como essa história está sendo transmitida, que não seja um assunto diminuto e recluso a vagas e inconclusas informações como:

> [...] Em 1501, Gaspar de Lemos mapeou a costa e constatou a existência de pau-brasil ao longo do litoral. O tronco dessa árvore contém uma resina que serve de corante para tecidos, com tons que variam do marrom ao castanho-claro. O corante de pau-brasil tinha grande valor na Europa, o que atraiu a atenção da Coroa. O resultado foi a criação do estanco, ou monopólio régio, da exploração do pau-brasil. Apenas o rei de Portugal podia autorizar, em seu proveito, a extração e venda da madeira (Ser protagonista: História – Volume 2, 2013, p. 49).

Afora essas vagas considerações dos livros didáticos, temos dois livros que ganharam destaque no cenário intelectual, primeiro pelos seus autores, e, segundo por tratarem de um assunto tão sensível da história brasileira: o pau-brasil. O primeiro desses livros é *Pau-Brasil* (2002), que foi organizado pelo jornalista Eduardo Bueno, mas que tem a contribuição intelectual de diversos outros autores.

> *Pau-brasil* é mais que um livro. Ao mesmo tempo, *Pau-brasil* não é somente um grito de alerta, uma tentativa de resgate histórico, cultural e ecológico ou um testemunho militante. *Pau-brasil*, o livro, é uma declaração de amor, formal e impositiva, à árvore que nos tornou "brasileiros". [...]. E é uma declaração multidisciplinar: com raízes fincadas na botânica, com a solidez de um lenho na linha da investigação historiográfica, com a disposição de reduzir a pó a árvore e descobrir, a final, como funcionava o corante que fez a fama, a fortuna e a desgraça do nosso "pau-de-tinta". (BUENO, 2002, p. 11).

Seria, *Pau-brasil*, um livro fenomenal em conteúdo e escrita caso não fosse a insegurança metodológica dos autores e os jargões anti-históricos e anacrônicos do organizador, tal como: "a história da Terra do (Pau-)Brasil sem dúvida se inicia com a chegada dos portugueses e não com os nativos que já ocupavam o cenário havia uns 15 mil anos (ou talvez mais)" (BUENO, 2002, p. 31). Ou pior: "os Tupi e demais povos nativos do Brasil passaram, num minuto, da Idade da Pedra para a Idade do Ferro" (p. 31, 2002), como

se os indígenas fossem menos evoluídos que os europeus, ou meras ferramentas dos europeus, os quais simplesmente os estimularam para perpetrar um autêntico massacre ao pau-brasil.

O segundo livro é *Pau-Brasil: a cor e o som* (2016), que conta apenas com uma edição, que não ultrapassa a soma de 3.000 exemplares. No mais, trata-se de um livro coordenado por Norberto Tabira Torres Barachuhy – um filantropo, que produz mudas de pau-brasil para distribuição gratuita –, e escrito pelo historiador Ricardo Maranhão – doutor em história e professor de Gastronomia –, ganhador do Prêmio Jabuti de Gastronomia. *Pau-Brasil: a cor e o som*, no geral, é um livro que segue na mesma esteira do anterior – *Pau-brasil*, de Eduardo Bueno –, pois tenta dar forma a uma grande e totalizadora história do Brasil, através desse símbolo nacional. Mais ainda, possui um apelo em resgatar e preservar o pau-brasil. O autor, por sua vez, tem um maior cuidado em suas conjecturações e na própria metodologia, mas não é rara as vezes que beba da mesma fonte e das mesmas ideias de Eduardo Bueno, e dos demais autores de *Pau-Brasil*.

Em suma, ambos os livros tratam dos 500 anos de história da madeira que deu nome ao país. Além disso, têm ricos acervos fotográficos, bem como muitas das fontes são apresentadas digitalizada de forma a comunicar e atingir o leitor com uma melhor precisão e dinamismos. Além do mais, são livros não só de história, mas também de meio-ambiente, de música etc.

É nesse sentido que, podemos refletir sobre a seguinte questão: se desde os esforços dos primeiros historiadores – Bernardino e outros –, até os trabalhos mais recentes no meio acadêmico – de Josemara Lima e Uiá Santos –, os estudos (pensando nos mais variados posicionamentos, seja culturalistas ou economicistas) vêm por hora caindo em um obscurantismo e profundo desinteresse entre historiadores e historiadoras. Principalmente se pensarmos que a História Ambiental ainda não alcança amplos espaços de reflexões em todas as regiões brasileiras, e sobre os mais variados temas. Temos que, ainda com que com receio – receio que o próprio ambiente acadêmico cria –, valorizar produções como as de Bueno (2002) e Maranhão (2016), temos que analisar suas respectivas importâncias sociais, uma importância na medida em que quebra a estética de uma escrita acadêmica bruta, que consegue levar a história do pau-brasil para vias de circulação mais ampla. Valorizá-las não como um mero galho tortuoso, mas uma orquídea que cresce sob a proteção do tronco e das folhas do pau-brasil.

Enfim, encerro este capítulo fazendo uma breve consideração. Com certeza, existem outros trabalhos a respeito do pau-brasil que tenham sido produzidos e publicados – e tantos outros apenas produzidos, mas nunca divulgados. Mas o olhar impreciso de jovem historiador, com recursos limitados para pesquisas amplas, tenha deixado escapar. Espero, entretanto, conhecer novas obras que tratem sobre o pau-brasil, e, se não eu, que outros jovens investigativos assumam essa tarefa – que com certeza renderá bons frutos.

CAPÍTULO III

REPENSANDO O (PAU-)BRASIL NO TEMPO DE COLÔNIA

3. 1 A exploração do Pau-brasil: um feito espontâneo e localizado?

Depois da chegada dos portugueses à costa brasileira, em 1500, a colonização não foi um processo planejado ou pensado: ela "se fez apesar de seus autores" (HOLLANDA, 1995), ou pelo menos assim diria Sérgio Buarque de Hollanda, e, diria mais: que "aventureiros" – e não "trabalhadores" – foram os envolvidos em tal processo. É, suas palavras em *Raízes do Brasil* ecoaram, e, atualmente, até quem diga que os portugueses estavam em praias brasileiras, no século XV, "tirando férias", se aventurando pelas matas e pelos corpos das índias.

Em "o semeador e o ladrilhador", capítulo 4 de *Raízes do Brasil*, Buarque de Holanda tenta distinguir mais claramente o domínio colonial português do espanhol, de modo a destacar aquilo que frequentemente se denomina padrão colonial ibérico. De acordo com esse padrão, os espanhóis teriam se esforçado para "vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste" em suas colônias. Para Portugal, contudo, "a colônia [seria] simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos". São vários os motivos, e amplas as fontes documentais de Holanda, para atestar isso, e, apesar de que a intenção do autor não era declarar a colonização como fracassada, mas sim reconstruir a história colonial analiticamente, a partir de uma perspectiva de longa duração, com o intuito de atestar sua interpretação da sociedade brasileira.

Enfim, diferente do que pensamos, ou melhor: do que Sérgio Buarque de Holanda supunha e outra parte da população brasileira replica, no passado colonial os eventos não se deram ao acaso, como o desabrochar espontâneo de uma flor, isto é, as explorações do pau-brasil não ocorreram de forma espontânea e localizada, sem constituir uma política deliberada.

A questão que levanto nas linhas a seguir é que, apesar dos primeiros anos de presença portuguesa, e, de forma geral, europeia, no atual território brasileiro ser assunto debatido exaustivamente, é também aceito de forma factual – observando os pontos anteriormente citados. Contudo, o (pau-)brasil – uma árvore não tão simples, que faz parte da

história de um país antagônico e com suas próprias especificidades – é um veio histórico para pensarmos que:

1) A colonização e a exploração do território brasileiro fez parte de um processo conjunto, sistêmico e organizado;

2) Sobretudo houve esforços para planejar e gerir o corte e o envio de pau-brasil;

3) Os tons do vermelho de tingir panos ligou povos, uniu culturas, regiões e diversificou costumes.

Mas, minhas considerações não são algo que reluz o ineditismo da questão. O engenheiro florestal Carlos Ferreira de Abreu, em sua tese de doutorado – citada em "Pau-brasil: os recentes debates da história ambiental" –, discute que a política florestal portuguesa na colônia brasileira se caracterizou por uma exploração bem mais orgânica dos recursos naturais do que usualmente se pensa, e não por um processo de extração dos recursos desenfreado e realizado ao acaso. Segundo suas conclusões, a floresta não foi destruída aleatoriamente, havendo, na verdade, um trabalho de planejamento e gestão, expresso em uma legislação extensa e abrangente (CASTRO, 2002). Principalmente a partir do Regimento do Pau-Brasil, assinado por Felipe II, em 12 de dezembro de 1605, instrumento leal contendo medidas visando racionalizar o extrativismo e conservar para futuras explorações as matas de pau-brasil.

Além disso, com base em Castro (2002), podemos dizer que no contexto histórico daquele período, a ideia de conservação – registrada nos mecanismos de gestão e controle do poder colonial – era o de garantir a exploração sistemática das terras e dos recursos naturais em oposição a uma ação casual, desregrada e destrutiva dos elementos da natureza. Logo, a partir de suas análises, feitas a partir de dados relativos aos impactos ambientais provocados por diferentes atividades florestais durante o período colonial, percebe-se que não se justifica a tão propalada ideia de que herdamos da colonização lusitana boa parte de nossos problemas ambientais. Na Colônia brasileira, as atividades florestais apresentaram relevantes aspectos conservacionistas, plenamente visíveis no conjunto das medidas legais encetadas pela administração portuguesa.

Em sentido diferente do historiador Warren Dean, em *A ferro e a fogo*, a produção de Castro não nega que a exploração dos recursos naturais realizada no período colonial redundou na degradação da floresta e de outros ecossistemas outrora ricos e diversos. Isto é,

Castro não faz uma história da destruição e devastação das matas. Entretanto, o autor apenas dimensiona o papel da exploração do pau-brasil na eliminação quase que completa da Mata Atlântica, um dos, se não o mais, diversificado ambiente terrestre. E, sobretudo, demonstra que houve tentativas importantes para ordenar e organizar o processo de colonização do Brasil e que houve esforços para conservar e proteger a paisagem.

Castro coloca alguns fatos que atestam esses esforços para a organização do ambiente e da paisagem, porém, acredita que essas movimentações só se iniciaram no século XVII com o regimento do pau-brasil, de 1605. Nós, entretanto, acreditamos que o primeiro processo de organização do território brasileiro foi, logicamente, devido a exploração do pau-brasil, mas ainda no início do século XVI, com o arrendamento de terras ao cristão-novo Fernão de Loronha e a criação de feitorias.

> De três anos para cá foi descoberta Terra Nova, da qual se trazem todos os anos 20 mil quintais de pau-brasil, o qual brasil é cortado de árvores muito grossa, muito pesada e nobre; contudo, não tinge com aquela perfeição como faz o nosso sappan do Levante [Oriente]. Apesar disso, se despacha muito para Flandres, para Castela, para Itália e muitos locais, e cujo quintal vale de dois e meio para três ducados. Esse brasil está arrendado para Firnando dalla Rogna [Fernão, ou Fernando de Noronha], critão-novo, por dez anos, por quatro mil ducados ao ano. Todos os anos, Firnando dalla Rogna manda em viagem seus navios e homens à dita Terra Nova, tudo à sua custa, com essa condição: que o Sereníssimo Rei [dom Manuel] proíba que, doravante, seja o sappan trazido da Índia. (Memórias da comissão portuguesa do centenário do descobrimento da América, Lisboa, 1892).

A partir principalmente de documentos como o citado acima: a "Relazione" de Lunardo de Chá Masser, escrita de 1506 a 1507, importante documento publicado primeiro na Itália e depois em Lisboa, no volume das *Memórias da comissão portuguesa do centenário do descobrimento da América*, e outros como a carta de Pietro Rondinelli, escrita de Sevilha em 3 de outubro de 1502, publicada na *Raccolta colombiana*, sabemos um pouco sobre o primeiro contrato de arrendamento do Brasil.

Na carta de Pietro Rondinelli, lemos que após a chegada das primeiras armadas exploradora, D. Manuel arrendou o Brasil a um grupo de capitalistas, cristãos-novos, ou judeus conversos, à frente dos quais estava Fernão de Loronha. Além disso, nos dizeres da carta:

> são obrigados a mandar todos os anos 6 navios a descobrir todos os anos trezentas léguas adiante, e a fazer uma fortaleza no território descoberto, e mantê-la nos ditos 3 anos; e no primeiro ano nada pagam, no segundo um sexto, no terceiro um quarto e fazem conta de trazer pau-brasil e escravos, e talvez achem outra coisa de proveito. (RACCOLTA COLOMBIANA, Parte III, vol. II, p. 121).

Entendemos, então, que após esse momento a paisagem deixou de ser algo politicamente neutro. E também, os portugueses agiram e imaginaram bem depressa um meio de ganhar dinheiro com aquela árvore. Pois a magnitude do que viram não deixou de impressionar, as sonoras descrições, das quais muitas alegavam a grandiosidade das matas e árvores, ecoaram pelo Atlântico. As novas notícias, e novas plantas, chegaram no Além'mar e sem pressa, porém de forma organizada sob a tutela do Estado português, o "trato" [14] do pau-brasil se iniciou.

Aí que entramos no segundo questionamento, seria a exploração do pau-brasil um feito localizado, restrito a apenas alguns hectares de matas? Não podemos negar que para os colonizadores, viver ou, simplesmente, estar em novas terras significou ter de se adaptar às circunstâncias locais, a um novo ambiente que não lhe era familiar, a uma paisagem incerta e nova. O Brasil era problema novo em face da expansão comercial e marítima que os povos europeus estavam iniciando. Um problema que resultou na exploração desmedida do território.

E é preciso lembrar que andar em meio a esta mata especialmente para obter pau-brasil, uma única tora que fosse, era preciso antes cruzar o Oceano Atlântico. Depois, considerando a quantidade citada pelo agente veneziano, seria indispensável a armação de uma ou mais feitorias. Por fim, era preciso já ter localizado a árvore em meio ao emaranhado da mata e dispor de braços para o abate, preparo, remoção, acumulação e carregamento. Isso sem falar numa sucessão de contatos bem-sucedidos que tivessem assegurado um desfecho favorável no processo relativamente complexo de arregimentar os nativos e convencê-los a desempenhar tanto o duro labor de lenhadores como de bestas de carga.

Logo, surgem algumas dúvidas, tais como: que informações poderiam dispor os navegadores europeus em geral, e os portugueses em particular, sobre a existência do pau-brasil naquelas paragens até então (supostamente) pouco conhecidas, a ponto de propiciarem

---

[14] Segundo Bernardino José de Sousa, "trato" é velha palavra portuguesa, que, além de outros significados, tem o de negócios, exercício de mercancia, ocupação em comprar e vender (Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino*). Trato do pau-brasil é expressão corrente em documentos oficiais e nas crônicas do tempo, para designar o seu tráfico, o seu comércio.

com tanta rapidez um fluxo de madeira nas dimensões reveladas, o século XVI nos legou várias perguntas, a dificuldade em ter acesso as fontes é um problema que ergue como um elevado tronco na frente do historiador.

Mas, sensivelmente, podemos dizer, com base nas fontes as quais tivemos acesso, que a exploração foi antes de tudo um plano com monopólio e feitorias, e que, antes de qualquer coisa: muitos – ou a maioria – desses questionamentos são facilmente respondidos através do estudo histórico dos povos indígenas. Se por um lado o europeu se deparava com uma natureza diferente do habitual, e, se encontrava com povos antes não vistos; foi neste processo que a sabedoria dos ameríndios, dos povos de língua Tupi, foram em todo fundamentais para o reconhecimento do território, o qual eram eles os conhecedores seculares dos biomas e das florestas, as quais conviviam simbolicamente – determinando até as árvores que deveriam ser retiradas e o momento ideal para a derrubada. Porém, trataremos melhor desses e outros aspectos mais adiante.

Agora, basta acrescentar que, talvez ao longo do século XVI a exploração do pau-brasil não estava em todo sistematicamente organizada e amplamente localizada, mas com certeza todo o processo ocorrido nesse século, e principalmente os descaminhos e o contrabando da árvore pelos franceses e ingleses, serviram de bases para que no início do século XVII, em 1605, o processo de trato provocasse o surgimento de um regimento até então único.

> Eu El-rei. Faço saber aos que este Meu Regimento virem, que sendo informado das muitas desordens que lia no certão do páo brasil, e na conservação delle, de que se tem seguido haver hoje muita falta, e ir-se buscar muitas legoas pelo certão dentro, cada vez será o damno mayor se se não atalhar, e der nisso a Ordem conveniente, e necessaria, como em cousa de tanta importancia para a Minha Real Fazenda, tomando informações de pessoas de experiência das partes do Brasil, e comunicando-as com as do Meu Conselho, Mandei fazer este Regimento, que Hei por bem, e Mando se guarde daqui em diante inviolavelmente. (REGIMENTO sobre o pau-brasil. Livro 1 de regimentos 1548 – 1653. Vol. LXXVIII, p. 272).

Integrando critérios econômicos, políticos e ameríndios, o Regimento de 1605 fornecia às autoridades metropolitanas instrumentos essenciais para o planejamento e a gestão dos contratos de concessão, tais como a definição anual de cotas de exploração, corte somente com licença e o estímulo à regeneração natural mediante métodos indígenas, rotação de

exploração e delimitação de áreas reservadas. Para implantar as medidas previstas no Regimento, foi criada uma estrutura de apoio político, legal e de controle policial, prevendo-se duras penalidades para todos aqueles que transgredissem os preceitos ali estabelecidos.

Sem contar que 20 anos após o regimento ser outorgado temos alguns documentos, datados da década de vinte do século XVII, que atestam as disputas de controle, da administração do corte, transporte e armazenamento do pau-brasil, na capitania de Pernambuco [15] [16]. Mostrando para nós, que não se trata de algo feito de forma espontânea, muito menos restrito a alguns espaços e alguns grupos.

O teor desses documentos consiste, como dito, em cartas indicando que os jesuítas tomassem o controle da administração do corte, transporte e armazenamento do pau-brasil, na capitania, pois era comum os desvios ocasionados pelos particulares que tiravam o sustento dessa fonte de renda. Acreditava-se que os votos de pobreza dos jesuítas, iriam impedir que eles contrabandeassem o pau-brasil, incidindo num maior lucro para as partes envolvidas. (1625, AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 112). Porém, para Silva (2014), os jesuítas eram uma Ordem de contrastes, já que enquanto pregavam o voto da pobreza viviam em completa abastança a partir das regalias que o Rei passou a dar para que eles ajudassem na colonização do Brasil. Mesmo que esses mesmos Reis tivessem a intenção de barrar o crescimento exacerbado do patrimônio jesuítico, cediam perante à necessidade de seus favores, notadamente no que dizia respeito aos índios. Toda a educação dos indígenas estava sob responsabilidade dos inacianos.

As disputas entre jesuítas e governadores e capitães de capitania, os primeiros arrendamentos, o regimento de 1605, e, muitas outras matérias de documentos nos fazem ver aquilo que os historiadores parecem não ter percebido. Que a constatação da existência da madeira tintorial no Brasil somente poderia ocorrer de duas formas: por um golpe de sorte ou por meio de uma trabalhosa e demorada familiarização com a natureza e os habitantes locais. (O golpe de sorte é estatisticamente improvável, pois a Mata Atlântica abriga mais de dez mil

---

[15] Carta de Sebastião de Sebastião Pestrelo sobre a conveniência de se empregarem os jesuítas na administração do corte, transporte e armazenamento do pau-brasil, antes de ser embarcado para o Reino. (1625) AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 112.

[16] Carta do [ex-governador geral do Estado do Brasil] Gaspar de Sousa, ao rei [D. Filipe III], sobre ser improprio ceder aos jesuítas a administração do corte, transporte e guarda do pau-brasil, sugerindo que esta responsabilidade seja transferida aos governadores e capitães das capitanias. (1625) AHU_ACL_CU_015, Cx. 2, D. 111.

espécies vegetais, das quais o pau-brasil é apenas uma e, assim mesmo, espalhada aleatoriamente na selva fechada e fora da linha ciliar da costa).

3. 2 Na trama das redes: os universos escondidos atrás das árvores

Para a maioria dos historiadores, e historiadoras, que pesquisam sobre o *Brasil colonial* é convincente e assertivo afirmar que a colonização portuguesa partiu de um processo sistêmico e de uma organização social, política e econômica. Não é algo novo dizer isso. Mas, é sem dúvida importante dizer que parte desse processo pode ser entendido através do estudo das relações socioambientais que brotavam, naquela época, do trato do pau-brasil.

Porém, para nos aprofundarmos nessas dinâmicas, temos que entender um pouco sobre as redes de contato entre portugueses, mas também deles com os indígenas, e com outros impérios: o francês, o holandês e o inglês etc. Para tanto, as redes são aqui entendidas como *networks* de relacionamentos, constituídos a partir das ações e das relações vivenciadas entre diversos indivíduos com acesso a informações e recursos diferenciados entre si. Essas diferenças potencializavam a possibilidade de sua imbricação, tirando-se assim partido das fraturas que cotidianamente eram identificadas nos diversos cenários sociais e ambientais que compunham o império português – e seus diálogos com outros impérios.

Diante disso, afirmo que as discussões provocadas a partir desse conceito resultam de uma influência direta das discussões promovidas nos livros *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráficos e relações sociais no mundo português* (2006), e *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII* (2010), que, no geral, se qualificam como um esforço de pesquisas de diferentes historiadores e historiadoras das Universidades Federal do Rio de Janeiro, Federal de Juiz de Fora e Federal do Rio Grande do Sul, principalmente de algumas produções organizadas pelo historiador João Luis Ribeiro Fragoso. Entre outros, ele é um dos que divulga discussões dos temas e os conceitos mais fundamentais que tanto têm mobilizado o debate acadêmico na área de estudos da História do Brasil na Época Moderna, o *Brasil colonial*, tal como: *conexões imperiais* e *redes de contato.*

O tom ensaísta das linhas que se seguem não deve ser comparada as mesmas de outros feitos no passado, pois, não possui tão somente um caráter ensaísta. O rigor do ofício do historiador fez com que os argumentos e as ideias interpretativas estivessem mais

fundamentados em sólidas pesquisas, empreendidas em diversas leituras. Sinto que poderia (e posso) ir além, ir em diversos arquivos e fazer uso de diferentes tipos de fontes, porém, poderia acabar caindo numa longa caminhada investigativa, tentando decifrar um passado longínquo, fazendo sensivelmente analises do tempo presente. De fato, seria o meu desejo, contudo, o espaço reservado para essa pesquisa não me possibilita ser demasiadamente profundo, ao contrário de outras produções como dissertações e teses.

3. 2. 1 Os caminhos do poder e das riquezas: a sanha e cólera portuguesa

Nos séculos XV e XVI, era no Índico que um português buscava fama e fortuna. Até a descoberta do ouro no Brasil, o mar da fortuna, para os portugueses, ficava a leste do cabo da Boa Esperança. Nem de longe uma árvore, até então desconhecida, desviaria os olhares de um reino abastecido pelos frutíferos comércios marítimos entre a Ásia e a Europa, os quais comerciavam bens de luxo, e, sobretudo, de arroz, trigo, sorgo, carnes secas e salgadas, frutas frescas, legumes e outros alimentos, algodão em rama, madeiras – entre elas o *Caesalpinia sappan*: o "pau-brasil-da-índia" –, etc. (FRAGOSO, 2006, p. 16).

É, de fato, os olhares portugueses não eram em sua totalidade voltados para Terra do Brasil. Talvez por isso que ao me debruçar no estudo do primeiro quartel do século XVI (1500-1525) percebi que se trata de um período todo inçado de dúvidas, apesar de diversos esforços de pesquisadores deste e do outro lado do Atlântico. Fosse pelo quase abandono em que deixou por anos o rei de Portugal a terra do pau-brasil, fascinado como estava pelas rotas de comércio das especiarias da Índia, fosse pelo segredo que era de costume adotar-se nas expedições náuticas da época, dada a rivalidade das duas coroas da península ibérica no início das grandes navegações oceânicas (SOUSA, 1978). Mas, não há como negar, que a madeira do pau-brasil foi a primeira riqueza permutável, e também as razões das primeiras lutas ao longo da costa, o motivo das primeiras preocupações políticas em torno da posse da nova possessão territorial.

Tendo em vista a vastidão de temas e casos que podem ser explorados ao relacionar os portugueses com a exploração de pau-brasil, nos primeiros anos do século XVI, optei por pensar a partir do rastro do seguinte problema: teria sido fácil para algum dos tripulantes ou passageiros da frota de Cabral encontrar pau-brasil naquela memorável semana de abril de 1500, nas paradisíacas paisagens do sul da Bahia?

É certo que nos primeiros 30 anos da presença portuguesa na nova terra, a chamada *Costa do pau-brasil* era, como Castro (2002) costuma dizer: uma imensa fazenda florestal, frequentada apenas por traficantes de pau-brasil e pelas expedições guarda-costas. Poderia ser considerada, em termos atuais, a "*Floresta Nacional do Ibirapitanga*" (CASTRO, 2002). Tão logo os portugueses chegaram ao litoral brasileiro, o rei de Portugal firmou um contrato de concessão com particulares, dando início à exploração comercial da floresta brasileira, o que marcou profundamente a economia colonial.

Mas voltemos a falar: para obter uma única tora que fosse, de pau-brasil, era preciso antes cruzar um Oceano. E mais ainda: se eram uma grande fazenda floresta, essa fazenda estavam sobre o domínio indígena – domínio topográfico e militar –, logo, teriam antes de se aliar a esses povos para posteriormente conhecer e dominar tanto o ambiente, como a paisagem local, e, por ventura a memória dos indígenas.

> Formava-se assim um império que só é de fato perceptível ao olhar daqueles que se colocavam sensíveis a perceber o equilíbrio instável, a fantástica capacidade humana de erigir estratégias e práticas sociais suficientemente forte e fracas para dar sustentação e movimento aos modos de vida dos súditos do rei de Portugal e seus domínios na Época Moderna (FRAGOSO, p. 24, 2010).

Se assim não fosse feito os primeiros exploradores portugueses, não saberiam lidar com todo aquele ambiente desconhecido. Nem tão pouco saberiam localizar uma árvore de pau-brasil. Pois, os comerciantes e usuários conheciam os produtos Orientais, mas não as matrizes de onde procediam. Se Cristóvão Colombo ou Caminha por ventura conhecesse o *sappan* – o chamado pau-brasil asiático, que era um produto que já frequentava as alfandegas e mercados europeus desde pelo menos 1270 –, estaria, quando muito, familiarizado com suas lascas (a forma como aquela madeira tintorial chegava à Itália, vinda do oriente). E, é muito improvável, também, que o pau-brasil nativo da América fosse absolutamente idêntico ao *sappan*. Digo essas coisas para afirmar que: Caminha, nem ninguém da tripulação de Cabral, teria condições de reconhecer a árvore de pau-brasil na forma como ela se encontrava na natureza.

> Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, **porque a estender d'olhos não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa**. (CAMINHA, 2014, p. 112) (Grifo meu).

Logo, a partir da descrição de Caminha das terras recém exploradas, a penetração em profundidade na desconhecida mata fechada forçosamente teria de envolver grande dispêndio de tempo, pessoas e recursos na busca dos exemplares para o abate. Isso era algo que nem a frota e menos ainda uma pequena naveta de mantimentos poderia ter à disposição. Se não construindo, a partir dessa e de outras intromissões no território, relações e redes de contato.

Redes essas que desde o princípio não foram sendo construídas e articuladas apenas entre portugueses e indígenas, mas, também entre indígenas e franceses – e porque não portugueses e franceses. E, se assim foi:

> O contrabando dos franceses foi muito mais grave, e tal foi a insistência de sua prática que certo foi ela uma das causas que levaram D. João III, que sucedera a D. Manuel em 1521, a olhar mais detidamente para o Brasil. Também já começara a esse tempo o desencanto da Índia – sorvedouro de vidas e de capitais. (SOUSA, 1978, p. 67).

Os contatos iniciais, podemos dizer, eram reais "a conversação deles conosco era já tanta que quase nos estorvavam no nosso trabalho" (CAMINHA, 2014, p. 105). As conexões eram diretas. E foram as bases dessas teias de contato que, desde muito tempo, vem sendo construída como um símbolo da propalada herança predatória europeia. Uma sanha que cruzou Oceanos, dizimou povos, e construiu cidades e impérios.

Só assim: por meio de um entendimento de uma monarquia pluricontinental – que foi a portuguesa –, através da noção de análise de redes mercantis, sociopolíticas, governativas e ambientais, um esforço coletivo e conjunto para alimentar uma nova realidade de análise histórica sobre a história dos espaços ultramarinos no interior do império português, entre os séculos XVI e XVIII (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 24).

3. 2. 2 Os caminhos no Além'mar: o contrabando francês e a manufatura holandesa

> A guerra do pau-brasil tornou-se em última análise a primeira campanha pela integridade nacional (COLÓGERAS. Conferência na Biblioteca Nacional, 7 de novembro de 1912).

Muito embora Portugal fosse o principal império a conduzir o trato do pau-brasil, não se restringiam somente a eles o corte e comércio dessa madeira. Há alguns que digam até que o tráfico francês clandestino de madeiras corantes era tão bem estruturado quanto o dos portugueses ou até melhor.

Poucos anos após o descobrimento, começaram a visitar os portos do Brasil navios de mercadores franceses que, sem tardar, entraram em relações com os indígenas, atraindo a simpatia desses povos de tal jeito, que Capistrano de Abreu resume o perigo para Lisboa, na seguinte frase em seus *Capítulos de história colonial*: "durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos *peró* (portugueses) ou aos *mair* (franceses)". (ABREU, 1998, p. 42).

Sem dúvida o risco era eminente, tanto era que o padre Anchieta, na *Informação sobre o Brasil* (1584), assinala a primeira aparição dos franceses no Brasil em 1504, e a crescente intromissão dos franceses a partir de 1516:

> Resgatavam então na Bahia, na foz do rio Paraguaçu. Não tardaram as naus francesas de Dieppe e de Honfleur na costa desocupada e de tal maneira cresceu o tráfico dos intrusos que, em 1516, D. Manuel mandou, por meio de seus agentes, representar contra as expedições, na corte de França. **A situação chegou a termos de esgotados todos os recursos da diplomacia tratar o próprio rei com os contrabandistas ou corsários**, dentre os quais um célebre João Afonso e famigerado João Ango, posteriormente visconde de Dieppe (ANCHIETA, 1584 apud SOUSA, 1978, p. 67) (Grifo meu).

As expedições francesas ao Brasil tornaram-se cada vez mais numerosas. E como não surtissem efeito as reclamações de Portugal junto ao rei da França, resolveu D. João III agir em som de guerra. Entre 1526 e 1527, o rei resolveu despachar em perseguição aos contrabandistas de pau-brasil a flotilha de Cristóvão Jaques, capitão "guarda-costas", que antes estivera no Brasil, em 1516, momento o qual ajudou a instalar uma feitoria em Itamaracá. Nesse segundo momento, Cristóvão Jacques cumpriu exatamente a sua missão: aprisionou naus inimigas que carregavam pau-brasil; combateu os contrabandistas, principalmente três naus bretoas, mas, somente no começo do século XVII que Portugal passa a tomar decisões mais severas:

> Primeiramente Hei por bem, e Mado, **que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito páo brasil, por si, ou seus escravos ou Feitores seus, sem expressa licença, ou escrito do Provedor mór de Minha**

> **Fazenda, de cada uma das Capitanias**, em cujo destricto estiver a mata, **em que se houver de cortar; e o que o contrário fizer encorrerá em pena de morte** e confiscação de toda sua fazenda. (REGIMENTO sobre o pau-brasil. Livro 1 de regimentos 1548 – 1653. Vol. LXXVIII, p. 272) (Grifo meu).

Para alguns, é historicamente improvável pensar que os rigores de tal regimento fossem determinados antes da data de sua publicação, há, inclusive, informações que demonstra a frouxidão dos aparatos das leis que vigorassem no Além'mar, pois ousadia de alguns contrabandistas demonstram que não se intimidavam com a possibilidade de sofrer severas penas caso capturado:

> De Cabo Frio a Paraíba, e até o Rio Grande do Norte onde, em 1598, Manuel Mascarenhas Homem surpreendeu uma nau francesa surta no porto dos Búzios, dando-lhe combate, pontilhava-se a costa de esconderijos de contrabando, que se fez até o fim do século XVI. (SALVADOR, 1627, p. 104-105).

Apesar de ser improvável informa-nos o Fr. Vicente de Salvador, que em 1574,

> também estavam três naus francesas à carga na baía da Traição, e o capitão-mor da ilha de Itamaracá havia dado um assalto, **que matou alguns franceses**, e lhes queimou muito pau que tinham feito. (SALVADOR, 1627, p. 67) (Grifo meu).

Alguns contrabandos, é claro, acabavam de forma trágica, como esse ocorrido na baía da Traição, na Paraíba, porém, inumeráveis foram os bem-sucedidos; e, se assim o faziam, com tanta facilidade, é porque tinham antes do desembarque uma séria rede de contatos, redes de relações. Que ajudavam a contornar as investidas portuguesas, que auxiliavam no corte, no armazenamento e no embarque das toras de pau-brasil, entre outros estabelecimentos para fazer o comércio e a extração do corante – os próprios Potiguaras, diz Fr. Vicente de Salvador, tinham alianças com os franceses. Pois é, quantos prejuízos esse e outros sujeitos não causou a Portugal. E quantos lucros para os franceses. Há alguns que digam até que:

> Muito dinheiro em pau-brasil ganhou o célebre armador Ango, segundo deste nome, que foi banqueiro da coroa de França e que ao que se diz – pensou até em declarar pessoalmente guerra a Portugal, para vingar-se da repressão que este movia contra suas esquadras. (ARINOS, 1938 apud SOUSA, 1978, p. 71).

Se os franceses souberam estabelecer redes e tomar proveitos do ambiente e administrar a paisagem do Brasil. Os espanhóis também não ficaram de fora desse processo. Damião de Góis, na *Crônica do rei D. Manuel*, fala de dois navios espanhóis que em 1517 voltaram carregados de pau-brasil e informa que os interessados, à vista das reclamações de D. Manuel ao Imperador Carlos V, foram rigorosamente castigados, como quebrantadores da paz entre os reinos (GOES, 1566). E como estes, é possível que outros navios de armadores de Castela contrabandeassem o precioso lenho nas costas do Brasil.

Se os reinos de França e de Espanha exploravam a todo custo a costa do pau-brasil, mesmo com os impedimentos e estratégias do reino de Portugal para barrar o contrabando.

Outro local que estabelecia conexões diretas entre esses impérios era a Holanda. Se no Brasil, a extração dos troncos era feita pelo trabalho indígena em troca de bugigangas e, posteriormente pelo trabalho escravo, em Amsterdã, parte do processamento dos troncos para a produção do corante era feita pelo trabalho forçado de prisioneiros holandeses, que eram obrigados a ralar troncos de pau-brasil na prisão de Rasphuis (Casa da Grosa)[17]. (MARANHÃO, 2016, p. 58).

O trabalho, obrigatório, impunha aos prisioneiros raspar os troncos de pau-brasil com grandes frosas até convertê-los em pó, que era vendido para a indústria de tintas. Rasphuis processava grandes quantidades de pau-brasil, e, durante a maior parte da sua existência, monopolizou o processamento da madeira vermelha em boa parte dos Países Baixos (MARANHÃO, 2016, p. 58).

Aos poucos vamos percebendo que essa grande operação era realizada por centenas de traficantes espanhóis, ingleses e sobretudo franceses. Que, inclusive, havia a participação de prisioneiros e comerciantes da Holanda. Logo, a simples exploração por parte dos portugueses e sua estratégia de escambo com os indígenas não dão conta do todo que as

[17] Inaugurada em 1596, a prisão de Rasphuis foi um dos primeiros presídios da Europa criados com o intuito não só de castigar, como de corrigir os criminosos por meio do trabalho forçado e da disciplina rígida. Nesse contexto, a Holanda já contava com uma burguesia defensora da ética protestante do trabalho. Dentro de um país ainda carente de mão de obra, o modelo prisional de Rasphuis, acabou servindo de exemplo para outras prisões por toda a Europa (MELOSSI, D., & PAVARINI, M., 1985, p. 32).

tramas políticas e econômicas que o pau-brasil oferece para esta parte da história do Brasil. Eles, os franceses, espanhóis e outros, também fizeram parte dos primeiros "brasileiros" – adjetivo que era utilizado para indicar aqueles que trabalhavam com exploração de pau-brasil.

Formavam então redes posto que essas conexões não se restringiam a meros relacionamentos. Ambicionavam alcançar determinados fins que dependiam de recursos disponíveis quase sempre fora de seu alcance. Agindo assim, procuravam tirar o melhor partido possível das diferenças e das distâncias que os vinculavam através do espaço e do tempo.

3. 2. 3 Os caminhos das matas: a significação e o valor indígena

A amplitude geográfica e ecológica na qual os europeus do século XVI se deparavam era em si gigantesca, se nas descrições dos velhos cronistas portugueses e viajantes da atual Alemanha, a vasta mata atlântica brasileira era uma natureza estranha, indomável, uma terra sempre vasta e verde:

> A América é uma terra extensa. Existem lá muitas tribos de homens selvagens com diversas línguas e numerosos animais estranhos. Tem um aspecto aprazível. **As árvores estão sempre verdes**. (STADEN, 2010, p. 133) (Grifo meu).

Mas, por outro lado, essa terra onde "as árvores estão sempre verde", e muito embora se mostre estranha e indomável para os europeus, era, por outro lado, um "jardim domado", conhecido e explorado pelos povos indígenas. Se não fossem os indígenas muito dificilmente os europeus sequer teriam desembarcado de suas naus. Nesse sentido, é preciso afirmar que, os grupos e povos indígenas são sujeitos centrais, pois antes dos europeus se relacionarem com o Pau-brasil, este já era sujeito nas vivências simbólicas e cotidianas dos povos indígenas.

Ao lermos e analisarmos, por exemplo, o *Atlas Delle Navigazione e Viaggi* (figura 15) de Giovanni Battista Ramusio, ou Giacomo Gastaldi, que se trata da primeira representação cartográfica feita do Brasil individualmente, observamos a forte e impactante relação dos franceses com os indígenas, e o cotidiano da extração de pau-brasil. Mais do que isso, os mapas produzidos, além de representarem as partes do Novo Mundo e da Ásia já

descobertas, apresentavam, na maioria das vezes, desenhos [18] referentes a diversos aspectos, muitos deles alusivos ao pau-brasil.

Figura 15: Atlas Delle Navigazione e Viaggi de Giacomo Gastaldi

Fonte: Giacomo Gastaldi, 1556

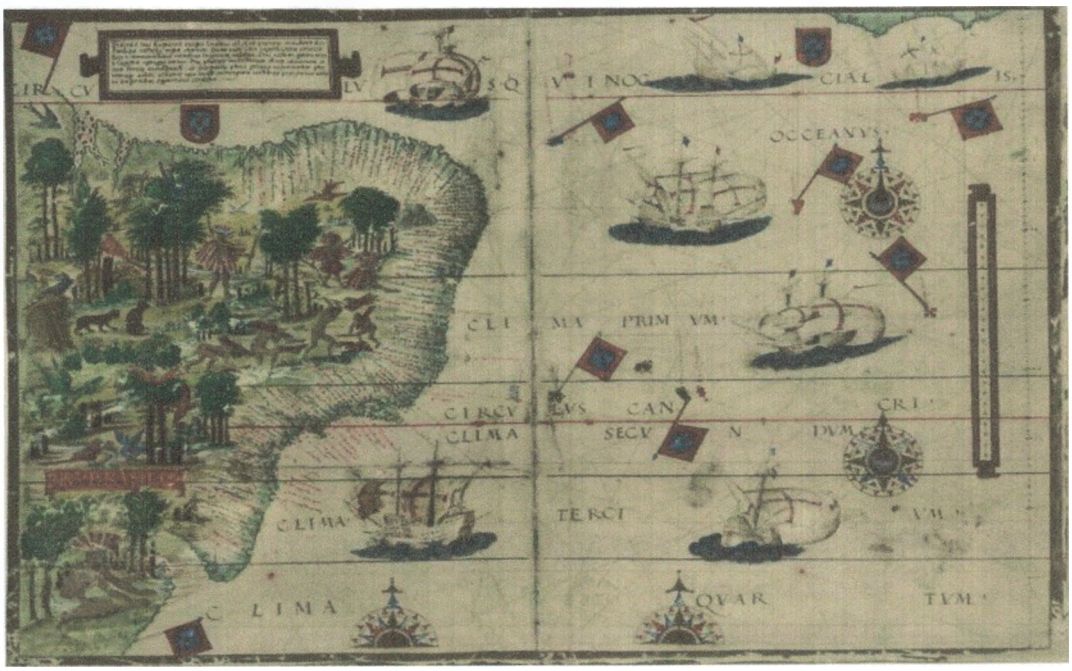
Conforme Juciene Ricarte Apolinário (2013), o conhecimento sobre os vegetais constituía a principal fonte de acesso ao mundo natural americano para os europeus. Assim sendo, desde os primeiros contatos interétnicos, os colonizadores portugueses ficaram impressionados com a diversidade de plantas e infinidade de usos estabelecidos para esses vegetais pelos povos indígenas contatados na América Portuguesa (p. 182, 2013).

De fato, é inegável que nesse contexto os povos indígenas, ao compartilharem as suas práticas culturais nas terras brasílicas, construíram e criaram diversas outras práticas para o manuseio vegetal. Mas, a questão é que muitas dessas novas experiências serviram diante das necessidades imediatas para além de seus grupos, principalmente de muitos outros não indígenas (APOLINÁRIO, 2013).

[18] Esses desenhos são chamados de iluminura, cuja definição é: "conjunto de elementos decorativos e das representações com imagens executadas num manuscrito para o embelezar" (Ferreira, s. d.). Essas iluminuras davam grande valor estético aos mapas e preenchiam vazios de representação, uma vez que ainda não existiam informações geográficas para serem cartografadas em muitas áreas representadas pelos mapas, principalmente das regiões interiores dos continentes.

Na Carta do Brasil pertencente ao Atlas Miller, de 1519 e atribuída a Lopo Homem Reinéis, que pode ser considerada a primeira carta temática (econômica) do Brasil. Por exemplo, notam-se quatro índios envolvidos nas atividades de corte e transporte de toras de pau-brasil, cuja coloração é mais avermelhada do que a de outros troncos, possivelmente indicando que se tratava de toras de pau-brasil já descascadas e cortadas.

Figura 16: Carta do Brasil de Lopo Homem



Fonte: Lopo Homem, 1519

Figura 17: Detalhe da Carta do Brasil de Lopo Homem

Fonte: Lopo Homem, 1519

Nesse sentido, aqueles os quais criaram, desenvolveram, projetaram e organizaram os caminhos das matas do pau-de-tinta, e, já familiarizados com os usos do pau-brasil, foram os povos indígenas. Mesmo assim, há ainda aqueles que repliquem a parca ideia de que esses grupos indígenas tiveram suas primeiras relações com o "arabutã" apenas nos primeiros anos de exploração portuguesa no território brasileiro. Ou pior, que a extração dos troncos era feita pelo trabalho indígena em troca de bugigangas.

O que se fica posto é que, certamente, os portugueses não tinham a menor ideia de onde as árvores se encontravam ou de como identificá-las, sendo assim, a extração teve origem no conhecimento que os nativos tinham da floresta (DEAN, 2004, p. 63).

Fora isso, as análises históricas e antropológicas têm tratado a incorporação de mercadorias por grupos indígenas como uma espécie de contaminação do seu sistema material e como fonte de degeneração de suas relações sociais.

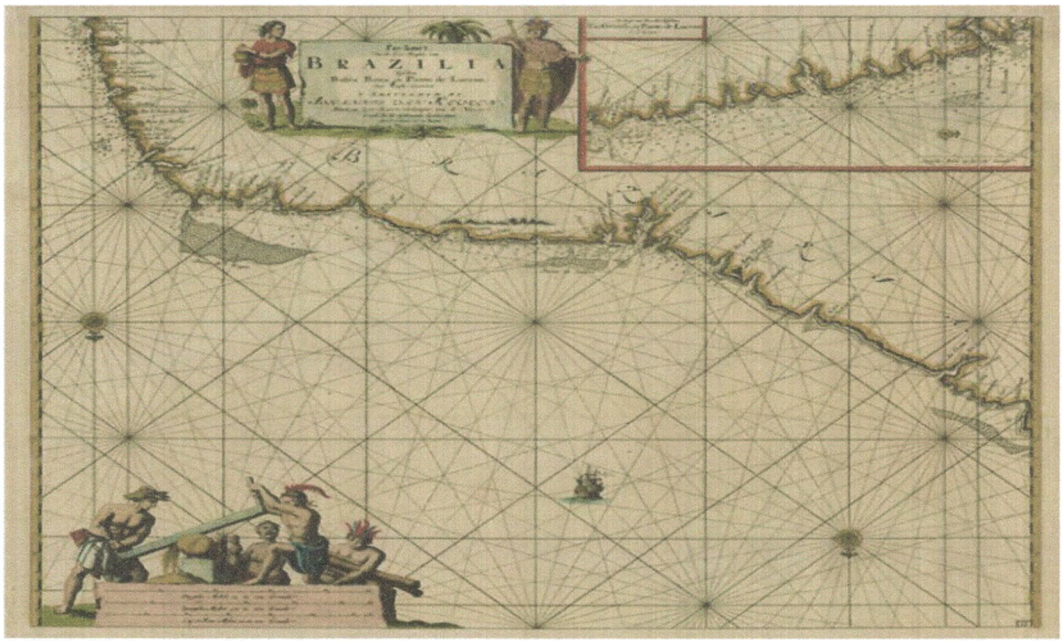
> Os nativos, diz-se, por se deixarem seduzir pelas "quinquilharias" inúteis dos colonizadores, são vítimas de sua própria ingenuidade; no afã de satisfazer o seu desejo, vão caindo sem perceber na armadilha de relações econômicas espoliativas que acabam por destruir a sua cultura. (HOWARD, 2002, p. 26).

Embora essa visão resulte da consciência que efeitos devastadores da expansão colonial têm sobre as culturas indígenas, ironicamente, ela ratifica exatamente a perspectiva dominante. Com isso em vista, o mais sensato, talvez, seja se ater as palavras de Catherine V. Howard: "tais noções são mais reveladoras da nossa própria mitologia anti-histórica projetada nas imagens que construímos do Outro exótico, do que esclarecedoras da história cultural das sociedades encurraladas pelo ocidente". (HOWARD, 2002, p. 27).

Isso não quer dizer que não havia trocas materiais entre os indígenas e não indígenas. Mas antes de ter, fosse qual fosse a intenção dos povos indígenas, não faziam tais atividades por bondade aos "benevolentes" e "superiores" conquistadores, não faziam pela "grandiosidade" e "superioridade" de tais objetos, por outro lado, metamorfoseava e domesticava devidamente os bens de troca. Isto é, os povos indígenas redirecionavam-nos e captavam suas propriedades para satisfez a seus próprios fins, numa tentativa de apropriação e pacificação dos poderes do branco. Pois,

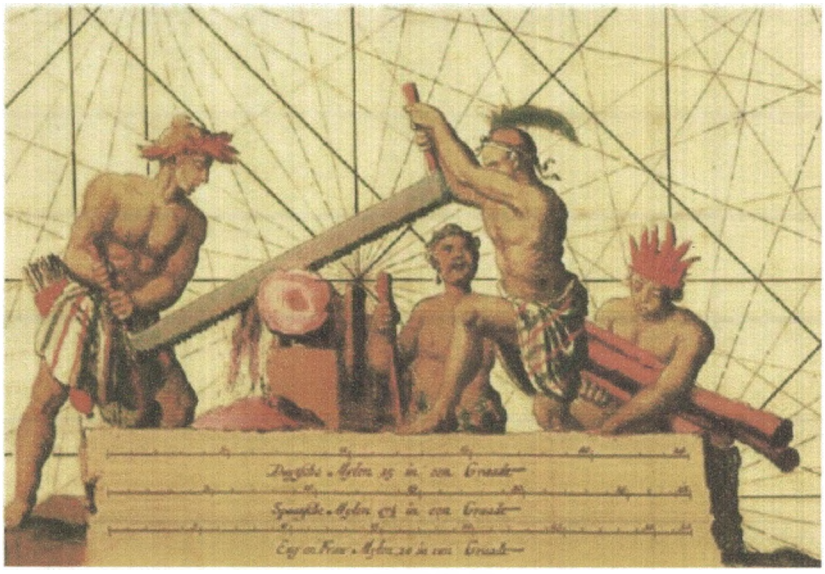
> Os objetos podem ser desvinculados de que os produziu, circular independentemente destes, inserir-se em novos contextos e ser submetidos a complexas transformações de significados e valor (Munn, 1992, p. 277-308).

Figura 18: Tusschen Bahia Baxa (Punto de Lucena) de Johannes van Keulen



Fonte: van Keulen, 1683

Figura 19: Detalhe da carta de van Keulen



Fonte: van Keulen, 1683

Portanto, é indispensável pensar que os indígenas buscavam, sobretudo, meios de tomar proveito dos contextos. Da mesma forma, não há dúvida de que o pau-brasil fazia parte da vida cotidiana dos Tupi e de outros povos indígenas da floresta brasileira, já que vestígios arqueológicos comprovam que era uma das lenhas de uso mais frequente nas fogueiras acesas

para cozinhar ou aquecer (CUNHA, 1992). Mas não se limitava somente a isso. Sabendo de suas utilizações medicinais, da durabilidade e das qualidades da madeira, entre outras utilizações, também, usavam para a fabricação de embarcações, remos etc. (RIBEIRO, 2019).

Fosse qual fosse a efetiva ligação do Tupi com o pau-brasil, ela se transformaria por completo a partir do dia 22 de abril de 1500. Afinal, menos de dois anos depois do descobrimento oficial do Brasil a ibirapitanga começou a se tornar a árvore mais importante da história dos povos indígenas que ocupavam o litoral brasileiro e, ainda que indiretamente, uma das principais responsáveis pelo processo que os conduziria ao extermínio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A SINFONIA DE UM ADEUS OU RECONSIDERANDO OS "CICLOS"?

> **O que Portugal retirou de madeira do Nordeste do Brasil** – madeira gorda e de lei, que a outra lhe dava até repugnância – para levantar ou reparar seus conventos, suas igrejas, seus palácios, toda a sua arquitetura volutuosa, para construir seus barcos e seus navios, forma um capítulo da história da exploração econômica do Brasil pela Metrópole, na sua fase já parasitaria, que **um dia precisa ser escrito com vagar e minúcia**. (FREYRE, 2004, p. 87) (Grifo meu).

Não seria justo omitir que o pensamento de Freyre esteve em minha mente desde o início da produção e pesquisa desse trabalho até sua conclusão. Desde o início, meu objetivo foi o de realizar nesse trabalho, uma história da relação socioambiental do pau-brasil com os seres humanos, tendo como alento a realização de uma história feita com vagar e minúcia. Meu alento foi o de posicionar o pau-brasil como um "protagonista" – até certo ponto – de uma história que relaciona o homem com a natureza.

Concentrei meu vagar e minha minucia naquilo que pretendi fazer nos capítulos I e II; que foi o de construir algo que ainda não tinha sido contemplado pelos historiadores e historiadoras que me antecederam: 1) um trabalho teórico a respeito da relação entre seres humanos e pau-brasil e 2) um debate historiográfico sobre o pau-brasil, isto é: a forma com as quais ele foi sendo apropriado nos estudos de historiadoras e historiadores.

A partir disso pude problematizar, no capítulo III, que a colonização e a exploração do território brasileiro fez parte de um processo conjunto, sistêmico e organizado; que houveram esforços para planejar e gerir o corte e o envio de pau-brasil; além de inferimos que mais do que um simples componente natural, a brasilina – do pau-brasil – foi um forte elemento para que os tons do vermelho de tingir panos tivesse a capacidade de ligar povos, unir culturas, regiões e diversificar costumes.

Pois a história do Brasil é, antes de tudo, uma história de conexões. Não se trata de uma história isolada dos acontecimentos e contextos que se desenrolavam fora dos limites territoriais, que naquela época não eram postos e estabelecidos como atualmente. Visto que, os povos que nessa terra habitava, por fatores não humanos, dividia espaço com uma árvore que já germinava antes de os primeiros *Homo sapiens* pisarem nos terrenos das densas matas

da "costa do pau-brasil", mas, não eram dois elementos isolados e apartados, o natural e o humano desde as mais antigas datas já se relacionavam – se conectavam.

E nessa história, entre seres humanos e *Paubrasilia echinata*, haveria de acontecer mais conexões e conexões complexas, conexões essas que antes não se pensava. Pois não é simples que estando do outro lado do Oceano Atlântico, e não dividindo o território com a árvore *Paubrasilia echinata*, Portugal ter dado início a sua exploração em terras D'além mar. Portugal, se conectou através de outras circunstâncias, teve de se conectar com outra natureza e outros povos, para depois se conectar com o Pau-Brasil – o pau, que, diferente da lógica indígena também servia para tingir panos.

E mais, concluímos também que as conexões não se limitaram apenas aos portugueses, fomos também colonizados – para não dizer explorados – por outros além desses. Os franceses, ingleses, espanhóis, holandeses e italianos, dividiam espaços (palmos de terras novas e ricas) com os adversários portugueses. Esses também se puseram como agentes exploradores, criando redes e teias de contato, obtendo informações e controlando posições para o contrabando e a defesa do pau-brasil.

Dentre tudo isso, não podemos considerar que a história dessas conexões, dessas relações entre seres humanos e pau-brasil, se restrinja a apenas ao século XVI. Devemos, inicialmente, observar uma história que permita reconsiderar a antiga ideia de "ciclos econômicos", pois desde os primeiros anos do avanço "civilizador" do machado Europeu, o pau-brasil nunca deixou de ser apagado e apanhado da história brasileira – há, portanto, uma continuação histórica que perpassa o restrito "ciclo".

E, se falamos em ciclo, não há como deixar de ver que mesmo após o suposto fim do "ciclo do açúcar", do "ciclo do pau-brasil", que as antigas matas do litoral do Nordeste, terras arrasadas após o "ciclo do açúcar", dos séculos XVI ao XVIII, ainda serem palcos de grandes canaviais de cana-de-açúcar, agora, e como antes, desprovidos da ibirapitanga – referência indígena ao pau-brasil. São divagações que, sem dúvidas, mostram aos poucos que a escrita desse trabalho foi se tornando política – como qualquer outra –, uma política ecológica, ou melhor: por uma política ecológica. Pois há mais que seiva e brazilina no albuno do pau-brasil, há política – há história.

Então, o que aprendemos – historicamente – depois do processo que sucedeu à instalação da agro manufatura do açúcar, o extrativismo do pau-brasil, que se constituíram nas principais atividades econômicas nos primeiros séculos de exploração da Mata

Atlântica? O que aprendemos a partir de uma cultura da cana, que o passado colonial no Nordeste:

> Aristocratizou o branco em senhor e degradou o índio e principalmente o negro, primeiro em escravo, depois em pária. Aristocratizou a casa de pedra-e-cal em casa-grande e degradou a choça de palha em mocambo. **Valorizou o canavial e tornou desprezível a mata**. (FREYRE, 2004, p. 97) (Grifo meu).

Se do passado podemos extrair lições, a exaustão da Mata Atlântica, e em especial do pau-brasil, não parece estar produzindo uma transformação de estratégia. A moderna ciência agrícola demonstra que o cerrado é quase tão adaptável à lavoura mecanizada e integrada quanto a terra de floresta, e que ela está desaparecendo em um ritmo muito mais veloz. A Floresta Amazônica, a despeito da fragilidade e pobreza de praticamente todos os seus solos, tem sido recentemente tratada como se fosse tão estável quando a "terra roxa" do Sudeste e do Nordeste.

O historiador Warren Dean (2004) certa vez disse que: "[no Brasil] o valor da terra nua tornou-se o padrão do banqueiro para o cálculo da caução" (2004, p. 380). Em tempos de governo Bolsonaro, o qual anuncia internacionalmente que: "o Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer", estamos aí: com nossas florestas e matas nuas à força, frente aos banqueiros internacionais.

Talvez parte da culpa desse ódio ao verde, desse desejo, dessa sanha frenética em explorar a natureza, não seja restrita a um governo, nem muito menos a uma dúzia de banqueiros. Nesse contexto, talvez, os historiadores tenham de passar por um processo de *mea culpa*. É preciso perceber que nós, historiadores e historiadoras, devemos nos inclinar ou tratar com mais atenção a realidade que, hoje, nos cerca.

Devemos fazer esse esforço pois, vivemos em tempos de uma segunda *primavera silenciosa* – fazendo alusão a famosa obra Primavera Silenciosa (1962). Em tempos de políticas e discursos anti-ambientalistas. Em tempos em que há desenfreadas queimadas criminosas, perpetradas por homens em favor da cana-de-açúcar e em detrimento da Mata Atlântica; da soja pelo Cerrado, dos grandes latifúndios pela diversidade Amazônica. Em tempos de silenciamento perante o maior desastre ambiental ocorrido no Nordeste brasileiro

– quiçá do litoral brasileiro. Enfim, são tempos que deixariam as fábulas de Primavera Silenciosa (1962), de Rachel Carson, ainda mais tristes.

Um tempo repleto de situações que nos fazem refletir que: olhar para os processos históricos que dialogam e interagem seres humanos e natureza, que tem os objetivos aqui propostos é, portanto, fundamentalmente necessário. Trata-se de um dever histórico – para com a sociedade, para com o meio ambiente. Principalmente se pensarmos que, de um lado, o meio ambiente vem sendo desvalorizado, em detrimento de políticas utilitaristas e anticientíficas, devemos procuramos defender e valorizar o meio ambiente, a partir de uma perspectiva histórica e científica.

Foi nesse sentido que evidenciamos que o Pau-brasil não é objeto que está único e exclusivamente no passado, que não é madeira morta e extinta. O Pau-brasil ainda existe e resiste em nossas reservas, em nossos parques, em algumas de nossas ruas e cidades. Estamos longe de ter o número nativo de árvores de pau-brasil, mas temos exemplares em biomas que não a Mata Atlântica.

Enfim, falar de Pau-brasil não é falar algo inédito, novo, mas é antes de tudo lembrar algo esquecido. Falar dessa árvore que dá o nome ao nosso país é, quase sempre, trazer para os debates da historiografia brasileira um tema apagado. Ao estudar as teias políticas e econômicas que envolvem a história do pau-brasil conclui que há muito o que (re)considerar, (re)pensar, há muito o que historiar e trazer para o rastro do tempo, pois a musa Clio – a musa da memória, a deidade da história – é traiçoeira, que ora apaga e silencia aqueles que dão voz ao passado ora celebra-nos em pódios feitos de ouro e pau-brasil.

FONTES

Século XVI-XVII

RACCOLTA COLOMBIANA, Parte III, vol. II, p. 121.

Memórias da comissão portuguesa do centenário do descobrimento da América, Lisboa, 1892

Documento 6, Caixa 1, Capitania do Espírito Santo, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Documento 13.917, Caixa 189, Capitania da Bahia, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Documento 111, Caixa 2, Capitania de Pernambuco, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Documento 112, Caixa 2, Capitania de Pernambuco, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

REGIMENTO sobre o pau-brasil. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Livro 1 de regimentos 1548 – 1653. Vol. LXXVIII, p. 272.

Relatos de cronistas

CASTRO, Sílvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. – Porto Alegre: L&PM, 2014.

GOES, Damião. de, 1566. **Chronica do felicissimo Rei Dom Emanvuel, composta por bamiam de Goes, dividida em qvatro partes, das quaes esta he ha primeira**. Em casa de Françisco Correa, impressor do sereníssimo Cardeal Infante, Lisboa.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução e notas Sérgio Milliet. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Univerisdade de São Paulo, 1980.

THEVET, A. **As singularidades da França Antártica (1557)**. Belo horizonte, Itatiaia. 1978.

VASCONCELOS, S. **Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil (1668)**. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001.

Cartas cartográficas

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800** / J. Capistrano de Abreu. -- Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

AGUIAR, J. O.; RODRIGUES, A. F.; SILVA, W. C. L. **Literaturas de viagem: fauna, flora e etnografia brasileira**. 1. ed. São Paulo/SP: Humanitas, 2013. v. 1. 128p.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa**. In: KURY, Lorelai. Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX / Lorelai Kury...[et al.]; Organização Lorelai Kury; tradução Chris Hieatt. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Épocas de Portugal econômico: esboço de história**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1929.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. 2ª edição. Lisboa: publicações dom quixote, 1995.

_____. **História e Ciências sociais**. Revista de História, N°62, Vol. XXX. Ano XVI, 1965.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, P. **A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo, Unesp, 1991.

BUENO, Eduardo... [et al.]. **Pau-brasil**. – São Paulo: Axis Mundi, 2002.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Trad. Sant'Anna Martins. - 1. ed. - São Paulo: Gaia, 2010.

CASTRO, M. I. M. **Reflexões sobre a história ambiental**. Universitas-FACE / História, Brasília, v. 01, p. 25-43, 2003.

COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Roteiro prático de cartografia - Da América portuguesa ao Brasil Império**. Editora: UFMG, 2007.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. Trad. José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

DOUKI, Caroline; MINARD, Philippe. Histoire globale, histoires connectées: un changement d'échelle historiographique? [**Global History, connected histories: a shift of historiographical scale?**]. Revue d'histoire moderne et contemporaine - Traduzido do francês por Cadenza Academic Translations, 2007.

DRUMMOND, José Agusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p. 177-197.

_____. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. 1997.

_____. **Por que estudar a história ambiental do Brasil? – Ensaio temático**. 2002.

_____. **Anotações de um integrante de bancas examinadoras**. In Ambiente e Sociedade, vol. V, n° 2, ago.-dez., 2002 e n° 1, jan.-jul., 2003.

DUARTE, Regina Horta. ***História & Natureza***. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. 7ª edição – São Paulo: Global, 2004.

FERRAZ, Pereira L. A. **Terra da Ibirapitanga**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

FRAGOSO...[et. al.], organizadores. **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. – Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories**. Topoi, Rio de Janeiro, n. 2, p. 175-195, 2001.

HARTOG, François. **Experiências do tempo: da história universal à história global**. história, histórias. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

KURY, Lorelai. **Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX** / Lorelai Kury...[et al.]; Organização Lorelai Kury; tradução Chris Hieatt. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira HGCB**. Tomo I, vol. 1. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1985.

HOWARD, Catherine V. **A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai**. In: ALBERT Bruce; RAMOS, Alcida Rita. (Org.). Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-americano. – São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira HGCB**. Tomo I, vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

LE GOFF, Jaccques. **História & Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Mantaillou, povoado occitânico, 1294-1324**. Trad. Maria Lucia Machado. - São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MAPA: **imagens da formação territorial Brasileira**. Pesquisa e texto: ADONIAS, I.; fotografias: FURRER, B. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. 398p.

MARANHÃO, Ricardo. **Pau-brasil a cor e o som** / Ricardo Maranhão, Simone Mateos; ilustrado por Vallandro Keating. – São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **Brasil: Desafios para uma história ambiental**. No. 22. Abril 2005. Universidade Central – Colombia. p. 26-35.

_____. **História ambiental: um olhar prospectivo**. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 2011. p. 23-35.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Karl Marx, Friedrich Engels; tradução Petê Rissatti. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

MELOSSI, D.; PAVARINI, M. **Cárcel y fábrica: los Orígenes del sistema penitenciário (siglos XVI-XIX)**. Cidade do México: Siglo XXI, 1985.

MILLER, Shawn William. **Fruitless Trees. Portuguese conservation and Brazil's colonial timber**. Stanford, California: Stanford University Press, 2000.

MOORE, J. **Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history**. *Organization and Environment*, v.16, n.4, p.431-58, Dec. 2003.

MUNN, N. D. **Gawan Kula: spatiotemporal control and the symbolism of influence**. In: LEACH, J. (Org.) The Kula: New Perspectives on the Massim. Cambridge: Cambridge Press, 1983.

NORMANO, J. F. **Evolução econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. **As bases teóricas da história ambiental**. Estud. av. vol.24 no.68 São Paulo, 2010.

PALACIO, German A. **"En busqueda de conceptos para una historiografia ambiental"**. In PALACIO, German A. (org.) Naturaleza en disputa: Ensayos de historiaambiental de Colombia 1850-1995. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Tradução de Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SAGAN, Carl. **Bilhões e Bilhões: reflexões sobre vida e morte na virada do milênio**. Tradução Rosaura Eichenberg. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2009. 384 p. 4ª Ed.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História das Paisagens**. In: Ciro Flamiron Cardoso, Ronaldo Vainfas. (Org.) Domínios da História. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SILVA, Priscilla de Souza Mariano e. **A justiça no período Josefino: atividade judiciária e irregularidades dos ouvidores na comarca de Pernambuco entre 1750 e 1777**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Porto Alegre: Editora Lugano, 2004.

SOUSA, Bernardino José de. **O pau-brasil na história nacional**. – 2. ed. – São Paulo: Ed. Nacional; (Brasília): INL, 1978.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia**. Modern Asian Studies, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E. P. **Senhores & Caçadores: a origem da lei negra**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOREAU, Henry David. **Walden**. Tradução Denise Bottman. – Porto Alegre , RS; L&PM, 2018.

WINIWARTER, Verena. **Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos**. Abordagens Geográficas – volume 1, número 1, 2010: out.nov., p. 1-21.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.